



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPGIELA)**

**CARTOGRAFIA DO TERRITÓRIO E DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DE
MIGRANTES REFUGIADOS EM FOZ DO IGUAÇU (PR)**

CLARISSE JUNQUEIRA DA SILVA

Foz do Iguaçu
2025

**CARTOGRAFIA DO TERRITÓRIO E DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DE
MIGRANTES REFUGIADOS EM FOZ DO IGUAÇU (PR)**

CLARISSE JUNQUEIRA DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientador: Prof Dr. Aníbal Orué Pozzo

Foz do Iguaçu

2025

CLARISSE JUNQUEIRA DA SILVA

**CARTOGRAFIA DO TERRITÓRIO E DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DE
MIGRANTES REFUGIADOS EM FOZ DO IGUAÇU (PR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr Aníbal Orué Pozzo
UNILA

Prof.Dr José Castillo
UNET

Prof. Dr. Marcos de Jesús Oliveira
UNILA

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de ____.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

S586

Silva, Clarisse Junqueira da.

Cartografia do território e da produção de subjetividades de migrantes refugiados em Foz do Iguaçu (PR) / Clarisse Junqueira da Silva. - Foz do Iguaçu, 2025.

110 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino Americano de Arte Cultura e História, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu - PR, 2025.

Orientador: Aníbal Orué Pozzo.

1. Território nacional. 2. Psicologia. 3. Migração. 4. Fronteiras. I. Orué Pozzo, Aníbal. II. Título.

CDU 314.15(81:87)

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte do meu processo de viver em Foz do Iguaçu, das maiores as menores ajudas, dos melhores e piores encontros, agradeço a todos que cruzaram meu caminho de alguma forma por esse território, pois pude aprender alguma coisa com todos.

Mais especificamente agradeço meus pais que são grandes desbravadores e circuladores de territórios, cada um a sua maneira. Pelo apoio incondicional e por me ensinarem a desbravar territórios por mim mesma.

Agradeço minha mãe e Bernie por estarem ao meu lado em muitos momentos nessa jornada, me apoiaram de diversas maneiras, mas mais perto agora nessa finalização, me ajudando com a construção da dissertação.

Agradeço a professora Karine Brito que me ajudou e me apoiou durante minha passagem por Foz do Iguaçu, tanto profissionalmente, quanto como pessoa, obrigada por ser uma professora sensível as questões dos seus alunos, e se preocupar com eles.

Sou grata por todos os colegas e amigos que fiz na UNILA, os amigos da especialização, do mestrado, as companheiras do NUMAPE, todos me mostraram a sutileza que é conviver com a diferença de forma construtiva e coletiva, além de estarem comigo nos momentos mais importantes da vida, na convivência de todos os dias.

Agradeço também aos amigos que apesar de não estarem perto fisicamente se faziam presentes por mensagens e ligações.

Agradeço ao meu orientador pela paciência e orientações, tanto na especialização quando no mestrado.

A todos os territórios que me acolheram aqui, especialmente a UNILA, o CRAM, o NUMAPE, além das diversas casas onde morei e todas as pessoas com quem morei, foram construções e desconstruções de muitos territórios.

Agradeço os participantes da pesquisa, por de alguma forma se abrirem a contar um pouco de suas histórias para a construção desse trabalho, é um privilégio poder contar um pouco das experiências que viveram.

...tudo isto é um misto de nostalgia que amarra dor e felicidade. Saber que temos todos esses múltiplos territórios dentro de nós, e que podemos ainda vivenciar muitos outros, de gaúchos na Bahia, de chineses na Califórnia, de bengalis em Londres... O privilégio da multiterritorialidade que é acessível a poucos. Cidadãos do mundo que deveríamos ser todos. **Rogério Haesbaert**

RESUMO

O fenômeno da migração esteve presente, historicamente, na realidade brasileira desde o período da colonização. Devido a sua localização onde faz fronteira com os países do Paraguai e da Argentina, a cidade de Foz do Iguaçu se encontra em território estratégico onde perpassam diferentes fluxos migratórios. Essa cidade foi o território onde muitos migrantes se estabeleceram em diferentes épocas e por diferentes motivações. Foz do Iguaçu possui uma rede em formação que está sendo construída para atender tanto migrantes quanto refugiados. O trabalho visa focar especificamente na migração de refugiados venezuelanos, apesar da definição da lei migratória para delimitar o que é um refugiado ou não, neste trabalho não se levou em consideração os vistos os quais os participantes estavam residindo no Brasil, pois o trabalho está mais direcionado a experiência migratória e seus devires. Então, por meio de entrevistas a migrantes refugiados venezuelanos residentes em Foz do Iguaçu, o estudo se propõe a mapear a circulação desses migrantes. O objetivo é entender as possíveis implicações para o próprio migrante e para o território habitado, as produções de subjetividades possibilitadas pela movimentação desse corpo migrante na cidade. Esse é um trabalho interdisciplinar que pretende analisar o fenômeno a partir da ótica de duas disciplinas a Psicologia e a Geografia, fazendo uma conversa por teorias pensadas por Gilles Deleuze, Félix Guattari e Milton Santos, escritores os quais se utilizam muito dos conceitos de território mas de diferentes formas.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Psicologia, Migração, Fronteiras.

RESUMEN

El fenómeno de la migración está históricamente presente en la realidad brasileña desde el período de la colonización. Por su ubicación en la frontera con Paraguay y Argentina, la ciudad de Foz do Iguaçu se encuentra en un territorio estratégico por donde pasan diferentes flujos migratorios. Esta ciudad fue el territorio donde se asentaron muchos migrantes en diferentes épocas y por diferentes motivos. Foz do Iguaçu tiene una red en desarrollo que se está construyendo para atender tanto a migrantes como a refugiados. El trabajo pretende centrarse específicamente en la migración de refugiados venezolanos, a pesar de la definición de la ley migratoria para delimitar qué es refugiado o no, este trabajo no tuvo en cuenta las visas con las que los participantes se encontraban residiendo en Brasil, ya que el trabajo está más dirigido a la experiencia migratoria y sus eventos. Entonces, a través de diarios de campo y entrevistas con migrantes venezolanos refugiados residentes en Foz do Iguaçu, el estudio pretende mapear el movimiento de estos migrantes. El objetivo es comprender las posibles implicaciones para el propio migrante y para el territorio habitado, la producción de subjetividades posibilitadas por el movimiento de este cuerpo migrante en la ciudad. Se trata de un trabajo interdisciplinario que pretende analizar el fenómeno desde la perspectiva de dos disciplinas: la Psicología y la Geografía, entablando una conversación a través de las teorías desarrolladas por Guilles Deleuze, Félix Guattari y Milton Santos, escritores que hacen un amplio uso de los conceptos de territorio pero de diferentes maneras.

PALABRAS-CLAVE: Territorio, Psicología, Migración, Fronteras.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
METODOLOGIA	34
CAPÍTULO I: RELAÇÕES TERRITÓRIO E SOCIEDADE, OUTRAS PERSPECTIVAS	41
1.1. Ciência, saúde e controle de territórios	41
1.2. Novas perspectivas na relação entre psicologia e território.....	47
1.3. Território e fronteiras.....	52
1.4 Migrações, territorializações e desterritorializações.....	55
1.5 O Cotidiano.....	60
1.6 Forças e fluxos no território de Foz do Iguaçu.....	62
2. CAPÍTULO II: CIRCULAÇÃO DE MIGRANTES VENEZUELANOS REFUGIADOS	67
2.1. Diários de Campo, encontro das entrevistas.....	67
2.2. Roteiro de entrevista.....	73
2.3. Circuitos de circulação dos entrevistados.....	74
2.4. Limitação da circulação na Venezuela e noutros territórios.....	75
2.5. Xenofobia e racismo.....	85
3. Capítulo III: FOZ DO IGUAÇU E POTENCIALIDADES MIGRATÓRIAS	87
3.1. Comunicação, linguagem e interação.....	87
3.2. A UNILA como instituição de apoio.....	90
3.3. Formação de redes.....	92
3.4. Trabalho.....	94
3.5. Os processos subjetivos de migrantes venezuelanos no território.....	95
3.5.1. A condição de gênero.....	95
3.5.2. Restrições vividas de modo subjetivo.....	97
3.5.3. Limitações ao aproveitamento dos espaços públicos.....	98
3.5.4. Medos vivenciados.....	99
3.5.5. Perspectivas de futuro.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106

ANEXOS.....	111
Anexo 1: Roteiro de entrevistas.....	111

Introdução

Devido a sua localização, a cidade de Foz do Iguaçu faz fronteira com as cidades de Ciudad del Este, Hernandarias e Presidente Franco quando se trata da divisão com o Paraguai e na cidade de Puerto Iguaçu na fronteira com a Argentina. Nesse território fronteiriço, a cidade de Foz do Iguaçu se encontra em território estratégico onde perpassam diferentes fluxos migratórios.

Foram muitos os eventos históricos que atraíram migrantes para esse local, desde sempre a cidade sustentou ser território de passagem e de moradia desses indivíduos, da mescla de culturas e diferentes identidades. Entretanto, não apenas argentinos e paraguaios compuseram sua formação, esta cidade localizada no estado do Paraná, ao longo de sua recente e formal criação em 1914 é conhecida por sua multiculturalidade trazida por migrantes de muitos lugares que aqui chegaram ao longo dos anos desde o período da colonização.

O oeste paranaense foi pouco explorado durante o século XIX, mas a partir de 1880, companhias argentinas começaram a ter o interesse de aproveitamento de erva mate e da madeira nesse território de fronteira (NAVA, 2018). Com este interesse, os *obrageros* argentinos introduziram o sistema de *obrage* no território brasileiro, que consistia basicamente em uma exploração característica de regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino e paraguaio (NAVA, 2018).

Nessa época, habitavam nesse território, famílias de argentinos e paraguaios que se moviam sobre esses espaços históricos pertencentes aos povos indígenas da região, dominando esse lugar economicamente por meio do sistema de exploração da erva-mate, sendo a população indígena guarani, a mais significativa na região (ALCÂNTARA et.al, 2019).

Por ser território fronteiriço com os países do Paraguai e da Argentina, os fluxos de gente, acabam por ficar meio confusos. A movimentação de argentinos, paraguaios e brasileiros entre os três países cruzados pelo rio Paraná, é uma contante ao longo do tempo. O censo demográfico de 1940 indicou que 20% da

população que vivia do lado brasileiro da fronteira na verdade consistiam em pessoas nascidas na Argentina e Paraguai, sendo comum escutar a língua sendo falada em espanhol ou portunhol, negociações com a moeda Argentina e utilização do serviço postal de Puerto Iguazú (ALVINO, 2022).

Josiane Nava (2018) apresenta em sua tese, lembrando as entrevistas publicadas no Jornal Gazeta do Iguazu, que contém entrevistas com moradores da cidade nas décadas de 1980 e 1990. Ela cita o morador Dionísio Campana que relata acerca da instalação da Colônia Militar na fronteira. Segundo ele, “O Exército veio para nacionalizar a fronteira, garantir o território brasileiro, porque aqui se falava mais castelhano e guarani do que português” (NAVA, p.26, 2018).

A Colônia Militar foi instaurada na intenção da demarcação da fronteira, simbolizando que Foz do Iguazu pertencia ao Brasil e tentava garantir a proteção do território brasileiro (NAVA, 2018). Porém não durou muito, em 1910 a colônia foi emancipada e se tornou uma Vila e logo depois um município (NAVA, 2018).

Então as populações de países vizinhos já faziam parte da realidade da fronteira, mas para pensar no começo de diferentes migrações para esse local, podemos partir do final do século 19 e início do século 20, quando os países do Brasil e da Argentina implementaram políticas nacionais visando atrair colonos agricultores para colonizar a região (ALVINO, 2022). Os primeiros imigrantes nessa época consistiram em europeus de nacionalidades alemã e italiana, sendo seus descendentes quem ocuparam o território neste período.

Houve as construções das pontes que ligam o Brasil na cidade de Foz do Iguazu a cidade de Puerto Iguazú na Argentina, sendo essa a Ponte da Fraternidade e a que liga Foz do Iguazu a Ciudad del Este no Paraguai, a Ponte Internacional da Amizade. Essas obras que interligaram os países se apresentam até hoje como pilares do turismo na fronteira (NAVA, 2018).

No ano de 1956, Paraguai e Brasil firmaram o acordo da construção da Ponte da Amizade, financiado totalmente pelo Brasil, em 1969 se construiu a estrada que ligava o Paraguai com o litoral do Paraná e em 1976 a Hidrelétrica de Itaipu (FOGEL, 2023).

Outro evento histórico que mobilizou uma quantidade enorme de pessoas, estabeleceu um fluxo de gente e interferiu na formação do espaço desse território foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1974-1984). Nessa época houve muitas migrações internas de trabalhadores brasileiros, voltadas a construção da usina em postos criados direta e indiretamente, na construção civil, no comércio e serviços, necessários para atender a edificação da usina.

Toda a região da Tríplice Fronteira foi afetada com a construção da Usina, onde aconteceu um rápido crescimento demográfico, em 1970 as cidades fronteiriças eram ocupadas por 76.733 pessoas, já nas décadas seguintes, em 1980, houve um salto para 249.250 pessoas e 1990, 466.054 (ALVINO, 2022).

É interessante pensar em como essa construção promoveu profundas mudanças nesse território, subjetivamente e espacialmente. Para acolher todos esses trabalhadores e suas famílias, o território fronteiriço tanto brasileiro quanto paraguaio foram construídos a partir da Usina, construindo novos espaços em que os trabalhadores recém-chegados habitariam. A Itaipu Binacional construiu 11 conjuntos habitacionais, do lado brasileiro, vilas A, B e C, e no Paraguai foram as áreas 1, 2, 3 a 8 (ALVINO, 2022). Há uma conexão, uma conurbação entre o lado brasileiro e paraguaio, que se aprofundou perante a construção da Usina e a Ponte da Amizade.

Na fronteira existe a presença ativa da diferença e a construção da Itaipu proporcionou ainda mais esse convívio, tendo os trabalhadores que vinham de diversas áreas do país vivendo em seu cotidiano com paraguaios e argentinos. Alguns se estabeleceram no lado brasileiro, outros no lado paraguaio, e circulando por esse território, que continua do outro lado da fronteira, foram dando vida a algo que Micael Alvino (2022) chamou de *uma nova mentalidade fronteiriça, inédita na América do Sul*.

Para além das migrações para dentro do Brasil, é interessante comentar acerca das imigrações de brasileiros para dentro do Paraguai, que foram influenciadas pela construção da Usina, mas também pelo incentivo do governo paraguaio pela intenção de uma modernização agrícola. Houve três ondas de migração de brasileiros, ou brasiguaios, ao longo do período de 1960 a 2018 (ORUÉ POZZO, 2022).

Mas para além do aumento da densidade demográfica, da construção de novos espaços e da própria Usina, também houve mudanças no espaço que não foram benéficas. Quanto aos povos originários, que estabelecem uma relação profunda com o lugar que vivem, a construção de Itaipu mexeu com o espaço, afetando diretamente essa população.

Aldeias e moradias foram alagadas e redes de parentesco foram afetadas, a Usina afetou lugares sagrados como o Salto de Sete Quedas e cemitérios e sítios arqueológicos que eram referência da ocupação indígena no território (ALCANTARA et. al, 2019).

Segundo Alcântara et. al. (2019), um relatório da Comissão Yvyrupá, realizado entre os anos de 2015 e 2017, informou que a inundação causada pela construção da Usina Hidrelétrica afetou pelo menos 47 ocupações, nove aldeias do lado brasileiro e 38 do lado paraguaio.

A construção removeu populações humanas indígenas e não indígenas de seu território. No lado brasileiro, houve cerca de 770 km² de espaços que não existem mais, que foram alagados e que abarcam outras cidades como São Miguel do Iguazu, Santa Helena, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Guaíra e outros (ALCANTARA et. al, 2019).

Outro fluxo de migrações para essa região, foram o de países do Oriente Médio e da Ásia. Esses migrantes foram atraídos pelas oportunidades de negócios que surgiram no desenvolvimento do comércio na cidade de Ciudad del Este no Paraguai. Os migrantes chineses se estabeleceram no Brasil e os migrantes de Taiwan se estabeleceram no Paraguai, pela razão das políticas externas de governo de cada país.

Já acerca da vinda dos migrantes libaneses para a Tríplice Fronteira, ocorreram em duas ondas, a primeira na década de 60, motivados para revender produtos vindos de São Paulo, e a segunda pela motivação de atuar no comércio de Ciudad del Este, também somado à guerra que eclodiu no Líbano, tornando essas pessoas migrantes refugiados (ALVINO, 2022).

Esses migrantes hoje estão estabelecidos em todos os lados da fronteira, e sua presença é vista e notada no espaço. Quanto aos migrantes asiáticos, em

Foz do Iguaçu podemos citar como expressão de sua presença, templos budistas que existem em Foz do Iguaçu e em Ciudad del Este, além de iniciativas da cidade em eventos culturais que comemoram datas especiais para esses povos. Por exemplo a comemoração do Ano Novo Chinês acontece todo o começo do ano na cidade de Foz do Iguaçu, em 2024 foi uma parceria entre a prefeitura local, a Embaixada da República Popular da China no Brasil, o Consulado-Geral da China em São Paulo e o Instituto Sociocultural Brasil-China (Ibrachina).

Ao pensarmos na visualização do espaço onde conseguimos enxergar os migrantes libaneses, podemos citar a Mesquita no centro da cidade, a Escola Libanesa-Brasileira em Foz do Iguaçu, além dos inúmeros comércios que esses migrantes possuem tanto no Brasil quanto no Paraguai.

Esse território historicamente suportou diversas movimentações, migrações e transformações de espaços e paisagens (NAVA, 2018).

Hoje, mesmo com uma taxa reduzida de imigração comparada aos fluxos passados, Foz do Iguaçu continua a receber novos números de migrantes tanto nacionais quanto estrangeiros (STAEVIE, 2015). Uma nova motivação para migrações se encontra na possibilidade do acesso gratuito ao ensino superior para jovens estudantes migrantes latino-americanos oportunizado pela criação da Universidade de Integração Latino Americana (UNILA).

Universidade de Integração Latino Americana (UNILA)

A UNILA apresenta-se como um projeto inovador na América Latina, sendo suas línguas oficiais o português e o espanhol, tendo por um de seus objetivos a integração de povos latino-americanos. Pela Lei 12.189 de 12 de janeiro de 2010, sancionada pelo então presidente em 2010 e atual presidente hoje, Luiz Inácio Lula da Silva, a universidade de ensino superior começa sua formação com professores e alunos de diferentes nacionalidades especialmente advindas da América Latina. Como citado por Staevie (2015) sobre a fala do professor Hégio Trindade, o primeiro reitor da Unila:

“A Universidade Federal da Integração Latino-Americana é um projeto único na história do ensino superior na América Latina. A sua vocação é a de contribuir para o desenvolvimento e a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária entre as universidades, organismos governamentais e internacionais. Será uma universidade aberta para a América Latina e Caribe: a metade dos 10.000 alunos e dos 500 professores, previstos como meta, serão selecionados e recrutados nos vários países latino-americanos e caribenhos, sendo a outra metade formada por brasileiros” (STAEVIE, P. 443, 2015).

Em 2015, cinco anos após sua criação, a UNILA contabilizava 2352 estudantes, dentre esses na época, cerca de 1,4 mil eram brasileiros e 900 estrangeiros, desses estrangeiros, os números eram de 348 paraguaios, 85 bolivianos, 76 equatorianos, 70 colombianos, 70 uruguaios, 61 argentinos e 73 haitianos (STAEVIE, 2015).

Em 2024, a UNILA já possuía estudantes de 30 países diferentes. Para citar algumas das nacionalidades com maiores números de estudantes ativos na universidade, podemos citar o Haiti com 356 estudantes, Paraguai com 341, Colômbia com 322, Peru com 172 e Cuba com 87 estudantes¹.

Além dos processos seletivos internacionais para alunos estrangeiros, como o Processo Seletivo Internacional (PSI) e o Processo Seletivo de Estudantes Indígenas (PSIN), a UNILA apresenta uma seleção específica para estudantes solicitantes de refúgio e portadores de visto humanitário (PSRH).

Para participar do processo seletivo o estudante refugiado e portador de visto humanitário deverá atender a pelo menos um dos seguintes requisitos: 1) Ter o status de refugiado (a) reconhecido no Brasil; 2) ser solicitante de refúgio no Brasil e 3) ser portador de visto humanitário no Brasil. Segundo a Lei nº 9.474, de 1997, em seu art. 2º poderão concorrer ao Processo Seletivo de Refugiados e Portadores de Visto Humanitário (PSRH) o cônjuge, os ascendentes e descendentes, assim como os demais membros do grupo familiar de um

¹ Relatório disponibilizado em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/unila-em-destaque-relatorio-anual-revela-impactos-da-universidade-na-regiao-trinacional-e-na-america-latina#:~:text=No%20total%2C%20entre%20discentes%20brasileiros,da%20pesquisa%20e%20da%20extens%C3%A3o.>

refugiado, desde que dependam economicamente do referido, que se encontrem em território brasileiro e comprovem a condição mencionada acima (BRASIL, 1997).

Segundo dados do Relatório Anual Unila em Destaque, publicado em janeiro de 2024, existiam 83 estudantes ativos que entraram pelo Processo Seletivo para estudantes refugiados e portadores de visto humanitário. Entre as nacionalidades que entraram por esse processo seletivo, estão Angola, Benin, Colômbia, Congo, Cuba, República Dominicana, Gana, Guiné-Bissau, Haiti, Paquistão, Peru, Síria e Venezuela. Dentre esses, os maiores números de estudantes são das nacionalidades haitiana e venezuelana.

Além dos cursos de graduação e pós-graduação, a UNILA também oferece cursos de idiomas de espanhol e de português para estrangeiros, destinados a comunidade interna universitária e a comunidade externa, podendo as aulas serem remotas ou presenciais. As ações são realizadas pelo Núcleo de Línguas Idiomas sem Fronteiras (Núcleo ISF), da Unila, ligado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior Idiomas sem Fronteiras (Rede Andifes ISF), que é uma rede de especialistas em idiomas que atuam em instituições de ensino superior².

Foz do Iguaçu: Destino do Mundo

É importante, para além dos migrantes residentes, voltar a atenção ao fluxo temporário de pessoas de diferentes lugares do Brasil e do mundo que passam por esse espaço, por Foz do Iguaçu consistir em uma cidade que apresenta uma forte influência e dependência econômica do setor turístico.

Segundo Muzika (2024), o turismo consiste em relações entre as regiões que envolvem além do turista, as empresas do setor, os órgãos governamentais, as comunidades locais e o ambiente em que ele é desenvolvido. A localização geográfica se destaca ainda mais em regiões de fronteira.

² Informações do site: <https://divulga.unila.edu.br/isf/>

O turismo na tríplice fronteira está na pauta do MERCOSUL há bastante tempo, o bloco entende a região como um lugar de destino turístico amplamente visado tanto nacionalmente quanto internacionalmente, tendo reconhecido tal atividade turística quando criou o recorte: Polo Turístico Internacional Iguassu, no ano de 1997 (BIANCHIN, 2018).

A intenção de tornar Foz do Iguaçu um destino turístico também já se apresentava nos esforços de instituições públicas e privadas. Segundo Bastian (2023), a cidade criou em 2007 o modelo “Gestão Integrada do Turismo” que contou com a união entre Secretaria do Turismo, Itaipu Binacional e o Conselho Municipal de Turismo Comtur. Uma das ações dessa gestão, foi a criação da campanha de marketing denominada “Foz do Iguaçu – Destino do Mundo”, que tinha como objetivo dar visibilidade as vocações turísticas da cidade como lazer, ecoturismo, evento e compras (BASTIAN, 2023).

O turismo na tríplice fronteira se desenvolveu fortemente nos três países, sendo que no Brasil, o turismo internacional é vendido com passeios com a finalidade de compras pelos turistas nas cidades de Ciudad del Este e em Puerto Iguazu.

Foz do Iguaçu contempla um corredor turístico, consistindo em uma lógica no espaço que interliga atrações turísticas sejam elas religiosas, de compras, ambientais, entre outras que existem na cidade. Neste corredor, alguns dos principais atrativos seriam o Parque Nacional do Iguaçu, onde se encontra as Cataratas do Iguaçu, as aduanas da Argentina e do Paraguai e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Na rota das Cataratas que está localizada inclusive em uma Avenida que recebe o nome de Cataratas, ainda se destacam hotéis, resorts, o Museu de Cera e o Shopping Catuaí Palladium (BIANCHIN, 2018). Como algumas outras atrações bastante visadas podemos citar também o Parque das Aves e o Marco das Três Fronteiras.

Segundo dados apresentados por Bianchin (2018), no ano de 2016 a cidade de Foz do Iguaçu contava com 161 hotéis, 250 restaurantes e bares, 232 agências de viagens e 50 atrativos turísticos. No ano de 2013, Foz do Iguaçu ficou na terceira posição entre as cidades brasileiras mais visitadas (BIANCHIN, 2018).

Essa dependência econômica da cidade do setor turístico gerou grandes problemas em 2020 quando eclodiu a pandemia do COVID-19. Assim, a cidade foi severamente afetada pelos efeitos do isolamento social, das restrições de funcionamento de estabelecimentos, a interrupção de voos, o fechamento das fronteiras e as diversas medidas de segurança sanitárias que foram decretadas na época (BASTIAN, 2023). Como resultado disso, diante da diminuição do fluxo de turistas, houve a queda do faturamento, fechamentos e demissões em uma proporção nunca sentida antes pelo setor (BASTIAN, 2023).

É importante trazer a dimensão turística da cidade, pois como o setor turístico exerce grande influência nesse território, também o exerce na vida das pessoas que o habitam, aparecendo em diversos momentos nas entrevistas realizadas.

Legislações, portarias e outros

É importante lembrar que existe uma diferença entre *visto humanitário* e a *solicitação de refúgio*. O visto humanitário pode ser solicitado pelo migrante perante autoridade consular brasileira quando este ainda está fora do Brasil, já a solicitação de refúgio é feita somente quando o migrante já se encontra dentro da fronteira brasileira.

O Brasil possui algumas legislações que regem as migrações e solicitações de refúgio. São tentativas de estabelecer quem se encaixaria ou não na identidade reconhecida de pessoa migrante, e a possibilidade de sua regularização ou não no país.

Existem modalidades que são estabelecidas como leis, decretos e portarias interministeriais, estas últimas criadas normalmente visando atender um caso particular de uma nacionalidade específica, na maioria das vezes deslocadas por alguma calamidade política ou ambiental.

Essas portarias que atendem nacionalidades de sírios, venezuelanos, ucranianos, haitianos e afegãos, podem conceder visto temporário e autorização de residência para acolhida humanitária, normalmente por um período de dois

anos. Hoje no Brasil, apenas essas cinco nacionalidades supracitadas podem pedir legalmente o Acolhimento Humanitário.

Há possibilidades de entrada no país por pedidos de Autorização de Residência também estabelecidas por Portarias, mas suas existências normalmente vão em convergência a interesses da política migratória do Brasil. Há como exemplo a Portaria Interministerial de 4/2019 que estabeleceu a concessão e os procedimentos de autorização de residência para nacionais de Cuba que haviam participado do *Programa Mais Médicos* para o Brasil. Foi uma portaria que atendeu a essa população por um breve período de tempo e uma dada situação. Hoje já não há mais a possibilidade de pedido de residência por meio dela, por ter um prazo de validade. Houve outras portarias no mesmo estilo que atenderam senegaleses, dominicanos e outros em situações que eram de interesse da política migratória brasileira. Uma Portaria atual que facilitou a documentação de venezuelanos para residência no Brasil foi a Portaria Interministerial nº19 de 23 de março de 2021.

Existem pedidos de Acolhimento Humanitário que preveem outras situações como *visto temporário* e sobre a *autorização de residência* para reunião familiar, para tratamento de saúde, para fins de estudo, cumprimento de pena, criança ou adolescente desacompanhado e vítimas de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória. Todos os pedidos de Autorização de Residência, estejam eles em condição jurídica provisória, temporária ou definitiva, possuem prazos de validade, e deverão ser renovados conforme estabelecido.

Quanto às leis estabelecidas sobre migração, existem cinco leis brasileiras, que consistem no *Estatuto do Refugiado*, na *Prevenção ao Tráfico de Pessoas*, na *Lei da Migração*, na *Lei de Emergências em Crises Humanitárias e acerca de medidas para enfrentamento da COVID e outras demandas*.

A lei nº 9.474, de 1997, o Estatuto dos Refugiados ainda em seu art. 1º define refugiados como qualquer indivíduo que 1) devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; 2) não tendo nacionalidade e estando fora do

país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior e 3) devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

Há uma tentativa de disciplinas como o Direito de encaixar a pessoa migrante em normativas para que essa pessoa cumpra um requisito onde poderá ser adequada e aceita ou não em condição jurídica legal no país que é acolhido. No entanto após conseguir sua condição jurídica, o que se percebe ao ter entendimento da lei, é que ele deverá estar sempre atento e lutar a todo instante por seu direito de ser uma pessoa migrante regularizada.

Visto isso, percebe-se aí a primeira dificuldade ao acesso e a circulação do migrante. Ela começa pela sua regularização, pelo direito como pessoa migrante em outro território, conseqüentemente sua regularização vai permitir ou não o acesso a esse território.

O problema da tentativa de adequação é que sempre haverá situações que não atendem a norma, como exemplo podemos citar a situação dos grupos indígenas venezuelanos, apenas para ilustrar as particularidades que podem não encaixar na molaridade proposta pelas leis.

Dassuem Nogueira (2023) explica em seu artigo como o grupo indígena dos Waraos, que entram no Brasil como migrantes refugiados, tem dificuldades ao acesso de cuidado em saúde especializado para povos indígenas.

Os Warao são uma etnia indígena que, desde 2016, atravessam a fronteira para o Brasil, chegando primeiramente em Roraima. Mas conforme o tempo, avançaram seu deslocamento para diferentes cidades de todas as regiões do país fugindo da crise na Venezuela, a procura de sustento e de auxiliar os familiares que ficaram em seu país (NOGUEIRA, 2023).

Os Warao conseguem o acesso universal ao Sistema Único de Saúde, assegurado pelo status jurídico de migrantes e refugiados que também é aos indígenas brasileiros em contexto urbano, mas quanto a atenção diferenciada a saúde, a qual por lei eles deveriam ter o direito, se encontram impedimentos (NOGUEIRA, 2023).

Segundo a *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas* (PNASPI) a atenção a saúde indígena tem de ser diferenciada pois precisa respeitar a cosmovisão de cada povo, e deveria se articular com os saberes médicos indígenas e contando com a participação da comunidade no planejamento e execução de ações (NOGUEIRA, 2023). A execução do PNASPI acontece principalmente dentro de territórios indígenas, mas os Warao, assim como muitos dos indígenas brasileiros, se encontram em contextos urbanos, enfrentam a dificuldade ao acesso a atenção em saúde especializada (NOGUEIRA, 2023).

Rede de Atenção à Migrantes e Refugiados em Foz do Iguaçu

Em 2021, a população estimada da cidade de Foz do Iguaçu era de 257.971 habitantes dentre as quais 15.210 consistiam em pessoas refugiadas e migrantes (ACNUR, 2022). As nacionalidades que mais estão presentes nesse território entre pessoas migrantes e refugiadas são de paraguaios, libaneses, argentinos, venezuelanos e colombianos.

Foz do Iguaçu possui uma rede de atendimento que consiste na articulação entre diferentes atores. Quando se fala em atendimento especializado que visa essa população, se apresenta em destaque a Casa do Migrante. Nascida de uma iniciativa do antigo Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2008, a casa tinha o objetivo inicial de realizar atendimentos a brasileiros que vivem em países fronteiriços e prestar atendimento a migrantes e refugiados nas principais cidades fronteiriças do país (ACNUR, 2022).

Em quesito de atendimento especializado, em Foz do Iguaçu, além da Casa do migrante, a cidade apresenta algumas ações e iniciativas de outros órgãos como 1) o Núcleo de Migração da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, que presta apoio na pré-documentação das pessoas refugiadas e migrantes 2) A Universidade de Integração Latino-Americana (UNILA) que desenvolve iniciativas de acolhimento a população migrante em seus processos seletivos internacionais; o desenvolvimento de um processo seletivo específico

para pessoas refugiadas; e a viabilização de projetos de extensão nessa área, como o Projeto Pedagogia da Fronteira, que acolhe estudantes refugiados e migrantes nas escolas públicas da cidade 3) A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) que possibilita o projeto de extensão da Clínica de Direitos Fundamentais Sociais e Migração que visa auxiliar essa população quanto ao acesso a seus direitos.

Além dessas iniciativas, também existem espaços de diálogo que visam a migração e refúgio na cidade, em dois fóruns: *A Câmara Técnica sobre o Tráfico de Pessoas* e o *Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Município de Foz do Iguaçu*. Outra iniciativa também existe na *Associação de Migrantes, Indígenas e Refugiados de Foz do Iguaçu (AMIRF)*, que visa a promoção de direitos e integração desses povos.

Acerca do Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas, eu participei como suplente no ano de 2023, representando o Conselho Regional de Psicologia do Paraná, mas só pude estar presente em poucas reuniões. O Comitê se reunia uma vez por mês, e eram convidados representantes da rede de educação, da saúde, da assistência, da casa do migrante, das universidades e outros, tendo como objetivo a discussão da questão migratória na cidade. Nessas reuniões surgiu, foi criado e montado coletivamente, o I Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu. Hoje não estou mais como suplente no Comitê, estive presente em algumas últimas reuniões no ano de 2024, mas o comitê ficou um pouco paralisado por razões das eleições municipais. Porém hoje segue existindo e pensando novas articulações.

No ano de 2024, ocorreram conferências livres locais, estaduais e nacionais que debateram demandas da população migrante, refugiada e apátrida, e o papel dos governos municipais, estaduais e federais em atender as necessidades apontadas. No Paraná especificamente, houve conferências nas cidades de Londrina, Toledo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Umuarama, Araucária, Cascavel, Apucarana e Dois Vizinhos³.

³ Informações adquiridas no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/li->

Houve conferências em várias cidades brasileiras, e ao final, a realização da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida a 2ª COMIGRAR, onde delegados eleitos em suas etapas locais deveriam levar as propostas discutidas para a etapa nacional. A etapa nacional aconteceu nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2024, o evento foi sediado em Brasília e contou com a participação da Administração Pública Federal, pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, Organizações Internacionais e academia⁴.

Segundo o Caderno Final da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida (2024) o evento reuniu cerca de 14 mil participantes e gerou mais de 2 mil propostas de aprimoração das políticas públicas. Durante os dias do evento foram realizados Grupos de Trabalho e Miniplenárias, sendo os principais eixos discutidos: 1) Igualdade de tratamento e acesso a serviços públicos, 2) Inserção socioeconômica e promoção do trabalho decente, 3) Interculturalidade e diversidades, 4) Governança e Participação Social, 5) Regularização Migratória e documental, e por último 6) Enfrentamento a violações de direito.

Entre os debates estiveram presentes diversas pautas, houve a defesa do acesso universal a saúde, a criação de plataformas de dados sobre migrações, refúgio e apátrida, a criação de um conselho específico de migração, a simplificação de processos de regularização e no acesso a serviços e políticas socioassistenciais, entre outros.

No evento estiveram presentes delegados de 29 nacionalidades, sendo a nacionalidade venezuelana a segunda mais presente na Comigrar depois somente da nacionalidade brasileira. Os estados brasileiros de maior número de residência dos delegados consistiram em São Paulo, Paraná e Distrito Federal.

Apesar dessas iniciativas, nota-se que ainda existem várias dificuldades da cidade de Foz do Iguaçu no acolhimento desses migrantes e refugiados, as iniciativas ainda se apresentam insuficientes para a alta demanda que existe nesse território fronteiriço. Como alguns dos desafios apontados pode-se citar

[comigrar#:~:text=A%20Secretaria%20Nacional%20de%20Justi%C3%A7a,ser%C3%A1%20sediado%20em%20Bras%C3%ADlia%2C%20DF.](#)

⁴ Caderno Final da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida (Comigrar). 2024.

definição das competências de cada ator no que consiste em sua função na rede de assistência, e a necessidade de capacitação constante dos funcionários que atendem a população refugiada e migrante diretamente (ACNUR, 2022).

Sobretudo, como Foz do Iguaçu é uma cidade de fronteira, há características específicas quanto a utilização pela população da rede de atendimento de saúde pública. Há desafios não apenas ao atendimento há imigrantes que vêm de diversos países do mundo, como também o atendimento aos migrantes pendulares que vivem do outro lado da fronteira.

A exemplo disso, podemos trazer a situação de migrantes paraguaios, de brasileiros que moram no Paraguai ou que são descendentes de paraguaios que atravessam a fronteira para ter acesso ao Sistema Único de Saúde. Para ter acesso ao Sistema de Saúde brasileiro são utilizados por eles estratégias como a falsificação de endereços, o uso de endereços de parentes, o aluguel de endereços no Brasil, onde eles podem ter acesso a documentos como contas de água, luz e outros para poder comprovar residência no país.

Há também os que esperam que a situação de saúde chegue a um estado crítico, e ultrapassam a fronteira em busca de atendimento, quando não conseguem mais suportar a dor, já que casos emergenciais o profissional de saúde não pode negar atendimento pois a omissão de socorro é tipificada no artigo 145 do Código Penal como crime (NASCIMENTO e ANDRADE, 2018).

Essa situação é antiga no contexto da fronteira, e há o entendimento pelos profissionais de saúde que deveria haver a existência de políticas públicas específicas para cidades fronteiriças, dado o alto número de pessoas atendidas pelo sistema de saúde que não estão previstas no repasse de verbas à saúde destinado ao território.

Esse contexto, por vezes, pode gerar sentimentos negativos ou fortalecendo os já existentes, por parte dos brasileiros em relação aos paraguaios e vice-versa (NASCIMENTO e ANDRADE, 2018). Em algumas entrevistas apareceram situações de preconceitos de brasileiros direcionados a paraguaios, que mesmo não sendo direcionados aos entrevistados de nacionalidade venezuelana, estes também acabaram por sofrer situações de xenofobia.

Tendo situado o contexto em que se apresentam essas migrações, o histórico da cidade onde perpassam esses fluxos de migrantes, a rede disponível de atenção à essa população, e no que implica a ação de migrar na vida dessas pessoas, podemos nos direcionar a pensar na relação entre os processos de subjetividade e o território, ou mais especificamente neste trabalho, a circulação pelo território e a sensação de pertencimento a este, que vem sendo explicitado em diferentes documentos relativos desde a Reforma Psiquiátrica.

Refúgio, território e subjetividades

O conceito de território vem sendo estudado por inúmeras áreas do conhecimento, e tomando sentidos diversos. Na área da saúde pública a agregação de conceitos geográficos como o de território apresentam-se como prática comum atualmente. Para o geógrafo Milton Santos, o território se apresentaria como algo dinâmico e repleto de inter-relações. Ele enfatiza sobre as relações existentes entre o território e a sociedade em que ambos se influenciam, sendo o território um lugar importante sobre a vida do indivíduo e do corpo social (LIMA e YASUI, 2014).

“A ideia de território transitará do político para o cultural, das fronteiras entre povos aos limites do corpo e ao afeto entre as pessoas.” (LIMA e YASUI, p.597, 2014). No âmbito da saúde, a perspectiva do território se torna ampla, ela auxilia no entendimento do processo de saúde e doença, e coloca em evidência fatores que acontecem dentro do território e que ocorrem no espaço temporal do cotidiano de vida das pessoas, como a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização (MOKEN et.al., 2008).

Lima e Yasui (2014) entendem que o território ultrapassa a noção de delimitação geográfica, ele na verdade seria relacional. O território nesse sentido, diz respeito à construção e a transformação entre cenários naturais e a história social que os homens produzem. Entre alguns exemplos estariam os diferentes modos de viver das pessoas, as percepções e a compreensão sobre o lugar, as relações que emergem dos meios de apropriação e de alienação desse espaço

somados aos valores sociais, econômicos, políticos e culturais, e as múltiplas formas construção do espaço, que produzem sentido para o lugar onde se habita por meio das práticas cotidianas (LIMA e YASUI, 2014).

Para nos aprofundar em um âmbito que volta a atenção para a construção de subjetividades, podemos trazer para o diálogo a teoria do filósofo Gilles Deleuze (1925-1995) e do psicanalista Félix Guattari (1930-1992) em que o território se consistiria em direção a produção de subjetividade dos seres humanos, em contato e em processo de abertura e atravessamento por uma multiplicidade de forças, que percorreriam o tecido social. O território aqui, poderia consistir em um espaço vivido, mas também como um sistema percebido no qual um indivíduo se sentiria “em casa”, seria o conjunto de projetos e representações que resultaria em comportamentos, investimentos, tempos e espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Assim, poder-se-ia pensar no território como um fator que poderia trabalhar na promoção da saúde mental e que possibilitaria a produção de subjetividades diversas, de início, em um sentido macropolítico, onde existiriam redes de atenção e apoio sensíveis às especificidades da população migrante que estes poderiam acessar e ter como referência para atender suas necessidades básicas como direitos a saúde, educação ou lazer.

Entretanto, também poderíamos pensar no território no sentido micropolítico, em como a circulação e apropriação desse novo território em que o sujeito migrante é inserido, pode agenciar a produção de subjetividade desse sujeito e conseqüentemente a sua organização e produção de saúde mental, pois nessa perspectiva estariam os encontros e afetos que se constelam numa relação com o padeiro, o motorista de ônibus, com o segurança de um museu, todos os conjuntos de ações que provoquem, instiguem, convidem o território, a cultura, a construir coletivamente novas formas de convivência com a diferença (LIMA e YASUI, 2014).

O processo migratório não é algo simples de ser vivido, mesmo nas migrações planejadas e que apresentam um objetivo. Para além de um fenômeno social, político e histórico, a migração é também um processo psíquico que envolve uma mudança no ambiente externo do sujeito que migra e

consequentemente uma desorganização de seu ambiente interno cultural (MORO, 2015).

A cultura permite ao indivíduo um repertório, onde a partir deste ele enxerga o mundo de certo ponto de vista e a ele atribui significados. “Cada sistema cultural engloba uma língua, um sistema de parentesco, um corpo de técnicas de cuidado, as técnicas de maternagem etc.” (MORO, p.186, 2015). Esses elementos são coerentemente estruturados em representações e enunciados linguísticos onde adquirem sentido e transformam-se em linguagem, tais representações se colocam como área compartilhada entre o mundo individual e o coletivo (MORO, 2015).

O processo de migração é vivenciado pelos indivíduos de forma ambivalente como exemplo podemos citar o desejo de partir, mas também o medo de se separar da família ou a busca pela independência, mas em contraponto o desejo de manter os laços (MORO, 2015). Independente da motivação pela qual o indivíduo escolhe migrar, o processo de migração pode sim tornar-se um processo traumático. Aqui é importante colocar que o viés da psicologia em que se adota no presente estudo não pretende a patologização das experiências político, histórico e sociais vividas pela pessoa que migra, entende-se que o processo migratório é um acontecimento de forte intensidade na vida das pessoas e consequentemente pode gerar fortes reações.

Entende-se que fatores sociais desfavoráveis tanto no país de origem quanto no de destino possam se apresentar como fatores agravantes para estabelecer o quadro traumático como por exemplo a exclusão, a discriminação, o racismo são posições frente a pessoa migrante que fragilizam esta nova inscrição na nova sociedade que acaba por vulnerabilizar os sujeitos (MORO, 2015).

Pensando em todos esses fatores, e prestando uma especial atenção nos fatores micropolíticos, surgem questionamentos como por exemplo, como se dá a circulação de migrantes refugiados na cidade? Aparecem indagações quanto ao quesito que perpassa a subjetividade, em como consistiria a circulação desses migrantes refugiados pela cidade de Foz do Iguaçu, se existem comércios que estes possuem, ou que dão preferência em frequentar, se vão a estabelecimentos

religiosos, se os lugares que frequentam os dão o acolhimento que buscam, e como essa circulação pela cidade, onde atualmente vivem, produziria subjetividades.

Seguindo essa pista, em um primeiro momento, o presente estudo pretende se pautar em dois questionamentos que consistiram em: 1) Como se dá a circulação pelo território vivenciado pelos migrantes refugiados venezuelanos em Foz do Iguaçu e 2) Quais as produções de subjetividade que advém dessa circulação pelo território.

Objetiva-se com esse estudo identificar a circulação de migrantes refugiados venezuelanos pelo território de Foz do Iguaçu, entendendo no que implicaria para o próprio migrante e para o território habitado, as produções de subjetividades possibilitadas pela movimentação desse corpo migrante na cidade. Mais especificamente, o estudo propõe a 1) Identificar, por meio dos diários de campo e de entrevistas semi-estruturadas à migrantes e refugiados venezuelanos que moram na cidade de Foz do Iguaçu como se dá sua circulação pela cidade; 2) Entender por meio da análise dessas entrevistas e diários de campo quais as produções de subjetividade que emergem dessa circulação.

Nacionalidade venezuelana, migração e refúgio

Aqui é importante estabelecer a delimitação da escolha pela nacionalidade venezuelana e sobre a situação de refúgio para realizar esse estudo.

Como já foi explicitado, em Foz do Iguaçu estão presentes diversas nacionalidades. Em um primeiro momento a escolha pela nacionalidade venezuelana se deu pela prévia aproximação da pesquisadora com essa população, por ter trabalhado atendendo como psicóloga voluntária, migrantes refugiados venezuelanos na Casa do Migrante, na cidade do Conde no estado da Paraíba. Essa experiência que foi realizada em um período de seis meses, somada a experiências prévias na mesma Casa do Migrante, onde no meu processo de graduação tive a oportunidade de participar de um projeto de extensão e da realização do estágio nesse local.

Essas experiências fizeram com que existisse uma aproximação maior da pesquisadora com as realidades dessa nacionalidade e com seu processo de entrada no Brasil. Há também o número cada vez mais expressivo de venezuelanos no Brasil, e na cidade de Foz do Iguaçu, sendo uma das nacionalidades bastante presentes em diversos estados e cidades do Brasil.

A migração venezuelana teve início em outra fronteira, a do Brasil com a Venezuela. No começo, as migrações de venezuelanos para o outro lado da fronteira aconteciam de forma pendular. Essas migrações eram decorrentes da busca de serviços e produtos que estavam em escassez na Venezuela, mas eles retornavam logo em seguida⁵.

Em seguida, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, a partir do ano de 2016, com o agravamento da crise, a desvalorização do bolívar e o declínio do poder de compra dos venezuelanos, esses migrantes começaram a fixar-se no Brasil, principalmente em Roraima que é onde se encontra a maior parte da fronteira e a estrada que liga os dois países.

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (2020), de 2013 a 2019, 176.136 venezuelanos regularizaram-se no Brasil como solicitantes de refúgio e de residência, sendo a estratégia principal a de obter regularização pelo reconhecimento como refugiado.

Estes dados levam ao próximo recorte estabelecido, o de migrante refugiado. Existe uma distinção entre o migrante e o refugiado, estabelecida nas leis de migração, transcrevendo o que haveria de ser necessário para que um imigrante possa ou não se enquadrar como solicitante de refúgio no país. Também há diferenças entre como será a regularização do refugiado e do migrante, as leis que vão atuar em cada caso e os direitos que eles terão. Essa distinção é importante para que o governo saiba distinguir entre a proteção e direitos da pessoa que chega com o visto de refugiado, sendo a ele garantida a proteção internacional.

⁵ Dados da Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. - Rio de Janeiro : FGV DAPP, 2020.

Essa distinção remete a forma de regularização dessa pessoa no Brasil, e é algo importante para os governos, pois os países têm diferentes legislações acerca de como tratarão um migrante e um refugiado. Mas aqui também se reflete como vai impactar a subjetividade das pessoas, quando uma das primeiras coisas do começo do deslocamento, que é a motivação de sair de seu território, acontece não por seu desejo, mas pela necessidade.

Não se nega aqui a importância da diferenciação entre o migrante e o refugiado, e do quão é necessária essa distinção para a garantia da proteção e dos direitos do migrante refugiado.

Apesar disso, não foi exigido que os entrevistados possuíssem o visto de refugiado para participarem das entrevistas, por entender que pela ausência de posse do visto de refugiado no Brasil, não signifique que não haja a retirada de seus direitos humanos fundamentais em seu país de origem, tendo sido a migração a forma que encontraram de poder ter uma vida mais digna do que a que se levava em seu país, e sem ter seus direitos violados.

Nenhum dos entrevistados relatou desejar o retorno para seu país de origem, porém manifestaram a falta de vontade de pedir o refúgio pela dificuldade em sair do país. Pois o migrante refugiado deverá informar ao CONARE sobre qualquer viagem para o exterior e em algumas situações terá que pedir autorização para sair do Brasil.⁶

Segundo a Pesquisa sobre o perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil realizado em 2017, acerca do motivo de imigrar para o Brasil, 76,4% dos venezuelanos responderam que seria pela crise política e econômica do país e 12% vinham em busca de trabalho (SIMÕES, 2017).

Nesse mesmo estudo, 4,4% colocaram a motivação da migração pela situação de violência na Venezuela e 2% a questão da perseguição política, o que fez o autor questionar se essa migração seria enquadrada em uma migração de refúgio (SIMÕES, 2017).

⁶ Informações retiradas do site: <https://help.unhcr.org/brazil/solicitacao-da-condicao-de-refugiado/conheca-as-diferencas-entre-o-reconhecimento-da-condicao-de-refugiado-e-a-autorizacao-de-residencia-no-brasil/>

Acerca do retorno ao país de origem, 71,8% não havia retornado a Venezuela, 14,8% haviam retornado apenas uma vez e 4,3% voltaram duas e 7,4% teriam retornado mais de duas vezes (SIMÕES, 2017).

Assim, como a presente pesquisa lança o olhar acerca da adaptação desse migrante refugiado na cidade, sua circulação e movimentação de subjetividades, não foi levado em consideração a obrigação do visto de refugiado para a participação das entrevistas.

Essa percepção converge com o que Alvarez e Passos (2009) explicam ao orientar o aprendizado do cartógrafo. Eles entendem que o início da pesquisa é marcado por posições dicotômicas, compondo uma maior organização do que será apresentada no desenvolvimento e na conclusão da pesquisa. Já ao decorrer do processo de cartografia, esses autores entendem que vamos perdendo essas avaliações mais dicotômicas, com a força do hábito vamos conseguindo enxergar as singularidades e estar atentos ao universo mais plural e rico (ALVAREZ e PASSOS, 2009).

É importante também, estabelecer que apesar do estudo delimitar o lugar em que o migrante reside como a cidade de Foz do Iguaçu, é possível que os lugares os quais eles frequentemente ultrapassem as fronteiras. É preciso visualizar Foz do Iguaçu como fazendo parte de um território que abarca as cidades do Paraguai e Argentina, podendo haver a possibilidade de haver uma maior identificação fora da fronteira do que necessariamente no Brasil. Este estudo leva em consideração esses fatores.

Por conseguinte, a justificativa dessa pesquisa se pauta em entender como a questão da circulação pelo território influencia na facilitação do processo de sensação de pertencimento e familiaridade desse migrante refugiado na nova cidade de acolhida e como essa produção de subjetividade poderia interferir em sua saúde mental.

O estudo dá recursos para entidades e instituições que vêm trabalhando com essa população a entender a circulação desses migrantes pelo território e como melhor intervir para ações futuras visando atender as demandas e priorizar o bem-estar dessa população.

Os riscos envolvidos na realização da pesquisa por vezes se configuraram em um mal-estar psicológico no participante ao evocar memórias difíceis, ou eventos traumáticos vividos com alguma das perguntas realizadas.

Para minimizar os riscos, foi explicado aos participantes que se houvesse o desejo de não responder as perguntas, esse desejo seria respeitado em qualquer momento da entrevista. Também foi explicado a questão da proteção e sigilo dos dados dos participantes, e tomadas as precauções para que os dados fossem protegidos. As perguntas da entrevista foram feitas com muito cuidado, respeitando o tempo dos participantes. A entrevistadora também possui qualificação para intervir, caso desconfortos psicológicos possam surgir, por ser profissional da psicologia.

Trata-se de um estudo interdisciplinar, relacionando os dados socio-geográficos aos trabalhos da psicologia, em que se estudam algumas ideias do que se consiste o território subjetivo dos indivíduos, nas disciplinas da saúde. Mais precisamente ao conceito de território desenvolvido pelo filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Félix Guattari, aos trabalhos desenvolvidos na área da geografia, sobretudo a geografia social desenvolvida pelo geógrafo Milton Santos.

A interdisciplinaridade apresenta-se como uma tentativa de integração. Tendo identificado o fechamento em disciplinas, ou na fragmentação do conhecimento, ela se empenha em criar pontes de diálogos entre as disciplinas (ALVAREZ e SOMMERMAN, 2011).

A promoção da saúde visa oferecer condições e instrumentos para uma ação integral e multidisciplinar agregando fatores subjetivos, sociais, políticos, econômicos e culturais da experiência humana e colocando a serviço da saúde saberes produzidos nos diferentes campos do conhecimento, ela também lida com questões complexas e entende que além da perspectiva experimental das ciências físicas e biológicas baseadas no positivismo lógico também deve-se acrescentar as metodologias das ciências sociais como a antropologia, a psicologia e a sociologia. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Metodologia

O presente tópico visa explicar o percurso metodológico da pesquisa.

Conhecer não implica apenas em representar um mundo já constituído, mas a implicar-se com o mundo, assim, é necessário o engajamento daquele que se propõe a conhecer esse mundo. (ALVAREZ e PASSOS, 2009). O sujeito e o objeto da pesquisa se encontram pelo compartilhamento do território existencial (ALVAREZ e PASSOS, 2009).

“Habitar um território existencial é uma das pistas do método cartográfico” (ALVAREZ e PASSOS, p.131, 2009). Pensando no que esses autores trazem, e na metodologia pensada para realizar essa pesquisa, seria prudente, talvez, começar trazendo um pouco do território existencial da pesquisadora.

Como essa pesquisa se refere a migração e a experiência de ser migrante, seria interessante dizer que já compartilhei esse território existencial, que estudo atualmente nos participantes da pesquisa, pois já fui migrante algumas vezes na minha vida, e hoje ainda sou, de certa forma.

Quando era adolescente eu vivi como migrante brasileira por 10 meses na França, fui com minha família, mãe e pai, pois minha mãe estava realizando seu pós-doutorado e ela também já tinha sido migrante anteriormente no mesmo país, ela ficou lá por 4 anos, antes de conhecer meu pai.

Eu pude sentir algumas das dificuldades de ser uma pessoa migrante latino-americana em um país europeu, como a dificuldade de adaptação ao clima, a cultura, o aprendizado de uma nova língua, a distância e saudades de casa, o preconceito dos europeus por sermos brasileiros, a dificuldade de conseguir alugar um lugar para morar por conta desses preconceitos, como vários outros sentimentos que pessoas que migram sentem. Apesar das dificuldades foi uma experiência que agregou muito para meu crescimento como pessoa, e entendo que ao final de tudo consistiu em uma boa experiência. Nessa época tive a oportunidade de estudar em uma escola pública Internacional a *Cité Scolaire*

Internationale de Lyon, onde tive contato com outros adolescentes de muitos lugares do mundo.

Passei por algumas outras migrações depois disso, primeiro a migração de voltar para o Brasil, tendo vivido em um outro país, uma nova adaptação ao lugar que era conhecido para mim, mas agora não mais tão conhecido assim. Eu voltei para Recife, cidade onde nasci, mas logo depois nos mudamos para João Pessoa, a apenas duas horas de Recife, mas apesar disso, com grandes diferenças entre as duas cidades. Vivi meu final de adolescência e começo de vida adulta em João Pessoa, fiz meu ensino médio e minha graduação em Psicologia nessa cidade.

Após a graduação, me inscrevi para uma Especialização em Integração Paraguai-Brasil, na UNILA, na cidade de Foz do Iguaçu, aqui cheguei em 2022 e ao final dessa pesquisa, completarei 3 anos nessa cidade do Sul do país.

Então há 3 anos, sou estudante da UNILA, primeiro cursando a Especialização, e agora, como mestranda. Nesses anos vivenciei a experiência de ser estudante em uma Universidade que coabita pessoas de diferentes países, o que eu já havia vivido antes na França, mas agora pude viver com colegas latino-americanos.

Apesar de estar em meu próprio país, nós que somos brasileiros, muitas vezes, não conseguimos ter dimensão de quantos *Brasis* existem nesse espaço que tem uma extensão territorial tão vasta. Isso foi algo que me dei conta convivendo com os colegas latino-americanos, já que seus países, às vezes, são do tamanho de um estado brasileiro.

Portanto nessa condição de uma pessoa que não viveu no sul do país, e nem tinha familiaridade com esse espaço do Oeste Paranaense, entrei na fase da descoberta sobre esse local e me deparei com uma história de construção desse espaço muito diferente do Brasil em que eu vivia no Nordeste. Quando o homem se depara com um lugar que não ajudou a criar, e desconhece a história daquele local, esse lugar é sede de uma vigorosa alienação (SANTOS, 2001). Apesar de que após três anos de vivência e implicando-se todos os dias nesse território possa ser que eu não esteja mais tão alienada assim.

Aqui eu pude aprender sobre essa parte do Brasil, até então desconhecida para mim. Fui apresentada aos costumes de consumir a erva-mate, o tereré, a chipa, a sopa paraguaia, a chipaguasu, o choripan, o mbeju, alimentos esses que não são consumidos no Nordeste do país. Fui me acostumando a escutar diferentes linguagens ao caminhar pelas ruas ou pelos corredores da universidade, como espanhol, portunhol, guarani, árabe, crioulo haitiano, além de inglês e francês ao cruzar com turistas que se hospedam no centro para conhecerem as Cataratas.

Descobri a influência da Usina Hidrelétrica de Itaipu sobre a fronteira, entendi como esse local não é um território dividido entre diferentes países, mas que o espaço da fronteira é um território compartilhado, e deve ser enxergado como tal em suas particularidades. Descobri como é atravessar uma ponte a pé ou de carro, passar pelas aduanas, e estar em outro Estado Nação, onde o dinheiro que tenho já não vale, os aplicativos no meu celular não funcionam e nem minha língua é falada.

Entendi ainda que apesar de Foz do Iguaçu ser esse local que comporta tanta gente de diferentes lugares do mundo, a cidade também cultiva em seus moradores, em grande parte, um pensamento mais conservador, que não suporta tanto as diversidades, apesar de conviver com ela diariamente. Exemplo disso foi o choque entre moradores da cidade e a instauração da UNILA, quando os estudantes migrantes começaram a conviver aqui, tendo sofrido muito preconceito. Nessa época os estudantes da UNILA eram mais estigmatizados. Hoje já existe uma maior aceitação, e esse preconceito se diluiu um pouco, porém ainda é presente em certos espaços.

Outro exemplo sobre esse território que parece ser aberto para algumas coisas, mas muito fechado para outras, é o alto índice de casos de violência doméstica na cidade. Aqui, comecei minha vida profissional, atendendo como psicóloga, mulheres em situação de violência, e a cidade de Foz do Iguaçu, em 2023, foi a cidade em que mais ocorreu feminicídios em todo o Paraná, segundo o relatório disponibilizado pela Secretaria da Segurança Pública Centro de Análise, Planejamento e Estatística. Não é difícil encontrar uma mulher que vive aqui, que já tenha sofrido algum tipo de violência.

Para escrever sobre esse território eu primeiro tive que conhecê-lo, e me adaptar a ele. Anteriormente a ideia do projeto de pesquisa surgiu e foi pensado visando a promoção de rodas de saúde mental a migrantes e refugiados estudantes egressos da instituição UNILA. Essa ideia surgiu de mim como estudante, escutando outros estudantes e a demanda deles por questões de saúde mental, advindas de todas as dificuldades que estar no ensino-superior traz, ainda mais sendo migrante.

Apesar disso, fui entendendo que as rodas como haviam sido idealizadas não seriam tão facilmente executadas, logo houve um redirecionamento tanto da metodologia, que por conseguinte alterou o objetivo do trabalho e resultou na especificação do grupo estudado para que a pesquisa fosse executável.

Optei por um redirecionamento, do tema da pesquisa, mas ainda visando estudar a população migrante e seus processos de saúde. Minha atenção foi captada pelo tema do *território*, um assunto muito forte e presente nessa região fronteiriça, e foram surgindo questionamentos de como essas pessoas que saem do seu território e tentam se adaptar a outro conseguiriam fazer isso, se conhecer e circular sobre esse novo território impactaria em sua estadia aqui e em sua saúde.

A circulação aqui seria pensada como um dispositivo de saúde mental, tal qual rodas de conversa, oficinas, ou outros dispositivos que utilizamos como psicólogos para facilitar os processos. Pensando nos estudos de saúde que eu já vinha tendo contato na época da graduação, e como o ambiente influencia na saúde da população, a pesquisa foi se configurando na conversa entre as dimensões dessa circulação pelo território e pela saúde.

Mas para que esse dispositivo seja efetivo, é importante que exista não somente a abertura do sujeito ao território, mas a abertura do território ao sujeito. Então a investigação se apresentou na linha de entender essas aberturas para analisar essa circulação.

O trabalho em questão, agora atualizado, corresponde a uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, que utilizou como

procedimento diários de campo e a entrevista de manejo cartográfico, a migrantes refugiados venezuelanos que possuem residência em Foz do Iguaçu.

A pesquisa cartográfica diz mais sobre o acompanhamento de processos do que sobre a descrição de estados de coisas, essa forma de pesquisa pressupõe a habitação de um território e demanda um processo de aprendizado do próprio cartógrafo (ALVAREZ e PASSOS, 2009).

O caminho da pesquisa cartográfica não deve iniciar com um problema fechado, pois há de deixar espaço para o caminho da pesquisa ir se desenvolvendo no processo, apesar de o início da pesquisa poder começar de forma mais cristalizada, na intenção de que haja certa organização e direcionamento para dar início ao processo, não é interessante se fechar a isso.

Cartografar significa compor com o território existencial se engajando nele (ALVAREZ e PASSOS, 2009). Ao contrário de uma pesquisa mais fechada, um dos primeiros passos para a pesquisa cartográfica seria o movimento do aprendiz-cartógrafo de habitar o território, cultivando uma disponibilidade a experiência, seja o campo completamente alheio ao cartógrafo ou num campo habitual (ALVAREZ e PASSOS, 2009).

Então ao se abrir e se permitir experienciar o território estudado, se implicando, e por que não, pertencendo a este, o cartógrafo vai saindo de uma forma mais cristalizada e entrando em linhas mais flexíveis de fazer a pesquisa. Ele vai sendo afetado pelas experiências de habitação, deixa de lado as formas e regras rígidas e experimenta a abertura da atenção (ALVAREZ e PASSOS, 2009).

Outra característica importante da pesquisa cartográfica, é justamente por essa importância da implicação do pesquisador, essa forma de fazer *ao lado* e *com*, ao invés de *sobre*, pois a cartografia consiste em um método de pesquisa que implica na dissolução do ponto de vista do observador.

Conseqüentemente na cartografia não se trabalha com um observador que permite em sua presença, a separação ou dualidade de sujeito e objeto. A cartografia é mais sobre entender que todo campo da observação emerge da experiência do plano implicacional onde sujeito e objeto, teoria e prática estão

sempre, em sua formação, para além do que se apresenta como forma estática ou permanente (PASSOS e EIRADO, 2009).

Assim, a entrevista cartográfica segue um direcionamento de acompanhar processos. A entrevista então não mira apenas a informação falada, o conteúdo dito, mas sobretudo tenta acessar a experiência em duas dimensões, de forma e de forças, tentando que a fala seja acompanhada como saindo da experiência e não como representação (TEDESCO, SADE e CALIMAN, 2013).

Dessa forma, toda entrevista é produtora de realidades e de experiências, o cartógrafo precisa prestar atenção aos modos de proceder na construção da experiência ao longo da entrevista, na intenção de não se fechar em perspectivas totalizantes e poder proporcionar a abertura as multiplicidades (TEDESCO, SADE e CALIMAN, 2013). Sendo assim, pode-se dizer que a entrevista não é um procedimento que visa coletar dados, mas sim colher os relatos que ela mesma cultiva (TEDESCO, SADE e CALIMAN, 2013).

Diferentemente do processo linear utilizado nas pesquisas da ciência moderna, em que as etapas de análise e discussão de dados se apresentam de forma separada e seguindo uma ordem, na pesquisa cartográfica esses processos não se fazem de forma separada, é como o próprio ato de caminhar, onde há um movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz o momento anterior, e se prolonga nos momentos que vem a seguir (BARROS e KASTRUP, 2009).

Outro método que será utilizado na pesquisa, será o da anotação de diários de campo. Eles consistem em relatos consecutivos após as visitas e as atividades, que agregam tanto as informações colhidas quanto as impressões que emergem no encontro com o campo (BARROS e KASTRUP, 2009).

Essas anotações vão ser constituídas por coisas como o dia que aconteceu a atividade, as pessoas que estavam presentes, informações menos nítidas que serão mais detalhadas posteriormente (BARROS e KASTRUP, 2009). Os relatos buscam, acima de tudo, captar e descrever o que acontece no plano intensivo das forças e dos afetos (BARROS e KASTRUP, 2009).

Os diários de campo são uma boa forma de acompanhar processos. O próprio procedimento da escrita requer uma processualidade (BARROS e KASTRUP, 2009). O diário de campo vai se apresentar bastante relevante na elaboração dos resultados da pesquisa, quando conversar com os autores de textos teóricos.

Como já foi explicitado, a pesquisa cartográfica e seus procedimentos têm cuidado em não se fechar em perspectivas totalizantes. Então, a política da escrita também será composta de contradições, conflitos e enigmas que restam em aberto (BARROS e KASTRUP, 2009). Não é desejável que as conclusões do trabalho sejam confirmações de modelos teóricos já existentes, pois entende-se que as inconclusões da pesquisa também são o que expande o seu campo problemático (BARROS e KASTRUP, 2009).

Sendo assim, o diário de campo consegue nos apresentar como a escrita ancorada na experiência pode contribuir para a produção de dados em uma pesquisa (BARROS e KASTRUP, 2009).

Os participantes da pesquisa foram escolhidos de forma aleatória, a pesquisadora utilizou diversas modalidades de como chegar aos participantes, desde a perguntar em um órgão público sobre esses contatos, conseguir os contatos de conhecidos de conhecidos, até perguntar aos próprios participantes se não teriam outras pessoas para indicar, pode-se dizer que pelo circular do território da pesquisadora, se chegou aos contatos dos participantes. Dessa forma, pôde-se ampliar o alcance da pesquisa, porém se reconhece que alguns dos participantes podem compartilhar características semelhantes, como por exemplo serem estudantes da UNILA, o que pode influenciar os resultados.

Apenas foi exigido que eles tivessem nacionalidade venezuelana, e que residissem em Foz do Iguaçu. Como foi explicado anteriormente, não se levou em consideração o tipo de visto que eles obtinham, pois entende-se que a experiência de migração e refúgio vai além das normas que regem os vistos.

Capítulo I: Relações território e sociedade, outras perspectivas

1.1. Ciência, saúde e controle de territórios

A relação entre território e a sociedade está aí desde o surgimento da humanidade, ela aparece representada de diversas formas com o passar do tempo. O relacionamento com o território está ligado a diversas dimensões do ser-humano, ele influencia questões como saúde, espiritualidade, lazer, educação, segurança, alimentação entre outros fatores.

No presente trabalho, pretende-se aprofundar essa relação pensando na saúde mental e em processos mais subjetivos. Podemos enxergar a relação entre território e sociedade até no próprio surgimento de ciências que tem como objeto de estudo a biologia humana, como por exemplo a medicina, como Foucault elucidou em sua obra em que percorre sobre o nascimento da medicina social.

Em sua tese, ele discorre como a medicina moderna, que hoje se apresenta como algo que aparentemente sempre foi uma disciplina que teve como foco o indivíduo, começou como algo de dimensão social.

Ao decorrer da obra do autor, podemos perceber a relação que o ser humano começa a exercer no território em que habita, agora como uma forma de dominação, sobrepondo-se como espécie e transformando o ambiente para ter condições de habitá-lo.

Esse processo fica claro quando ele traz o exemplo da medicina urbana que aconteceu na França no século XVIII, quando as cidades e a população começaram a crescer demasiadamente, o Estado inicia o controle do território, com o objetivo de unificar a cidade. Ações como o controle do ar e da água que perpassam a cidade, o derrubamento de casas que poderiam impedir que o ar circule de forma livre, o desenvolvimento do conceito de salubridade e higiene pública e o método da quarentena como tática de controle são todas ações que pretendem intervir e controlar esse território.

Foucault explica que a medicina urbana é uma medicina das condições de vida e do meio da existência, então não se passou da análise do organismo a

análise do meio ambiente, e sim da análise do meio e dos efeitos do meio sobre o organismo, e por fim a análise do próprio organismo (FOUCAULT, 1979).

Os próprios manicômios, os quais Foucault analisa em seu trabalho, tiveram seu início a partir da tentativa de higienização das cidades e do controle social da população marginalizada. A higienização atua num sentido do modelo disciplinar, ao poder, às políticas sanitárias e sociais que incidem no território de uma forma cientificista, com o objetivo de construir uma política que atua na direção de obter controle sobre os sujeitos, higienizando lugares na cidade onde determinada população não é entendida como necessária (CAFÉ, 2017).

Foucault explica que esse modelo disciplinar, surge na transformação da forma de controle sobre os corpos que acontece no período dos séculos XVII e XVIII. Segundo ele, as formas de controle sob os corpos antes dessa época, costumavam usar técnicas de incidir sofrimento diretamente no corpo humano, se apresentavam comumente em métodos de tortura, implicando a dor física, execuções públicas, e a violência explícita ficava em evidência.

A transformação desse método vem com o surgimento das disciplinas, onde agora não mais o sofrimento será implicado em punições físicas, se desenvolvendo uma técnica de atenção e manipulação detalhada do tempo, do espaço e dos movimentos. Então, as disciplinas seriam esses métodos que proporcionam o controle minucioso das operações do corpo, que sujeita suas forças e que lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade (FOUCAULT, 2014).

Assim, para atingir o corpo agora se fará a utilização de outras formas, que não o vão alcançar diretamente, como exemplo da prisão, da reclusão, dos trabalhos forçados, da servidão, da interdição de domicílio ou da deportação (FOUCAULT, 2014).

As práticas de punição agora veem o corpo como intermediário, a intervenção sobre ele, seja pelo enclausuramento, seja pelo trabalho obrigatório, pretende privar o indivíduo de sua liberdade, vista como direito e bem (FOUCAULT, 2014). Como exemplo de instituições que abrigam e usam essas disciplinas como fundamento, Foucault cita os colégios, as escolas primárias, o espaço hospitalar e as organizações militares, e com isso ele entende que uma

das coisas para tornar a efetividade das disciplinas possíveis, seria a distribuição dos indivíduos no espaço. Como algumas técnicas de poder que controlam o espaço, ele cita o encarceramento das pessoas em lugares específicos, que existiam na lógica de espaços como internatos e quartéis.

Dando seguimento ao controle sob o espaço, Foucault cita as disciplinas tornariam o espaço como um lugar de análise minuciosa e de separação de corpos e elementos. É importante organizar as presenças e ausências, saber como e onde encontrar os sujeitos, estabelecer comunicações utilitárias, mas impossibilitar outras que não o são, vigiar a cada instante o comportamento de cada um, apreciá-lo, validá-lo, analisando qualidades ou os méritos (FOUCAULT, 2014).

Outro conceito importante em relação ao poder e ao espaço são os das localizações funcionais, visando lugares específicos para criar um espaço útil. Ele traz o exemplo do hospital marítimo que foi criado para ter um controle sobre um porto militar, lugar este onde se movimentavam pessoas e mercadorias, um lugar que havia riscos de contágio, de contrabando, de circulações proibidas, muito parecidos, se lembramos bem, com o espaço da fronteira.

Então o hospital marítimo surge na intenção de controlar esse espaço, mas em uma narrativa que visa o cuidado, e para que seja possível o cuidado, é importante a apropriação sobre essa mobilidade das pessoas. Assim, um espaço que era administrativo e político torna-se terapêutico, há então a individualização dos corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes, tornando o espaço médico, um espaço útil (FOUCAULT, 2014).

Na América Latina, esse controle social ainda se apresenta somado com a colonização, com os esforços dos estados nações para tornar concreta a homogeneização racial, cultural e linguística dos cidadãos e dos povos originários.

No México, entre o século XIX e XX, houve o desenvolvimento de instituições sociais, acadêmicas e científicas. Houve esforços para propor um trabalho de colaboração entre instituições e o governo mexicano para adequar jurisprudências com base na ciência.

As disciplinas da época, tais quais a medicina, a sociedade mexicana de geografia, a sociedade mexicana da língua, e inclusive, a própria psicologia, com o discurso de alavancar o processo de modernização e desenvolvimento do país, focaram principalmente na regulação da vida dos cidadãos através de políticas e programas destinados a eliminar o que eles chamaram de degeneração social (SÁNCHEZ, 2020).

Degeneração social eles apontam que seria tudo o que para a ciência não levaria ao desenvolvimento e progresso da sociedade da época, comportamentos estes os quais eles apontaram como inclinações morais e psicológicas herdadas e inerentes aos povos indígenas da região. Como exemplo eles citam a criminalidade, o alcoolismo, a loucura, a toximania e a prostituição (SÁNCHEZ, 2020).

Não apenas o controle sobre o território e sobre as leis que controlam esse território, como as políticas de higienização, o projeto de mudança social buscou penetrar na vida psíquica das pessoas, estabelecendo uma educação sentimental que levaria a reorientação dos comportamentos considerados perigosos (SÁNCHEZ, 2020).

Cria-se então, um cenário onde existe um comportamento, não apenas disfuncional da população, como prejudicial à saúde e ao progresso desejado por esta sociedade, comportamentos estes inferiores ou atrasados, os quais estão associados a população originária daquele local, e que precisam ser erradicadas para o bem de todos. Fanon traz essa discussão em sua obra "Pele Negra, máscaras brancas" de que a ideia de inferioridade de corpos racializados e colonizados se criariam a partir do momento que existiu o contato com o homem branco colonizador. Ele traz de que a inferiorização é correspondente a superiorização europeia e que o racismo colonial não se difere de outros racismos (FANON, 2008).

Ele desenvolve essa ideia quando fala acerca dos povos malgaxes e da ideia de que se esse povo em algum momento começa a questionar sua humanidade, é porque quando o homem branco chegou, contestou a humanidade desses povos. Fala também do sofrimento que surge dessa contestação, os

povos colonizados sentem-se na posição de tentar que o branco reconheça sua humanidade, se aproximando do comportamento branco.

Dando continuidade a seu pensamento, ele explica como os povos colonizados ao tentar estar o mais próximo dos valores culturais do colonizador, vão se tornando mais brancos. Todo povo no qual cresce um complexo de inferioridade respectivo ao apagamento de sua originalidade cultural, toma posição da linguagem da nação civilizadora (FANON, 2008).

Outro exemplo de controle sobre os corpos e territórios se apresentou no surgimento das instituições psiquiátricas para mulheres na década de XX na Argentina. Em 1852, a Sociedade de Beneficência começa a se incomodar com as mulheres, consideradas na época como alienadas, algumas delas se encontravam presas em cadeias outras andavam pelas ruas pedindo esmolas (SY, 2020).

A solução que criaram foi a de interná-las no Hospital de Mulheres, em um pátio exclusivo para elas, mas isso gerou uma superlotação no local, então foi instituído pela sociedade que essas mulheres consideradas alienadas precisariam de um local apropriado para ficarem sob custódia e serem tratadas. Por este motivo então foi criado em 1854 em Buenos Aires, o Hospital Nacional de Alienadas, onde foram enviadas todas as mulheres “alienadas” que estariam no Hospital de Mulheres (SY, 2020).

Como as outras experiências já citadas, essas internações buscavam o objetivo de manter a sociedade preservada, e isso se realizaria fundamentado nas ideias de higiene, associada a melhora das condições ambientais, na minimização da aparição de doenças e anomalias e na profilaxia que deveria banir os elementos que fossem perigosos para o estabelecimento da sociedade futura almejada da época (SY, 2020).

Então, podemos observar que nesses casos, o controle do território alcança muito mais do que o lugar onde se vivem as pessoas, ele adentra mais profundamente em seu objetivo de homogeneização e colonização de uma diversidade de subjetividades, culturas, línguas, modos de vida e de circulação pelo território. Isso fica bem mais claro ao olharmos para os territórios que

sofreram a colonização, como Anahi Sy (2018) pontua, no caso das internações das mulheres na Argentina, se configuraram majoritariamente na internação de mulheres migrantes e pobres.

Fanon traz que todas as formas de exploração se parecem pois são aplicadas a um mesmo objetivo que seria o de repor o homem no seu lugar (FANON, 2008).

Mas Foucault também coloca um contraponto, quando entende que no mesmo lugar em que o poder está, também existe a presença da resistência, sendo o território esse espaço que possibilita o surgimento de subjetividades que escapam ao controle (LIMA e YASUI, 2014).

Os manicômios e hospitais psiquiátricos historicamente estiveram no lugar de cumprir o papel de homogeneização e higienização das cidades. Apesar disso, o movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, vem conseguindo desde os anos de 1980, marcos que pretendem mudanças significativas na atenção psiquiátrica no país.

A Reforma Psiquiátrica consistiu em um movimento internacional, e no Brasil, resultou na desinstitucionalização de hospitais psiquiátricos, passando a dar preferência na criação de serviços substitutivos, como as redes de atenção à saúde mental, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), leitos psiquiátricos em hospitais gerais, oficinas terapêuticas e residências terapêuticas (HIRDES, 2009).

O movimento da Reforma foi construído com muita luta pelos trabalhadores da saúde, dos usuários dos serviços, e pela sociedade. Alguns dos momentos marcantes que consistiram na estruturação para que ela fosse possível foram a 8ª Conferência Nacional de Saúde no ano de 1986, a 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental em 1987, a 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental em 1992, e a 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental no ano de 2001 (HIRDES, 2009).

Outro momento que pode ser lembrado a nível internacional, foi a Conferência Regional para Reestruturação da Assistência Psiquiátrica que aconteceu em Caracas, em 1990, onde foi promulgado a “Declaração de

Caracas”. Neste documento os países da América Latina se comprometem em alguns dos objetivos como o de promover a reestruturação da assistência psiquiátrica e rever o papel hegemônico e centralizador do hospital psiquiátrico (HIRDES, 2009).

Em 2001 no Brasil foi criada a lei nº10.216 de 2001 que é conhecida como a lei da Reforma Psiquiátrica, que dispõe acerca da proteção e dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2001).

1.2. Novas perspectivas na relação entre psicologia e território

Aprofundando em um olhar voltado a processos internos, além dos processos puramente biológicos, pode-se pensar em algumas correntes da psicologia que vem tentando introduzir a importância de estar atento ao território e como este influencia nos processos subjetivos das pessoas, nesta relação de troca e interferência constante de um sob o outro.

Para além da questão de pensar como o ambiente em que o indivíduo vive interfere na formação da psique, de sua cultura introjetada ou se esta pessoa teve as condições ideais que precisava para se desenvolver, tenta-se visualizar e entender a relação entre sociedade e espaço geográfico e suas múltiplas dimensões. Pode-se falar então de uma inseparabilidade estrutural, funcional e processual do espaço geográfico e das pessoas que o habitam (LIMA e YASUI, 2014).

A eco psicologia, por exemplo, é uma teoria que pretende estudar a inter-relação entre a natureza e o ser-humano, ela surgiu em 1992 idealizada por Theodore Roszak. A eco psicologia propõe estudar mais do que as relações inter e intrapessoais e coloca na discussão as nossas conexões psíquicas com o mundo natural (BILIBIO, 2013).

Durante o percurso da psicologia, as relações entre o ser-humano e natureza e sua importância fundamental para a saúde mental não foram

abordadas por muitas das escolas da disciplina (BILIBIO, 2013). James Hillman citado por Marco Bilibio (2013) apontou os limites das teorias que levam em consideração apenas a questão intrapsíquica do ser-humano e não estiveram atentas às múltiplas conexões que percebem a não limitação entre a pessoa e o mundo que a cerca.

A eco psicologia, como vários outros campos interdisciplinares, entende que a análise disciplinar não consegue dar conta de enxergar a amplitude que o fenômeno pede.

Quando a eco psicologia dialoga com disciplinas como a biologia, ecologia e a bioquímica, ela entende que a vida acontece por trocas energéticas entre elementos de um sistema, e que estas influenciam na qualidade desse sistema, os corpos dos seres humanos estão em troca constante em relação ao meio em que vivem, onde essas interações variam entre o equilíbrio, desequilíbrio e o reequilíbrio, essas trocas não existem apenas no âmbito biológico, mas acontecem também no campo psíquico, enquanto construímos relações emocionais e cognitivas com o mundo onde vivemos (BILIBIO, 2013).

Existe uma tendência histórica, no contexto em que se desenvolveram as ciências, a enxergar os fenômenos, de forma antropocêntrica, não colocando o ser-humano como parte de um sistema, priorizando a disciplinarização do conhecimento e definindo a identidade humana como espécie fora do mundo natural (BIBLIO, 2013).

Outra área da psicologia que propôs estudar as relações entre ser-humano e o meio é a Psicologia Ambiental. Esta surgiu mais relacionada a ambientes construídos, visando entender as relações entre comportamentos humanos e ambientes socio-físicos, estando relacionada com as disciplinas de arquitetura e urbanismo (BILIBIO, 2013).

A Psicologia Ambiental estudou questões como: “(...) percepção, orientação e representação espacial, espaço pessoal, privacidade e territorialidade, efeitos afetivos ou estressores do ambiente, design de espaços internos, entre muitos outros (...)” (BILIBIO, p.15, 2013).

Ao pensar em práticas clínicas ligadas a forma do cuidado relacionadas ao território, em seu sentido geográfico e subjetivo, podemos lembrar do Acompanhante Terapêutico (AT). O AT teve origem na Argentina na década de 60, os primeiros acompanhantes terapêuticos surgiram primeiramente dentro das instituições, organizando atividades recreativas, depois passaram a atuar dentro dos ambientes domésticos em contato direto com a contexto familiar do paciente, eles surgiram com o processo da Reforma Psiquiátrica e tinham o foco no acompanhamento de pessoas psicóticas (ACIOLI e AMARANTE, 2013).

Segundo Araújo (2007) poder-se-ia definir o acompanhamento terapêutico como uma clínica que se realiza junto ao espaço, e o deslocamento através dele.

Apesar de ter iniciado com o acompanhamento de psicóticos, essa prática pode ser efetiva com pacientes que não necessariamente apresentam um quadro de psicose. Essa prática consiste em acompanhar processos, enquanto nos deslocamos pelo espaço geográfico em que estamos fisicamente, quando entramos em contato com as possibilidades e encontros que estar em contato com o mundo nos proporciona, também se movimentam processos internos. Coloca-se então, a ocupação, a apropriação e a circulação pelo espaço, como operações clínicas (ARAÚJO, p.44, 2007).

Enquanto se acompanha o paciente pelo espaço físico, seja este uma rua, uma praça, um cinema, ou apenas uma ida à padaria, ao percorrer este caminho, ele pode engatar em múltiplas conexões.

O AT acompanha o paciente ao percorrer o espaço geográfico e ao mesmo tempo acompanha a criação e mudanças de sentido que vão acontecendo ao decorrer deste passeio. O surgimento do sentido através do passeio entre as coisas, também se configura em um passeio entre os sentidos, pois eles não são estáticos (ARAÚJO, 2007).

O sentido, suas construções e desconstruções consistem em uma parte importante do bem-estar e saúde mental humana. Viktor Frankl foi um psiquiatra que ficou conhecido por desenvolver estudos acerca da importância que possui o sentido da vida para o ser-humano, para ele, o homem teria uma necessidade

de sentido, e essa necessidade se coloca em todas as etapas da vida (SILVEIRA e GRADIM, 2015). Na perspectiva desse autor, o sentido estaria em constante relação com a situação, o que o torna único e irrepetível (SILVEIRA e GARDIM, 2015).

Outra relação entre saúde e território que poderíamos trazer a baila, seria o próprio Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS é um sistema público com fundamento em um projeto territorial descentralizado, hierarquizado e que integra regionalmente por meio das redes de atenção à saúde (FARIA, 2020).

O que nos leva a Atenção Básica (ABS), que está presente em todo o território nacional, onde as pessoas poderão ter acesso aos demais níveis do cuidado, como a atenção secundária e terciária (FARIA, 2020). A ideia da Atenção Básica é consistir na porta de entrada principal a rede de saúde, estar no território do usuário e criar uma relação de referência com ele, um vínculo com os usuários e equipe de saúde, viabilizando o cuidado longitudinal.

Na Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que dispõe sobre a organização da Atenção Básica no SUS, entende que a gestão deve delimitar o território que ficará sobre a responsabilidade de cada equipe, que deverá conhecer o território onde irá atuar, para pensar as ações de saúde de acordo com o perfil e as necessidades da comunidade, e vai considerar para a cartografia do território elementos ambientais, históricos, demográficos, geográficos, econômicos, sanitários, culturais entre outros, e ainda complementa de que a territorialização sempre será necessária, pois o território é vivo (BRASIL, 2017).

Assim, considera-se que o contato, circulação e pertencimento com o lugar em que se habita tem um grande peso na construção de sentido das pessoas que vivem nesse espaço. Há múltiplas formas em que os seres se conectam ao espaço em que vivem, e se não existe conexão, favorece também a perda do sentido.

Se analisarmos as ideias acerca da influência do território e do ambiente natural na psique humana construídas pelas ciências ao longo do tempo, podemos ter a percepção que é algo novo e inédito a ser estudado. Entretanto,

este entendimento já é existente, antes mesmo do advento do método científico, pois está presente nas práticas e na cosmovisão dos povos originários.

Para se ter uma referência sobre esse assunto, podemos lembrar da frase “Sem tekoha não há tekovy” foi colocada pelo autor paraguaio Bartolomeu Meliá (2004) mas na realidade não tem autor, se entende mais como um modo de vivência Guarani, a frase tenta explicar a cosmovisão desse povo, significando: sem a terra não há vida feliz, sendo a vida feliz uma compreensão de um bem viver (PEREIRA E GODOY, 2020).

Podemos entender então que, na cosmovisão desse povo, a terra não estaria apenas relacionada a uma questão de simples posse, mas uma noção de habitação do território de um modo pleno, que se origina desde sua criação cultural e social, estaria relacionado diretamente ao ser ou à existência do ser, pois sem um não existe o outro (PEREIRA E GODOY, 2020).

As autoras Pereira e Godoy (2020) discorrem sobre a noção de “comarca” quando estudam uma comarca guarani, em que essas divisões estabelecidas entre estados-nações, nacionalidades, culturas, línguas e tudo que está envolvido na relação território-sociedade torna-se mais complexo. Segundo essas autoras, a comarca consistiria num espaço geográfico que não seria demarcado por fronteiras nacionais, mas estaria formada por uma região agregando características de uma paisagem humana e social específica.

Então, a comarca se apresentaria como um mapa diferenciado do mapa geopoliticamente estabelecido, entendendo que a configuração territorial vai muito além dos Estados Nacionais. Poder-se-ia até dizer que este outro mapa seria mais fiel do que o estabelecido pelos estados-nação, em que saltariam as semelhanças entre as pessoas e o espaço que habitam (PEREIRA e GODOY, 2020).

O território indígena se estende além do que pretende em suas demarcações, pois a relação do povo com o território ultrapassa os limites constitucionais impostos, possuindo limites geográficos muito mais amplos do que podemos perceber.

Antônio Bispo discorre sobre a relação de pertencer ao território, quando traz sua experiência sendo quilombola. Para ele, quando explica sobre a sua relação com o quilombo que viveu, relata que é necessária uma relação de pertencimento com esse território, com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas e caso não exista essa relação de pertencimento, existiria apenas a relação de moradia (BISPO, 2023).

Essa discussão nos alerta para a visão de que a territorialidade não necessariamente segue o princípio dos limites geográficos, podendo haver, em uma dada geografia, múltiplas territorialidades. É interessante trazer o conceito de comarca, pois a cidade de Foz do Iguaçu está localizada em um contexto de fronteira entre os países do Brasil, Paraguai e Argentina. É de extrema importância a sensibilidade de enxergar esses países não como divididos de uma forma cristalizada entre as faixas colocadas por suas nações, mas atentar para a existência de uma mistura de línguas, culturas, subjetividades e modos de ser que são característicos dos povos que vivem na fronteira.

O circular pelo território em que se vive possibilita uma ampliação do território da pessoa que circula, se não existe esta circulação, então há a possibilidade do fechamento desse território ou de sua restrição.

São muitos os exemplos que poderíamos citar acerca da relação território e saúde, de território e vínculos, territórios e significados. Neste trabalho não irá se adotar nenhuma dessas perspectivas pois considera-se que não seriam suficientes para abarcar toda a discussão, mas foi considerado interessante trazê-las para ter a dimensão da discussão acerca da relação entre seres-humanos e o território.

1.3. Território e fronteiras

Nas fronteiras, há uma expectativa de ultrapassagem dos elementos que a formam na elaboração de um terceiro elemento, pois “ser fronteira” consistiria

em ser além do que a soma das partes, mas de produzir uma nova identidade (BARROS, 2017).

Para Milton Santos (2017), cada lugar, é a sua maneira, o mundo. O autor explica que com o advento da globalização, as necessidades implantadas pelo novo regime de acumulação, fizeram do espaço um campo de forças multicomplexo, gerando especialização e individualização dos elementos do espaço.

Apesar dessa mundialização dos lugares e espaços proporcionados pela globalização, para Santos (2017), quanto mais globalizado um lugar maior será sua individualidade, e esse fenômeno ele comenta que pode ser denominado de glocalidade. A fronteira, em seu espaço diverso, que comporta variadas culturas e localidades, não deixa de apresentar suas características próprias e únicas, suas relações de forças as quais são específicas e apenas possíveis no território de fronteira.

As fronteiras, historicamente, tiveram sua origem na luta pela hegemonia de alguns grupos, que consistia em poder explorar um território e suas riquezas. Então, essa busca resultou na sujeição de alguns grupos por outros, e conseqüentemente na definição de territórios e suas fronteiras (GUIMARÃES, 2008).

Guimarães (2008) em seu texto, contradiz o que se imagina hoje, que os Estados-nações foram formados por uma identificação de um povo com aquele local, com a cultura e seus modos de viver. Na realidade, o autor traz o caso dos primeiros Estados-nações que surgiram na Europa na época do feudalismo, que não eram compostos de nações homogêneas, mas sim de populações de diversas origens étnicas, miscigenadas, tradições e religiões distintas (GUIMARÃES, 2008).

A Nação seria construída pelo Estado, não seguindo a ideia pré-concebida de que o Estado teria se formado através da Nação, pois seria inconcebível o surgimento espontâneo de uma nação, que teoricamente consistiria em uma certa identificação de povos num sentido social e econômico, quando, na verdade, coexistiam uma diversidade de etnias, de religiões, do tardio

estabelecimento de línguas, sendo o surgimento da Nação apenas possível com um Estado que pretende organizar, administrar e unificar essas populações (GUIMARÃES, 2008).

Portanto podemos visualizar as várias dimensões onde há a conexão do ser-humano e do território onde habita, se influenciando, produzindo subjetividades e sentidos. Mas não necessariamente, esses sentidos estão ligados à formação institucionalizada desses territórios, como foi visto, pode existir uma multiculturalidade apesar de definições de fronteiras macropolíticas.

Isso é verdade nas migrações pendulares as quais são comuns em território fronteiriço, onde existe uma circulação de pessoas de nacionalidades distintas, mas que se apropriam do território, de forma a ultrapassar as demarcações internacionais estabelecidas. O exemplo disso seriam pessoas que cruzam as pontes, rios e ruas entre países todos os dias para irem trabalhar, estudar, visitar suas famílias e tudo o mais que envolve o deslocamento dos fronteiriços pelos países.

A cidade de Foz do Iguaçu, estando habituada a receber migrantes, e tendo eles feito parte da construção da cidade, nos convida a pensar em quantas comarcas de diferentes povos não existem neste território. Podemos acrescentar na discussão questionamentos de como consistiria a relação de um migrante que chega nessa cidade que consegue coabitar diferentes territorialidades, se esse migrante consegue estabelecer uma relação com o território em que recém chegou, com o que neste território ele vai se conectar, e desse encontro, produzir subjetividade.

Suely Rolnik em seu livro *Cartografia Sentimental: cartografias contemporâneas do desejo* (2016) diz que existe um mito da identidade cultural, de classe ou de nação. Historicamente parece ser imutável essa tentativa de resgatar uma identidade pura e original de tempos passados, mas tal identidade seria na verdade apenas um antigo território que foi desmanchado e antropofagicamente incorporado a vários outros que o seguiram depois.

Pode-se pensar nisso não apenas na identidade apropriada na subjetividade das pessoas, mas nas formações de territórios físicos e subjetivos,

no desenvolvimento de linguagens, culturas, nas expressões artísticas, na alimentação e tudo o mais que envolve ser humano e estar em relação com o mundo, exposto aos encontros. Ao estar situados em território fronteiriço, essa questão salta aos olhos, se pensarmos a mistura de culturas e linguagens que coexistem e se confundem diariamente.

Os territórios, os mundos se apresentam como constelações, onde suas intensidades estão a todo tempo se dispersando, se desmanchando e esboçando outros mundos, poderia se falar então não de uma natureza pura, mas da pura diferença, a pura variação (ROLNIK, 2016).

1.5. Migrações, territorializações e desterritorializações

Ao viver o processo de migração, ao atravessar fronteiras e se encontrar em outro país, o migrante não deixa seu território em seu país de origem, ele o traz consigo, onde ele vai conversar com os territórios existentes no local que o recebe.

Na migração forçada, pela razão da situação urgente de deslocamento a que os migrantes estariam expostos, eles conseguem transportar pouco do que poderia estar ligado a elementos de sua identidade, como por exemplo relações, carreira profissional, status social ou sua residência (MARTINS-BORGES, 2013).

Inclusive a depender das condições que a pessoa migrante possua. Quanto ao fator da profissão, no Brasil, o processo de revalidação de diplomas consiste em um processo muito custoso, o que acaba por tornar mais difícil ainda que as pessoas migrantes possam seguir com suas profissões a que se dedicaram enquanto viviam em seu país de origem.

Todas essas experiências são contextos que fizeram parte da formação da subjetividade dessas pessoas, e a mudança poderá desestabilizar o lugar

subjetivo no mundo desses migrantes, mesmo que apenas por um breve período (MARTINS-BORGES, 2013).

Entende-se que ocorrerá uma desconstrução do lugar desse migrante no mundo, ao experienciar todos os processos que envolvem migrar de um lugar para outro. Então, seguindo essa pista, o migrante parece transitar por um não-lugar, um momento que parece como um limbo quanto aos fenômenos que saltam a relação dinâmica entre o território e as pessoas, o que não necessariamente se apresenta como algo bom ou ruim, mas parece ser da ordem de uma reorganização dessa pessoa no mundo.

O migrante então, parece se encontrar fora da zona geográfica física, social, afetiva e cultural onde ele se constituiu, o que deixa a sua comunicação entre o mundo externo e interno até certo ponto, temporariamente abalada (PERES et al. 2017). O profissional de saúde, que vai receber e atender a pessoa em migração no país de acolhimento, deve ter um olhar atento para acompanhar a movimentação dessa desorganização, pois em algum momento é necessária uma certa organização.

Peres et. al. (2017) contextualiza sobre o lugar da cultura na formação psíquica dos seres-humanos, segundo esses autores, a cultura consistiria em um mapa mental compartilhado pelas pessoas de uma mesma sociedade, onde existe uma compreensão, uma familiaridade e até certa aceitação acerca de várias questões que englobam essa cultura, como normas, valores, práticas, rituais, símbolos, códigos e linguagem. Segundo esses autores, o indivíduo estar inserido em sua cultura, permite que esse pense, trabalhe e viva evitando medo e perplexidade, pois nessa perspectiva, entende-se que o rompimento com a cultura de origem pode encadear em eventos traumáticos por o sujeito migrante estar mais vulnerável psicologicamente ao não estar inserido em um lugar em que suas experiências são validadas pelo mundo externo (PERES et.al. 2017).

É preciso estar atento, de fato, como os autores trazem, a essa vulnerabilidade que estar fora de seu contexto cultural ocasiona às pessoas que foram forçadas a se deslocar. Milton Santos (2017) coloca muito bem, quando observa esse mundo da fluidez, da velocidade, da frequência dos deslocamentos e da banalidade do movimento que evidenciam no ser-humano, o corpo como

uma certeza materialmente sensível, colocado diante de um universo difícil de aprender.

Mas ele também coloca essa forma migrante de estar no mundo como uma potencialidade, para além de suas dificuldades. Em seu livro “A Natureza do Espaço”, ele entende que o migrante estaria acostumado a uma longa e repetitiva convivência com um conjunto de signos em sua realidade local, onde ele estaria familiarizado com a história daquele lugar a qual ele mesmo contribuiu para existir. Com o processo de globalização, a regra colocou o movimento e a circulação como o normal e esperado, não apenas do deslocamento de homens como turistas ou imigrantes, mas uma alta rotatividade de produtos, mercadorias, imagens e ideias, o que ele traz como consequência, a desterritorialização, que na significação do autor, remete ao estranhamento que é também desculturização (SANTOS, 2017).

Então quando o migrante chega no outro lugar, que agora, pretende ser o local de sua residência, seja temporária ou definitiva, ele se encontra alienado em relação a este lugar, no qual ele é um estranho, pois é um espaço onde ele não ajudou a criar, desconhece sua história e a memória lhe é estranha (SANTOS, 2017).

Milton Santos (2017) nos atenta para a importância do espaço como meio facilitador para o processo de desalienação dessa pessoa por meio do entorno vivido. O cotidiano, o momento presente, possibilitada sua vivência, é um caminho para o aprendizado e o retorno a uma orientação antes perdida nos primeiros momentos de espanto e atordoamento.

Ele coloca o espaço como o lugar de palco onde é possível que aconteça essa orientação, essa descoberta de um nova cultura e territorialidade, em que no contato com os moradores, em sua rotina, com sua circulação, o migrante pode aprender o que nunca o foi ensinado, e pouco a pouco, o processo de alienação cede espaço para o processo de integração e entendimento (SANTOS, 2017).

Com os encontros que acontecem no cotidiano de sua vivência onde agora habita, pelas múltiplas conexões que o sujeito pode vir a engatar no

território, há a possibilidade do surgimento de sentimentos de pertencimento e apropriação do lugar que se vive, sendo um meio onde se engata a construção de um novo território habitável para esse migrante.

O espaço se configura como fundamental no processo de descoberta desse migrante. Milton Santos enxerga uma perspectiva de potencialidade na perplexidade que de alguma forma faz parte dessa descoberta que consiste no processo de desalienação. Para ele, quanto mais instável e surpreendente for o espaço, tanto mais será a operação da descoberta. “A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história.” (SANTOS, p.330, 2017).

O estranhamento com o lugar, a não familiarização com sua história e com seus signos, pode fragilizar psicologicamente o migrante e acabar resultando em um trauma para essa pessoa que está tentando se inscrever em uma nova sociedade. Mas é possível a integração por meio da descoberta, vivida em seu cotidiano, em sua circulação pela cidade e com a nova cultura. A germinação de uma nova territorialidade, um novo território existencial desse migrante, um território que não é totalmente nem um nem outro, ele consegue comportar a história vivida em seu país como no novo país que ele habita, onde elas coexistem ao mesmo tempo.

O conceito de desterritorialização também está presente em linhas de pensamento da psicologia como a esquizoanálise, idealizada pelo filósofo Gilles Deleuze e Félix Guattari. Na linha esquizoanalítica, se presta atenção especial aos afetos, proporcionados por encontros de corpos, de como esses afetos precisam, para serem exteriorizados, que se transformem de alguma forma em algo de ordem da matéria (ROLNIK, 2016).

Nesse plano onde os afetos tomam corpo, onde é possível se situar, onde os afetos se compõem e fazem sentido, há a construção do território, ou do território existencial que pode ser de uma pessoa ou de um grupo. A cartografia desse território existencial é possível através desses afetos que conquistam um espaço para se materializar, para se tornarem existentes, eles formam então uma cristalização e certa estabilização, é preciso que se formem, pois é o que proporciona que os afetos possam ser vividos.

Pensando na situação psíquica do sujeito, estabilizar em um território existencial consiste em um processo muito importante para organização, pois a configuração de um território existencial traz segurança, familiaridade, e afasta a perplexidade a qual tende a desestabilização.” Assim, é preciso construir um mínimo de contorno, de território existencial; enfim uma morada que possa funcionar como ancoragem e proteção contra o caos.” (LIMA; YASUI, 2014, p.602).

Da mesma forma que se constrói territórios, eles podem vir a ser desconstruídos, ou entrar em processo de desterritorialização, pois por mais que proporcionem no sujeito, um sentimento de estabilização e permanência, eles não o são. Os afetos nos encontros podem não mais fazer sentido, não mais comporem a cartografia daquele território, fazendo com que ele entre em desterritorialização para re-territorializar em outro.

Nos movimentos de desterritorialização, os territórios perdem a força, mundos se acabam, partículas de afeto expatriadas ficam sem forma e sem rumo (ROLNIK, 2016). Suely Rolnik (2016) explica que nossos órgãos do sentido têm uma capacidade cortical e subcortical. A capacidade cortical seria guiada pela nossa percepção, onde aprendemos sobre o mundo, criamos códigos de representação para que possamos atribuir sentido, ela estaria associada ao tempo, à história e a linguagem do sujeito. Já a capacidade subcortical, estaria desvinculada a esses espaços históricos e temporais do sujeito, e se associam a percepção de campos de forças que nos afetam, onde o outro, a alteridade, se integra a nós, se tornando parte, onde se dissolve aquilo que separa o corpo do mundo (ROLNIK, 2016).

A cartografia pode acompanhar tanto espaços físicos quanto psicossociais, Rolnik faz essa ponte, quando nos mostra que na geografia o que se acompanha são as movimentações das transformações que vão acontecendo na paisagem e a cartografia psicossocial vai pelo mesmo caminho, estando junto no desmanchar e no surgimento de mundos que existem para expressar os afetos (ROLNIK, 2016).

Segundo essa autora, entende-se que a mudança, a construção, desconstrução e reconstrução de territórios existenciais dos sujeitos é constante.

Quando pensamos em migrantes refugiados, podemos pensar que esse sujeito entrará em um processo de desterritorialização forçada, ligado a alienação para com o local que agora chega e ao estranhamento com sua própria subjetividade.

1.6. O cotidiano

Tendo discutido acerca das desterritorializações, reterritorializações, sobre o quão importante se configura a desalienação do migrante sobre o território que ocupa, por meio da apropriação e conhecimento desse espaço, chegamos agora na importância da vivência do cotidiano para que esse processo de familiarização e reterritorialização sejam possíveis.

Para que seja possível o processo de desalienação do espaço, é imprescindível a comunicação e as interações sociais. Para um migrante que chega em outro país, a comunicação e o encontro começam pela hospitalidade.

Uma das dificuldades se apresenta quanto a comunicação no âmbito das diferentes linguagens faladas, gramaticais e simbólicas. A tradução literal do que é falado não é suficiente para dar conta acerca do que é dito. Hoje se entende que é necessária certa mediação cultural e adaptação ao contexto simbólico da pessoa, pois a pessoa que fala, quando fala, traz seu mundo, sua forma de estar no mundo, através de sua linguagem. Assim, estar atento à questão linguística, é estar disposto a acolher o estranho diverso, uma abertura ao universo do outro (GEDIEL e GODOY, 2016).

A comunicação é imprescindível para que haja a interação humana, a criação e construção de laços, o crescimento da solidariedade e a formação de comunidades. Pensando na discussão acerca dos mundos que se constroem e desconstroem, Milton Santos (2017) entende que comunicar significaria pôr em comum interpretações sobre o que existe, onde haveria negociações sociais, pontos de vistas que são variáveis, mas que chegam em acordo em certa medida, comunicar consistiria em uma construção, uma ideia de mundo, onde se cria além do próprio sujeito, as coisas e o mundo.

A comunicação então se apresenta como algo que está engendrado na construção do território existencial do migrante, é uma das coisas que torna possível o compartilhamento dos mundos, é o que torna o mundo palpável, materializado, acessível de certa forma. É por meio dela que ele consegue acessar as novas informações e se desalienar, conseguindo construir uma morada nesse espaço que é desconhecido, pois por meio da comunicação o espaço já não se torna tão desconhecido assim. A territorialidade é a compartimentação da interação humana no espaço (SANTOS, 2017).

O espaço se apresenta como esse lugar onde é possível a coexistência da diversidade e possui viabilidades múltiplas de comunicação (SANTOS, 2017). A comunicação e a formação de vínculos, o encontro de subjetividades diversas é possível por meio do espaço, mas não necessariamente fluirão encontros construtivos, pois a diversidade também pode entrar por um lado de disputa, tensionamentos e competição, se as forças existentes nesse lugar forem sujeitas a essa forma de funcionamento.

Deleuze e Guattari em sua obra “O Anti-édipo: Capitalismo e Esquizofrenia” explicam a relação do desejo na produção de realidades coletivas. Eles trazem o exemplo de momentos históricos como a ascensão do fascismo na Europa. As situações históricas e sociais aliadas ao desejo, tornaram possíveis o surgimento do fascismo, as massas não foram enganadas, elas desejaram o fascismo num certo momento, pois o desejo pode vir a investir o campo social existente tanto em formas repressivas como em formas revolucionárias (DELEUZE e GUATTARRI, 2004).

Então, dependendo das forças e desejos que estiverem ativos e que se movimentam através de dado território e espaço, poderão ou não tornarem esse espaço fértil para a produção, existência e comunicação de diferentes territórios, existenciais, mundos e subjetividades. O desejo aqui se apresenta como um fluxo desejante que liga, conecta, que anima um processo e produz agenciamentos coletivos e, com isso, produz territórios existenciais (DELEUZE e GUATTARRI, 2004).

As forças e fluxos desejantes existentes em dado território em um dado tempo histórico não se configuram apenas no âmbito micropolítico das relações

individuais e dos sujeitos, o âmbito macropolítico possui um peso grande nos agenciamentos coletivos, pois é o que dá a base, a possibilidade para que a criação e estabelecimento desses territórios sejam possíveis ou não.

1.7. Forças e fluxos no território de Foz do Iguaçu

No território de Foz do Iguaçu, vem ocorrendo movimentações direcionadas à questão migratória. Uma das mais recentes, foi a elaboração do “I Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu” construído colaborativamente sob a coordenação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade, por meio do Comitê de Atenção às Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas.

Esse Plano se constitui no primeiro de uma cidade de fronteira no Brasil⁷, e vem de um processo de discussões realizadas com a gestão municipal, sociedade civil, academia e associações de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas de Foz do Iguaçu.

Houve uma audiência pública, para escutar as demandas e ideias da população migrante da cidade, o I Encontro de Migrantes, Apátridas e Refugiados de Foz do Iguaçu que ocorreu em 2023 e nas reuniões posteriores deste encontro, se deu início a construção do Plano. O desenvolvimento do plano se deu na divisão de vários eixos, que consistiram em 1) Assistência Social; 2) Cultura; 3) Educação; 4) Esporte e Lazer; 5) Habitação; 6) Saúde; 7) Segurança Pública e 8) Trabalho.

Para o debate acerca da produção desse plano, foi possibilitado um espaço para discussão durante a semana do Migrante e do Refugiado de 2024,

⁷ Informação retirada do Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas, pode ser encontrado pelo Decreto Nº 32.607, de 3 de Junho de 2024. Pode ser acessado no link: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/decreto/2024/3261/32607/decreto-n-32607-2024-dispoe-sobre-o-plano-municipal-de-politicas-publicas-para-migrantes-refugiados-e-apatridas-de-foz-do-iguacu-para-o-periodo-compreendido-entre-2024-a-2028>

que foi estabelecida na lei 14.678\23 que prevê a discussão acerca do fenômeno migratório, a promoção de direitos e a proposição de políticas públicas para essa população.

O debate ocorreu no campus da Universidade Federal Latino-Americana da Integração e contou com a participação de diversos setores que construíram o plano, além de migrantes e refugiados que ajudaram a pensar o plano e outros que não necessariamente estavam envolvidos na construção dele.

A organização do evento esteve nas mãos da Cátedra Sergio Vieira de Mello (CSVM-UNILA), PET/ Conexão de Saberes e contou com o apoio da Secretaria de Ações Afirmativas e de Equidade de Gênero da UNILA (SECAFE), Associação dos Migrantes, Indígenas e Refugiados de Foz do Iguaçu (AMIRF) e Secretaria de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade de Foz do Iguaçu⁸. O evento foi composto por quatro atividades, entre elas, a apresentação e debate acerca do Plano.

O Plano apresenta ao decorrer dos eixos, metas de ação conforme leis já estabelecidas na legislação brasileira, prevê os órgãos, instituições e parceiros responsáveis para aplicar tais ações e estabelece um prazo para tais aplicações. Ao ler o Plano, podemos observar durante a construção dos eixos, a intenção de que o migrante esteja ativo na formulação de políticas públicas de proteção social, que ele tenha espaços de representatividade no município, que o município possa garantir sua educação e inclusão, o acesso a saúde culturalmente adequado, o direito a migração segura e sua inserção no mercado de trabalho assegurando seus direitos trabalhistas.

A própria lei já enrijece bastante a circulação desse migrante, por colocar o medo e a necessidade de se encaixar na nova sociedade para que possa permanecer nela e obter seus direitos. A própria Lei do Direito dos Refugiados em seu texto redige sua proteção a um sujeito específico, acerca de sua identidade cristalizada, não levando em consideração as experiências sociais causadas pela situação de deslocamento forçado e as diversas identidades

⁸ Informações retiradas do Boletim Dois, produzida pela Cátedra Sergio Vieira de Mello (CSVM-UNILA) sobre o período de abril-junho de 2024.

diferentes, estabelecendo uma norma do que significa ser refugiado (GEDIEL e GODOY, 2016).

Apesar de, por um lado, haver o enrijecimento viabilizado pelo direito, e muitas vezes até existirem leis que visem a garantia de direitos, mas na prática e realidade do território, não serem necessariamente colocadas em prática, a criação de leis é importante para que ocorra a mudança no território. É isso que possibilita o acesso a materialização, o que proporciona as forças se movimentarem no âmbito macropolítico afetando também o campo micropolítico.

É imprescindível o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas para que o migrante possa circular pela cidade. Todas as ações dos eixos explicitados no Plano são meios os quais o migrante pode ter acesso à informação, aos seus direitos e a própria cidade, possibilitando a criação de seus mundos próprios através das trocas comunicativas e afetivas decorrente da desalienação do espaço.

Se não há a fomentação de políticas de acesso e garantia de direitos, à circulação pela cidade e o reconhecimento do espaço, a criação de um território existencial é limitada. Também depende do poder público que esse migrante possa engatar em relações no território, é a partir da materialização destas inter-relações que a política pode se territorializar.

Em 2024, foi publicado um Mapa de Infâncias Migrantes em Foz do Iguaçu, com o objetivo de identificar as crianças migrantes que se encontravam estudando nas escolas públicas do município e, seguindo essa informação, construir políticas públicas para atender as diversidades culturais, pedagógica geográfica e sociais da região (CUBIDES, 2024). O mapa encontrou 401 crianças migrantes que se encontram espalhadas por 32 bairros de Foz do Iguaçu, sendo as nacionalidades mais presentes de crianças do Paraguai, Venezuela e Argentina (CUBIDES, 2024).

É tão notável a plurinacionalidade de crianças nesse território que foi criado em 2020, por uma parceria da Prefeitura Municipal de Foz de Iguaçu, da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e do Grupo de Pesquisa Língua(gem), política e Cidadania, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana

(UNILA), um Protocolo de Acolhimento de Estudantes Imigrantes na Rede Municipal de Ensino.

Segundo Daniel Cubides (2024) é importante reconhecer o relacionamento das crianças com o seu território, as escolas, bairros, mercados e universidades, pois é nesse território que elas desenvolvem suas relações intergeracionais, intersetoriais e multiterritoriais.

No território as forças micro e macro possuem um lugar para se movimentarem, onde há o encontro das relações sociais e do espaço geográfico. No decorrer dessas movimentações no dia a dia, se dá o nome de cotidiano.

No cotidiano estão as ações que as pessoas realizam todos os dias, ações que se repetem, nessas ações estão a relação das pessoas com o ambiente que as cercam, com os objetos os quais elas acessam, usam, e se relacionam, onde há uma constante transformação do objeto e concomitantemente do ser humano.

A cotidianidade consiste em um caminho que o homem trilha, quando faz uso do território, nesse processo ele utiliza seus sentidos e sensações, os objetos que estão disponíveis em sua materialidade e com isso ele consegue aprofundar sua condição de humano e dar prosseguimento a existência da humanidade (TRINCHERO, OLIVEIRA e MARTINS, 2017).

O cotidiano pode ajudar a construir inclusive até uma certa identidade, para a pessoa que o vive, pois para analisar o cotidiano de uma população é necessário entender as formas de viver de outros povos, entende-se que as práticas exercidas no cotidiano transformam um grupo de indivíduos em humanos ao mesmo tempo que os diferencia um dos outros (TRINCHERO, OLIVEIRA e MARTINS, 2017).

Para que exista a efetividade dessa relação, que envolve o indivíduo e o espaço em que vive, é necessária por meio da vivência do cotidiano a apropriação. Habitar em um espaço faz o sujeito engatar em várias experiências que o cotidiano proporciona, que englobam a movimentação dessa pessoa pelo espaço e o seu uso do território, que consiste na vida acontecendo. O uso e a apropriação do território tendem a ampliar o campo de experiências e sensações

do indivíduo que ali circula, sendo o território uma parte importante da interação e constituição dos elementos das ações cotidianas (TRINCHERO, OLIVEIRA e MARTINS, 2017).

Então a relação do homem com o território, possibilitada através do cotidiano, o uso do espaço e sua apropriação, permitem que o sujeito consiga de alguma forma materializar seu mundo subjetivo, permitem desejar e criar sentido. Se não há relação com o território, não há materialização do mapa subjetivo, tampouco é possível pertencer àquele local, é preciso certa conexão da pessoa com o território, produzindo sentido.

Mas não necessariamente a circulação no território estaria ligada à liberdade, apesar de haver a sensação de liberdade, o controle sobre o espaço, principalmente relacionado a certas populações, é algo que transforma a sensação de liberdade a uma sensação de restrição. A experiência de uso do território está perpassada por relações de poder, vigilância, classificação e ideologia (SANTOS e NUNES, 2011).

2. Capítulo II: Circulação de Migrantes venezuelanos refugiados

2.1. Diários de Campo, encontro das entrevistas

A pesquisa contou ao todo, com entrevistas em profundidade de sete pessoas. As entrevistas foram realizadas em diferentes lugares da cidade de Foz do Iguaçu. A pesquisadora pediu para que os entrevistados sugerissem um local que se sentisse confortável para responder as perguntas. As entrevistas aconteceram nos seguintes **locais**:

- cafeteria,
- quiosque,
- salas de estudo da universidade e
- padaria de um mercado.

Os entrevistados vieram de diferentes cidades da Venezuela e vivem em diferentes bairros em Foz do Iguaçu.

Foram entrevistados quatro mulheres e três homens. A seguir, utilizo os diários de campo que construí no dia das entrevistas, para falar um pouco dos participantes e de como cheguei até eles. Os nomes dos participantes são todos fictícios.

Diário de Campo 5 – Amália e Alice

Tinha entrado em contato com Amália durante a semana pelo WhatsApp e tentei marcar com ela algum dia para nos encontrarmos para fazermos a entrevista. Já estava sem muita esperança porque estava difícil conseguir alguém que realmente fosse às entrevistas, muitos topavam, mas acabavam não me respondendo mais quando eu tentava marcar o dia e horário da entrevista. Ainda mais Amália, que eu tinha conseguido o contato por meio de um grupo no

WhatsApp. Ela tinha trabalhado para uma senhora como diarista, e a senhora mandou o contato dela no grupo. Enfim consegui marcar no sábado. Me falou que poderíamos nos encontrar no Campus da Unila Integração, porque ela estaria lá fazendo um curso de português, e após o curso poderia me encontrar, então assim fizemos. Ela realmente veio, e não apenas veio como também trouxe toda a família. Fiquei bem surpresa na hora porque não esperava tanta gente. Vieram com ela, a mãe, a quem eu também entrevistei, e que deu muitas contribuições. Vieram ainda dois filhos menores e uma sobrinha. Saí para outras salas a buscar mais cadeiras para todas as pessoas que tinham chegado. Na minha cabeça iria ser só uma entrevista, mas agora tinha virado duas entrevistas e mais visitantes. As crianças e a sobrinha, que acredito ser maior de idade, ficaram um pouco durante a entrevista. Mas logo ficaram inquietos e saíram, depois voltavam, reclamavam com a mãe que queriam ir embora, e Amália parecia ficar estressada. Em vários momentos da entrevista dizia aos filhos que já iam embora, a menina dizia que estava com fome, e não tinha ninguém que vendesse nada na universidade para que ela pudesse comprar para comer. Consegui manejar a situação por um tempo, mas com certeza ali pelo meio da entrevista Amália já estava apressando a entrevista para poder ir embora, e eu de fato apressei a entrevista. O clima estava abafado, e não consegui achar o controle do ar-condicionado, ficando um clima não tão agradável na sala. Já a senhora Alice, mãe de Amália, não pareceu se incomodar com os pedidos de seus netos para irem embora. Ela parecia estar gostando de conversar. Parecia que não tinha pressa nenhuma de sair de lá e poderia ficar conversando mais tempo, até perguntou novamente meu nome e de onde eu era, enquanto Amália já se aprontava para ir embora. Isso me fez pensar como foram diferentes as entrevistas com homens e mulheres. Todas as mulheres que entrevistei estavam com os filhos junto nas entrevistas, nenhuma delas tinha vindo sozinha. Amália tinha 34 anos e a senhora Alice 62, na data da entrevista. Amália trabalhava como diarista e estava em Foz há 1 ano e Alice como costureira e já vivia aqui há quase 4 anos. Moravam no bairro de Três Lagoas e vieram do estado de Monagas na Venezuela. Acredito que por serem mãe e filha, durante a entrevista apresentavam grande intimidade e falavam uma por cima da outra várias vezes. Às vezes complementavam as falas uma da outra, ou discordavam, tendo sido uma entrevista bem dinâmica, uma conversa entre elas e eu. As crianças não

participaram respondendo as perguntas, mas a filha de Amália auxiliou algumas vezes com a dificuldade do idioma, traduzindo palavras que eu dizia para a mãe e a avó. Além disso ela ainda chegou a comentar sobre sua experiência de sofrer xenofobia na escola ao ser confundida com alunos paraguaios.

Diário de Campo 4 – Eralyne e Vilma

Cheguei cedo no mercado o qual tinha sugerido Eralyne, para encontrá-la e sua filha Vilma. Eralyne tinha me dito que conseguiria me encontrar nesse mercado na área da padaria depois de sair da academia com sua filha. Ambas moravam no Porto Meira, mas faziam academia ali perto do mercado Consalter, na ocasião da entrevista. Tentei, nas nossas conversas pelo WhatsApp, que a própria Eralyne fizesse a sugestão do lugar onde queria se encontrar, como fiz com todos os outros entrevistados. Mas ela insistiu que eu desse a sugestão, alegando não conhecer bem aquele local perto de sua academia. Então sugeri a padaria do Consalter, por ser um lugar onde poderíamos nos sentar e conversar, o mais próximo que eu conhecia de sua academia, e que não fosse a rua. Esperei um pouco, peguei um café, e elas apareceram uns 15, 20 minutos depois, suadas com suas toalhinhas de academia. Eralyne tinha 42 anos e Vilma tinha 20, Eralyne falou que trabalhava como confeitadeira em um hotel e Vilma disse que no momento estava fazendo o curso de medicina na UNILA. Elas estavam há 3 anos em Foz. Não nos conhecíamos. Consegui o contato através de uma pessoa conhecida, a qual estava ciente de que eu procurava venezuelanas para entrevistar. Esta pessoa e as duas entrevistadas frequentam a mesma academia. Ela as consultou sobre a disponibilidade para responder entrevistas e elas aceitaram, autorizando-a a me passar o contato das duas venezuelanas para agendarmos local e horário.

Eralyne pareceu bastante desconfiada sobre a entrevista, no começo, apesar de ter aceitado participar. Ela perguntou novamente para que era, se precisava mesmo assinar os documentos de termo livre e esclarecido. Expliquei que o nome real delas não seria citado. Nas primeiras perguntas ela foi mais

econômica nas informações, mas ao longo da entrevista, pareceu ir ficando mais confortável, falou bastante, com muitos detalhes e se permitiu até se emocionar em alguns momentos. Esta acabou sendo a entrevista mais longa que gravei. Já Vilma, não sei se por sua mãe estar presente, respondia menos e mais resumido, ou talvez por timidez. Mas em alguns momentos também compartilhou, mesmo que pouco, a sua experiência. As duas moravam na Venezuela na Ilha de Margaritas. No dia da entrevista elas moravam em Foz juntas, com mais o marido de Eralyne, pai de Vilma e a outra filha do casal, a irmã mais nova de Vilma. Durante a entrevista, muitas pessoas passavam por ali, porque era a padaria do mercado, então algumas pessoas se sentavam para comer e saiam e logo chegavam outras. Outras pessoas apenas passavam para pegar pão e sair. A entrevista foi feita no meio de toda essa circulação de pessoas. Dava para escutar as pessoas chegando, o café sendo feito, as cadeiras arrastando e as pessoas falando. Eralyne falou durante toda a entrevista em espanhol e sua filha às vezes me ajudava, traduzindo algumas partes da fala de sua mãe que eu não entendia tanto.

Diário de Campo 3 – Diego

A entrevista com Diego foi uma das que mais me surpreendeu, tanto pela sua história de vida, quanto pela forma como consegui seu contato. Eu estava no terminal de ônibus, esperando meu transporte para ir trabalhar. Não é um caminho usual meu, tive que ir ao centro resolver alguma coisa, e daí cheguei ao terminal. Eu tinha entrevistado somente uma pessoa até então, e estava meio desanimada porque não tinha tido muita sorte com os contatos que tinha conseguido, os quais não resultaram em entrevista. Algo aconteceu na plataforma de ônibus. Havia uma moça esperando, também. Acho que o ônibus passou direto por nós, não era o que eu ia pegar. A moça se levantou, pretendia subir, mas o ônibus passou direto. Ela então, voltou para onde eu estava e se sentou no mesmo banco que eu, rindo pela situação, falando em espanhol. Perguntei se ela era venezuelana. Respondeu que era colombiana. Pensei comigo: “bom, ao menos eu tentei.” Mas daí ela me perguntou porquê, e eu expliquei que estava pesquisando pela UNILA, migrantes refugiados venezuelanos. Ela me falou que

estudava música na UNILA e que fazia parte de um grupo de músicos e nesse grupo ela tinha um amigo que era migrante venezuelano e estava como refugiado no Brasil. Ela me passou o número dele e eu entrei em contato, informando o nome dela como referência. Tudo isso aconteceu antes que meu ônibus chegasse. Com o contato dele no celular, o ônibus chegou e embarquei. Devido à forma como consegui esse contato, não alimentei expectativas de que vingasse. Achei que iria dar em nada. Como um total desconhecido, do qual peguei o contato por acaso no terminal de ônibus iria ter confiança de me encontrar para uma entrevista? Então minha surpresa foi maior ainda quando ele, não só me respondeu, como também aceitou ser entrevistado. Ele sugeriu nos encontrarmos em um quiosque na Avenida Paraná pela manhã, e assim fizemos. O local estava vazio. Ele pediu um café, e começamos a entrevista, sentados a uma mesa. O quiosque situado na avenida Paraná, apesar de ser um espaço verde, é bem ao lado da rua, então enquanto conversávamos dava para ouvir o barulho dos carros passando. Diego tinha 37 anos quando o entrevistei, era de Caracas na Venezuela, e foi bem detalhista em sua história. Compartilhou muitas de suas ideias e opiniões, havia rodado muitos países, vivido como mochileiro, ficou em situação de rua, uma história realmente muito surpreendente. Ele estava morando no bairro do Jardim América com sua mãe, a única pessoa de sua família que também está no Brasil. Cursava música na UNILA, estava com o visto de refugiado e trabalhava também como músico e técnico de som. Ele se reconheceu como branco quando perguntei sobre como se autodeclarava de cor, comentando que isso já havia sido uma questão de dúvida em outros países por que passou. Ele já estava morando em Foz há 7 anos.

Diário de Campo 2 – João

João era minha segunda entrevista. Ele sugeriu de nos encontrarmos na sala de estudos da UNILA por ele já estar lá com uma amiga, estudando. Eu nunca tinha entrado nas salas de estudo do Campus Integração, então falei que não sabia bem por onde subir e ele veio ao meu encontro. Subimos, entramos em uma sala de estudos, um lugar perfeito para entrevistas, era silencioso e tinha ar-condicionado e mesa. O contato dele eu havia pegado com uma amiga que

trabalhava comigo. Ela estudava com ele na UNILA no curso de serviço social. Ele tinha se formado em Psicologia na Venezuela, veio da cidade de Barquisimeto e tinha vindo para o Brasil para o curso de serviço social que passou da UNILA. Atualmente ele estava morando no bairro do Jardim Petrópolis, um bairro próximo à universidade. Ele comentou bastante, em vários passos, sobre como sua experiência de migração foi facilitada pela UNILA. Tinha sido uma boa experiência ou melhor do que ele havia passado em sua migração para a Colômbia. João tinha 30 anos, trabalhava de home office com Recursos Humanos, se reconhecia como negro, não tinha ninguém de sua família vivendo no Brasil. Morava com o namorado colombiano, mas pelo que contou, tinha uma grande rede de apoio e não pensava em voltar para a Venezuela. Creio que existiu uma identificação por havermos estudado psicologia e sermos estudantes da UNILA, sendo a entrevista bastante fluida. Ele pareceu confortável ao compartilhar suas experiências.

Diário de Campo 1 – Evandro

Esta foi minha primeira entrevista. Consegui o contato de Evandro com um amigo que havia morado com ele. Entrei em contato e ele aceitou me encontrar para a entrevista. Ele sugeriu uma cafeteria perto da casa dele, no centro. Fui até lá e o encontrei num lugar bom para a entrevista. Dentro da cafeteria tinha algumas salas pequenas, exclusivas para reuniões ou trabalhar no computador. Um lugar bem na perspectiva multicultural e mundial de “coworking”, proporcionada por alguns estabelecimentos em Foz do Iguaçu. Ficamos em uma sala ao lado de onde eles faziam o café, com uma cafeteira que fazia um forte barulho de vez em quando. Mesmo tendo uma porta, as divisórias eram de vidro e dava para ver os trabalhadores da cafeteria saindo, entrando, passando no corredor. Apesar disso, essa movimentação não foi de tanta interferência no decorrer da entrevista, não trazendo obstáculo para a audição, compreensão e gravação. Ele tinha um maior domínio da língua portuguesa e falamos em português durante toda a entrevista. Evandro tinha 27 anos e veio ao Brasil para estudar na UNILA. Ele tinha se formado havia pouco tempo em arquitetura e seu principal motivo para vir ao Brasil tinha sido mesmo o estudo. Apesar disso, não trabalhava na própria área de formação. Estava trabalhando em um hotel, e

morava sozinho, no centro da cidade. Ele tem um irmão em Foz, mas não morava com ele. Disse que sua mãe vinha visitá-lo às vezes. Ele era da cidade de Mérida, na Venezuela e estava em Foz já a cerca de 7 anos. Ele falou sobre como gosta de morar no centro, como gosta de morar no Brasil, e da conquista de sua independência ao migrar para cá. Falou sobre sua afinidade com esportes, e como a UNILA também foi facilitadora em vários de seus processos de migração.

2.2. Roteiro da entrevista

As perguntas pensadas para a realização das entrevistas, foram formuladas no sentido de produzir dados para uma mapeação da vida, rotina e circulação dessas pessoas, primeiramente, quando ainda não eram migrantes e moravam na Venezuela, seu país de origem, seu território conhecido. Em segundo lugar, como é essa diferença de circulação quando chegaram ao Brasil. Buscava-se entender se havia acontecido mudanças, alguma diminuição da possibilidade de circulação, um fechamento ou a expansão do território dessas pessoas ao mudar de um território para outro.

As perguntas eram feitas em duas partes, a pesquisadora primeiro perguntava acerca da vida dos entrevistados quando ainda moravam na Venezuela:

- 1) Como era a rotina em sua cidade, quais lugares passavam todos os dias;
- 2) De que modos circulavam pela cidade (a pé, de ônibus, carro etc.);
- 3) Quais eram as atividades de lazer que costumavam fazer.

Após esse primeiro mapeamento, as perguntas eram mais voltadas a saber da circulação deles, atualmente agora vivendo em Foz do Iguaçu:

- 1) Como foi a experiência ao acesso à serviços de saúde, educação e segurança;

- 2) Quais as experiências no sentido de se comunicar na cidade;
- 3) Como consistia a rotina dos entrevistados hoje em dia;
- 4) Como circulavam pela cidade (a pé, de ônibus, carro etc.);
- 5) Quais eram suas atividades de lazer;
- 6) Se havia lugares que se sentiam mais pertencentes e acolhidos do que outros e quais seriam esses lugares;
- 7) Como foi a experiência de acolhimento ao chegar e viver no Brasil;
- 8) Quais as maiores dificuldades para se adaptar em Foz do Iguaçu.

Mas reconhece-se que durante a realização das entrevistas, a lógica binária da pergunta visando apenas o deslocamento da Venezuela para o Brasil, não deu conta do território desses migrantes, uma vez que a maior parte deles antes mesmo de vir para o Brasil, não apenas foram migrantes internos em seu próprio país, como também foram migrantes em outros países antes de chegar ao Brasil.

2.3. Circuitos de circulação dos entrevistados

Dos sete entrevistados, somente dois não haviam morado em outros países além da Venezuela e do Brasil. Entre os outros países que os entrevistados moraram apareceram majoritariamente países latino-americanos, como por exemplo a Colômbia que faz fronteira com a Venezuela, e países como Paraguai, Argentina, Chile e Peru.

Apenas um entrevistado morou fora da América Latina, na Austrália, e dois entrevistados tentaram chegar aos Estados Unidos, mas sem êxito. A maioria dos entrevistados teve alguma experiência de migração antes de chegar ao Brasil, não apenas nos termos de deslocamento entre países, mas migrações

dentro do próprio país na Venezuela, para outras cidades e estados. Percebe-se que o ser migrante desses participantes vai além da circulação entre países e cidades, mas vai no sentido de uma circulação pelo mundo, uma circulação pelas fronteiras e pelos Estados Nações.

Entre os entrevistados, três deles voltaram à Venezuela durante os trânsitos entre outros países que fizeram antes de chegar ao Brasil, e os que retornaram foram em sua maioria por conta de alguma morte na família. Porém de todos os entrevistados, após estabelecerem residência no Brasil, nenhum retornou a Venezuela novamente, mesmo com outros vistos que não eram o de refugiado, cuja possibilidade de saída do país fica mais restrito.

2.4. Limitação da circulação na Venezuela e noutros territórios

Dentre as motivações para sair do país e migrar, consistiram majoritariamente na crise política que aconteceu no país que afetava várias áreas da vida dos entrevistados. Durante as entrevistas pôde-se perceber que a própria instauração da crise se apresenta como uma limitação, e fechamento do território físico e existencial dos entrevistados.

Em algumas falas podemos perceber como a crise limita a circulação dos entrevistados pelo território e pela cidade.

A senhora Alice migrou da cidade para a área rural para tentar driblar a crise da falta de alimentos no país, ela plantava seu próprio alimento e distribuía em sua família. Mesmo assim chegou um momento que a limitação do território pelo quesito macropolítico se impôs, mais fortemente:

“A maioria se foi, eu nunca imaginei, nunca imaginei sair de Venezuela, mas quando foi passando o tempo já não se podia comprar mais comida para alimentar os animais, já não podia para as plantas para poder formigar, como se fala aqui? Para formigar as plantas, era alimento para terra, já não tínhamos nada disso, já não se podia.”

“Então alguns animais morreram, eu me deprimi, me deprimi muito e falei para o meu marido que tínhamos que ir embora e começamos a vender tudo na Venezuela.”

“Bom aí foi que vi que as coisas estavam ficando cada vez piores e piores, e aí eu adoeci, vimos que não podíamos ir a um hospital, não podíamos ir a nenhuma parte, porque não havia como, não tinha como comprar nem sequer um ibuprofeno, não podia.”

“Não, não, era um motorista que ia para esse lugar, e ele fazia viagem para as pessoas porque não havia ônibus. Já não havia, em Venezuela já não havia transporte, onde eu morava no campo, eu já não podia ir a cidade, porque não havia gasolina, e era muito longe, caminhando não dava. Estávamos presos não tínhamos como sair, por isso foi a decisão de vir para cá para Brasil.”

Diego também contou da sua experiência enquanto era adolescente. Ele conta que passou por várias fases da crise enquanto ainda vivia lá, mas também conta outros momentos em que retornou à Venezuela para ficar com a família e viveu novamente restrições:

“...mas já naquela época estava rolando a crises, e tinha muita protesto, eu estava caminhando na rua e tipo tinha uma protesta ruas pra lá, e a polícia estava ruas pra cá. E eu por ser homem, jovem, encaixava no perfil de qualquer pessoa que anda por aí jogando pedra, fui pego, recebi violência e tudo mais, e aí graças a isso minha mãe, disse, não, vou, minha mãe professora da rede pública, ela tinha condições, trabalhava muito e ela fez sacrifícios do patrimônio familiar, entregar esse patrimônio, em troca de mandar os filhos pra fora.”

“Isso, então o que eu ganhava com o que minha mãe ganhava, que minha mãe era aposentada mas ainda dava aulas, inglês particular, e a gente aguentava, aguentava bem, mas se a gente ia no supermercado não tinha leite, não tinha papel higiênico, não tinha café, não tinha açúcar e tudo isso até desconfortável, mas tudo que eu falei a gente aguenta, sem açúcar dá pra viver, sem café dá pra viver, mas tu ia na farmácia não tinha remédio, é tu de pronto faltava água durante uma semana inteira daí você ia no supermercado não tem água também, energia, de novo muita, muita violência, muita violência, muito descontrole, muita paranoia...”

Evandro entendeu que seu desejo de sair da Venezuela veio com a vontade de poder continuar os estudos, pois começou a perceber que seria difícil terminar sua graduação caso ficasse em seu país:

“Na verdade, não. Foi assim mais tipo, eu comecei a sentir vontade de ir embora, sair da Venezuela quando eu comecei a faculdade. Eu comecei a ver que não ia dar certo, que ia demorar muito, que eu não ia curtir o processo, que a greve, era sempre alguma coisa um protesto, queimavam ônibus pra protestar, era até perigoso né as vezes, aí eu comecei a pensar, não, não quero ficar aqui não.”

João lembrou de sua rotina em seu país:

“...não tinha mais nada pra fazer, além de que o dinheiro era pouco e a gente tinha que cobrir as necessidades mais básicas, alimentação, transporte e é isso. Eu lembro esses anos com muita tristeza, muita situação difícil, nostalgia, enfim, triste. A gente acha que o tempo parou, ficou tudo parado e a gente não tinha como evoluir naquela situação, a gente tava na luta pela sobrevivência mesmo.”

Erlayne também fala de sua dificuldade em ir ao mercado e comprar farinha:

“...nós comemos muito arepa, para nós isso é como para vocês a mandioca, o feijão, pra nós é a arepa. Começaram a colocar digitais pra comprar, você tinha de colocar sua digital para poder comprar no supermercado, o produto básico que tinha muito consumo.”

“Um dia eu fui comprar uma farinha, puseram além das digitais, dias específicos, dependendo do final do número do seu documento, o meu venezuelano terminava em 2, então pra mim só daria pra comprar na terça, e eu fui na quarta, aí não podia. Aí tem farinha, tenho o dinheiro para comprar, e eles falavam que não podia porque não era o meu dia, e aí foi que estourou.”

Nesses relatos pode se perceber diversos tipos de limitação da circulação no território. Temos exemplos desde a limitação a ter acesso a uma comida típica e cultural do próprio país, a limitação da circulação nas próprias ruas ao andar pela cidade com medo da violência, até a falta de perspectiva de futuro, que aparece tanto em alguns relatos como o desejo de se estudar ou de criar uma vida nesse local, pela falta de acesso a serviços básicos como meios de transporte e a saúde. Todas essas limitações que vem de um *contexto político macroestrutural, mas que impacta diretamente na subjetividade das pessoas.*

Outra forma de fechamento de território que aparece nas falas de alguns entrevistados vai justamente no sentido das *limitações impostas pelas leis*

migratórias. Os entrevistados lidaram com dificuldades em sua regularidade migratória em diversas situações. Estes obstáculos apareceram tanto no Brasil quanto em outros países da América-Latina. Sobretudo em nossa realidade do sul global, alguns dos entrevistados ao tentar migrar, sejam eles ou seus familiares, para países como os Estados Unidos e a Austrália obtiveram muito mais dificuldade em conseguirem exercer seus direitos.

Algo que foi notável nas falas dos participantes, é que muitos, apesar de terem saído da Venezuela pela crise, não querem entrar no Brasil com o visto de refugiado por ter a limitação de ser mais difícil para poder sair do país. Eles querem a liberdade de poder transitar em outros países ou até a possibilidade de voltar para a Venezuela para visitar a família em algum momento. Alguns dos participantes inclusive possuíam o visto de refúgio em outros países que moraram antes do Brasil, mas ao chegar ao Brasil optaram por outros tipos de visto de residência, alguns tinham o visto de estudante, outros entraram por meio de Portarias que facilitavam a documentação de migrantes venezuelanos no país.

Aqui percebe-se que existe a utilização macropolítica do visto pelos Governos, na tentativa de estabelecer de que forma esse migrante estará regularizado no país. Mas no sentido mais molecular, na utilização do próprio migrante acerca desse visto, eles entendem como uma das formas a que eles podem ter acesso à entrada do país, não necessariamente se reconhecendo com a ideia de refugiado que está explicitada na lei. O que importa parece ser, na verdade, como ele vai circular. Se vai conseguir voltar a seu país para ver sua família e ainda construir um território em outro Estado Nação que possa ser mais estável. Dessa forma, *procurando não perder o direito de circular no território originalmente construído, somando-o ao novo território sendo construído agora, no Brasil ou em outro país*.

Diego enfrentou essas dificuldades ao tentar migrar para o Brasil e ao esforçar-se, junto com suas irmãs, para que sua mãe conseguisse viver na Austrália com as filhas:

“Mercosul. Os venezuelanos tinham direito a três meses, tem ainda. Só que, pra tu ter uma ideia, já naquela época, que eu entrei com o meu passaporte, quando eu chego com o passaporte, eu digo ah eu vou ficar no Brasil, eu tenho direito, eu não digo

nada né, eu apresento meu passaporte e o cara me dá só dois meses, e eu falo: mas eu não tenho direito a ficar três meses, por causa do Mercosul? E o cara: 'Não. Se tu quiser, tu pode fazer uma extensão aonde tu tiver mas a gente tá dando só dois meses agora.' Porque tinha muito venezuelano já naquela época, então já, essa questão do passaporte venezuelano já não era tão bem-visto como em outros tempos né. Quando chego em Brasília, a minha, já tava acabando, os meus dois meses. Daí eu vou na polícia federal, eu para ter a cita, e eu ir com o passaporte do ter que pagar a extensão, e a extensão é de três meses, então, tu paga o trâmite..."

"Naquela época era por volta de 100 reais. Tu paga isso e tu vai com teus documentos pra eles te dar, só que eu pago a extensão, eu chego lá, e a minha surpresa é que eles me dão um mês a mais. E eu falo assim, 'mas vocês, tipo, vocês escolhem se é três meses ou um mês, mas o valor é o mesmo?' 'Pronto, não gostou? O problema é seu'."

Diego conta que ele se revezava com as irmãs que tinham residência na Austrália, entre ele voltar para a Venezuela para ficar com sua mãe, para não a deixar sozinha na crise, e quando ela conseguia o visto para morar com as filhas na Austrália por breves períodos, ele saía da Venezuela. Depois que o período do visto terminava ele voltava novamente para seu país para ficar com a mãe.

"Porque minhas irmãs, lá pra minha mãe não é fácil ir morar lá, mesmo com minhas duas irmãs lá, porque é um país fechado né, é um país, a Austrália é uma migração muito difícil, muito difícil então mesmo com duas irmãs, duas filhas lá residentes, uma já está nacionalizada a outra é residente permanente, ainda são uma quantidade de dinheiro absurdo, é algo sistemático assim né."

"Então é meio que um vai e volta, e meio que a família foi se dividindo e como que a gente tentando encontrar o lugar da minha mãe sabe, porque as minhas irmãs, por causa da idade delas, elas tinham benefícios para pegar o visto né, minha mãe, depois de certa faixa etária já eles não dão visto de trabalho, já eles não dão visto de migrante para minha mãe, porque pra essa sociedade minha mãe é inútil, entende, só vai trazer custo. Então tem que ser um jovem de 20 anos que vem trabalhar e aí sim, vem aqui fazer o que tu sabe fazer né."

Erlayne também viveu limitações em suas tentativas de migrar para os Estados Unidos. Suas dificuldades esbarraram em mudanças repentinas nas leis migratórias as quais ela entendeu que não eram por acaso, pois estavam

relacionadas com sua nacionalidade. Ela estava morando no Paraguai com sua família onde tinha o visto de refúgio. Relatou que havia comprado passagens do Paraguai para a Colômbia e da Colômbia para a Costa Rica, onde eles pretendiam continuar a viagem até os Estados Unidos. Ela relatou que na época, entrou em contato com a embaixada da Costa Rica, e que eles informaram que não solicitavam visto da nacionalidade venezuelana para entrar no país, mas que após três dias de ela haver comprado as passagens para a Costa Rica, houve uma mudança de protocolo e passaram a exigir os vistos. Ela relatou que a linha área não os deixaram embarcar. Não conseguiu seguir viagem para a Costa Rica e ela e sua família ficaram retidos no aeroporto por horas.

“foram umas horas bem inquietantes, porque no momento nem sabia se iria voltar para la cidade de onde saímos, porque nós tínhamos residência em Paraguai. Passavam las horas, e nada, uns mudavam de turno, outros los deciam a outro, e nos deixaram cozinhando e começamos a ter medo, porque ja havíamos visto que deixam as pessoas sobretudo as pessoas, mas vulneráveis, las nacionalidades (emociona-se, chora) Quando as pessoas nascem vulneráveis, as pessoas fazem o que querem com elas. Não importam os direitos, não importa nada. E eu dizia, não falei com qualquer pessoa, não peguei isso da internet, e não, eu falei com a embaixada.”

“Outra coisa que nos havia dito enquanto estávamos lá, é que tínhamos que entender que o que estava acontecendo conosco nesse momento, não era causalidade. Que não foi que nos pegaram aleatoriamente. Que isso estavam fazendo com todos os venezuelanos, cubanos e salvadorenhos, não, haitianos era, não era El Salvador, era Haiti.” “E que era precisamente para evitar que chegassem aos Estados Unidos, porque eles já sabiam que ninguém queria ir para a Costa Rica e nem para nenhum outro país.”

Diego também enxergava a questão de nacionalidade como uma dificuldade na migração:

“...e com aquela promessa de uma vida melhor em um país desses, mas na verdade não é assim né, na verdade é mais complicado e se existe um certo racismo institucional que pegue, que cobra mais de alguns do que outros, pelo lugar de onde vem, eles dizem que não é raça né, mas afinal se tu cobra mais de um país como Peru pra entrar num território, então tu está cobrando de uma identidade racial.”

Percebe-se que a limitação entre Estados Nações e as leis migratórias possuem diferentes medidas e regras dependendo do território em que atuam.

Em alguns relatos conseguimos enxergar que essas leis migratórias inclusive, pela experiência vivida por alguns entrevistados, sofre mudanças repentinas, de acordo com o interesse dos governos que vão se mudando conforme os acontecimentos da política internacional, visando a proibição da circulação de corpos específicos em certos territórios.

Tais proibições parecem estar baseadas em posições racistas e xenofóbicas, que aparece na fala dos dois entrevistados como experiências que eles viveram. Quando Eralyne fala que especificamente pessoas de nacionalidades do Haiti, Venezuela e Cuba foram retidas no aeroporto e quando Diego se refere a dificuldade de sua mãe conseguir um visto permanente na Austrália por razão de sua idade, e da sua própria dificuldade de permanecer no Brasil por conta de ser venezuelano em um momento em que muitos venezuelanos buscavam refúgio no Brasil.

Ambos os *controles de corpos*, tanto o agravado pela crise na Venezuela quanto as restrições e violências, tanto o que os participantes viveram ao tentar entrar no Brasil, ou em outros territórios, são relacionados a mesma manipulação do tempo, espaço e movimentos pelas disciplinas que Foucault (1975) elucida. Para atingir o corpo agora se fará a utilização de outras formas, que não o vão alcançar diretamente, como exemplo da prisão, da reclusão, dos trabalhos forçados, da servidão, da interdição de domicílio ou da deportação (FOUCAULT, 1975).

Como instituições que pretendem controlar o espaço, o movimento e a circulação, se tornando localizações funcionais, separando corpos e elementos, pode-se fazer a associação entre os aeroportos e as aduanas, que pretendem esse controle de quem entra, quem sai, quem pode ficar e quem deve ser deportado.

Quando questionados acerca de se identificavam ter sofrido algum tipo de xenofobia ao viver no Brasil, ou em Foz do Iguaçu, a maioria dos participantes relataram não ter sofrido. Apesar disso muitos citaram exemplos de situações que viveram de preconceitos, especificamente por falar sua língua ou ser de outra nacionalidade. Entretanto esses comportamentos foram entendidos pelos participantes de várias formas. Alguns entenderam como piadas, outros

entenderam ser um comportamento pontual, específico de uma pessoa, mesmo vivendo o preconceito mais de uma vez.

Evandro:

“Ah, acho que algum comentário sempre tem um amigo com humor negro né (risos). Tipo na hamburgueria tinha um cara que era, ele era assim com tudo né, os chefes eram asiáticos, mas tipo era de zoeira, não era coisa séria, aí as vezes ele comentava, mas não era nada sério, mas acho que não era nada sério sabe, de eu realmente me sentir assim sabe.”

“É as vezes tipo fazia uma zoeira, falava alguma coisa que ele não gostava, aí ele falava ‘ah vai pro seu país’, a não sei o que. Mas tipo era zoeira assim. Agora de realmente me sentir assim, não, não teve nenhum episódio eu acredito que não, até então.”

Erlayne:

“Me aconteceu aqui com uma companheira que trabalhava no mercado, eu lembro, uma das supervisoras, aí era uma merda, com minha língua, dizia que não me entendia, como que não me entende, se já te vi falando com pessoas, clientes, que não falam e fazem reclamações, e eu pelo menos machuco o português, e não te falam nada, só reclamam. Como é possível, que entende os clientes e eu não. Então era dessas pessoas que fazem assim”

“E havia um grupinho, ‘aí que drama’, com todo mundo eu conseguia me comunicar, mas com elas eram as únicas que não, aquele tipo de pessoa que falam que não te entendem, mas com aquele.... Mas eu te digo é algo dessas pessoas, era delas, era muito pontual.”

Diego:

“E daí por causa do sotaque o cara falou pra mim ‘ah você não é daqui’ ‘não, não sou, sou da Venezuela’” ‘E o que você veio fazer aqui seu verme?’ Assim. Mas ele falou em um tom de piada né, só que ele não me conhece. E talvez ele achou que eu ia me constranger, só que cara, tu é engraçado? Eu sou mais engraçado do que tu, foi o que eu pensei na hora né. Dai eu levantei, olhei o cara, todos os que estavam com ele, que riram né, porque esse devia ser o bullying do grupo. ‘O que que você veio fazer aqui seu verme?’ e eu olhei assim ‘Ué, eu vim aqui beber da tua água, comer da tua comida e namorar as filhas de vocês, namorar as mulheres de vocês, qual o problema?’ E

obviamente aquilo né, quebrou todo gelo, agora eles estavam rindo era dele porque né. E pra mim tipo isso eu experimentei em qualquer lugar, em todo lugar que fui.”

Para outros participantes, especificamente vivendo em Foz do Iguaçu, eles entenderam que haviam sofrido preconceito, mas por serem confundidos com pessoas de nacionalidade paraguaia, não por serem venezuelanos. Para alguns deles era notável o forte preconceito dos brasileiros com o povo paraguaio.

João falou de uma experiência de xenofobia que passou ao pegar um Uber com os colegas de faculdade para fazerem um trabalho em Ciudad del Este no Paraguai:

“Então nesse caso eu acho que a população paraguaia é mais vulnerável e quando eles vêm pra Foz eles são esse ponto de xenofobia mesmo, pra mim. Então ele achou que eu era paraguaio e me falou assim como se, ‘ah! Paraguaio!’ E eu falei que não, e falei espanhol muito forte e eu falei que era venezuelano e que os dois meninos que entraram eram da Colômbia e ele me falou que ele não tinha entendido o que eu falei em espanhol. Aí eu perguntei pra ele se ele tinha cérebro, e aí ele entendeu. Então ele ficou puto e eu também fiquei puto e a gente chegou puto lá na ponte.”

Amália e Alice conversavam e concordavam que os paraguaios sofrem mais xenofobia, Amália conta que costuma ser mais bem recebida nas casas em que trabalha como faxineira quando ela fala que é venezuelana.

Amália: *“Com os paraguaios eles, eu sou faxineira, eu vou na sua casa, não sei por que acontece, você é paraguaia? Aos paraguaios sim”*

Alice: *“Eles não gostam dos paraguaios”*

Amália: *“Sim, é o que ela está falando é verdade, sempre, todos os dias, todos os dias, estou falando, porque eu vou para casa diferentes todos os dias, ‘como você se chama’ ‘Eu sou Amália’, ‘e você é paraguaia?’ ‘Não eu sou de Venezuela.’ ‘Ah! Quer tomar café?’ ‘Ah tá bom, obrigado.’”*

Podemos ver as dificuldades *do migrante ao chegar nessa fronteira, que desconhece o território, e o próprio território também não o reconhece*. A nova vida na fronteira, esbarra com o histórico da população hispanohablante no local, mais especificamente a população paraguaia, que sofre preconceitos pela

população brasileira, relacionada à construção de relação entres esses povos, sendo suas histórias tão imbricadas uma à outra.

É uma relação que passou por vários acontecimentos, como exemplo da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), pela construção da Itaipu, pelas migrações brasileiras para o Paraguai e atualmente segue existindo e se transformando, tendo esse conflito já comentado, acerca do uso de paraguaios e brasiguaios pelo SUS. É interessante como a história da construção da relação entre os povos do Paraguai e Brasil se estende por esse território e consegue exercer esse agenciamento em povos que nem sequer participaram de tudo que implica essa relação.

Outro ponto importante é que essa relação se encontra visível nos territórios de fronteira com o Paraguai, tendo muitos outros lugares do Brasil, por sua extensão territorial, pouco entendimento dessa relação entre esses Estados Nações, a exemplo dos venezuelanos que aqui chegam pela primeira vez. Como também é diferente da relação de outras fronteiras com o Brasil, como a de Roraima, onde o fluxo de migrantes venezuelanos é muito maior, na qual alguns entrevistados relataram sofrer mais xenofobia por sua nacionalidade.

Milton Santos (2017) explica que o espaço se apresenta como esse lugar onde é possível a coexistência da diversidade e possui viabilidades múltiplas de comunicação. A comunicação como forma de desalienação do espaço, mas que também pode engendrar na disputa por esse mesmo espaço, por meio de tensionamentos, disputa, e competição se as forças desejantes estiverem propensas a isso.

Sobretudo o momento político mundial atual vem se configurando em forças desejantes que não estão propensas a construções coletivas com a diversidade. Há alguns anos, vem crescendo a polarização entre ideias, a força da cristalização do binarismo político-ideológico e ascensões de governos mais autoritários e com discursos e ações voltadas ao fechamento de fronteiras, à não tolerância a diversidade, à deportação e ao ódio aos migrantes.

2.5. Xenofobia e racismo

Quanto à questão racial, dois dos entrevistados se autodeclararam de cor como brancos, dois como pretos e três como pardos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não utiliza a categoria negro, apesar de nas entrevistas terem aparecido esse termo. Em seu censo, existem apenas as categorias branca, preta, amarela, parda e indígena. Essas categorias não são retratadas apenas pelo quesito de raça e cor, mas também se considera que existem outros critérios que o participante poderá usar para a classificação, como por exemplo origem familiar, cor de pele, traços físicos, etnia, pertencimento comunitário entre outros. Nota-se a diferença entre a visão racial entre Brasil e Venezuela quando os entrevistados comentam que se identificam de uma forma na Venezuela, mas aqui são chamados de outra.

Erlayne:

“Negra, mas aqui me chamam de parda.”

Vilma:

“Acho que parda. Meu pai é branco minha mãe é negra. Acho que uma mistura.”

Alice:

“Em Venezuela tem morena.”

Amália:

“Eu sou morena.” “Não branca não, preta tampouco.”

Em resposta à questão sobre se haviam experienciado alguma situação de racismo, um dos entrevistados fez uma distinção acerca do preconceito sofrido. Ele não sabia se havia sofrido preconceito por uma questão racial ou pela questão de ser imigrante.

João:

“Não, não sei se ser estrangeiro está pra cima da perspectiva de cor ou os dois juntos (risos). Mas não senti. Pode ser porque o racismo é estrutural mesmo, pode ser

que eu esteja naturalizando situações que, pode ser que em alguns outros lugares tem um olhar mais crítico com relação ao racismo não tem.”

“Brasil é, uma das coisas que eu me sinto muito bem aqui, é isso mesmo. Porque na Venezuela não se fala do racismo, o racismo ele é tão estrutural, e fica tão dentro das famílias que não se critica. Pela primeira vez em 30 anos eu consigo ter meu cabelo do jeito que ele é. Porque na Venezuela meu cabelo é feio, então é difícil nesse sentido.”

Outro participante relatou que em alguns territórios que andou, ele foi entendido e enxergado de diferentes formas pela população daquele local, apesar de se reconhecer como branco, dependendo de onde estivesse. *A questão de ser imigrante tornava a linha da identificação racial mais tênue.*

Diego:

“Em todos os lugares que eu fui até na Venezuela, eu algum tipo de xenofobia eu experimentei sim. Seja por classe social, seja por etnicidade, ‘a não tu é tão branco, que tu não é malandro o suficiente pra tá aqui.’ Ou em alguns lugares, ‘tu é branco, mas tu não tem olho azul igual a todo mundo aqui dessa comunidade.’”

Apesar da distinção do entrevistado acerca de não saber ter sofrido o racismo por cor ou por nacionalidade, podemos lembrar a fala de Fanon (2008) quando ele discorre que todas as formas de exploração se parecem pois são aplicadas a um mesmo objetivo que seria o de repor o homem no seu lugar.

Entende-se que o preconceito que o entrevistado sofreu não parecem estar separados um do outro, mas parece ser um *racismo relacionado aos povos que passaram pelo processo de colonização*, estando o preconceito ligado a uma ideia de *inferiorização de certas etnias*. Muito semelhante ao que foi trazido anteriormente ao que aconteceu no México ou na Argentina, com a associação de comportamentos indesejados a populações específicas originárias daquele local, que não convergiam com as ideias almejadas pela população branca civilizada da época. Podemos notar isso também na fala do outro entrevistado que apesar de reconhecer como branco, também sente ter sofrido algum tipo de racismo em outros países. O racismo colonial não se difere dos outros racismos (FANON, 2008).

3. Capítulo III: Foz do Iguaçu e potencialidades migratórias

3.1. Comunicação, linguagem e interação

Entretanto, para além disso, a fronteira também oferece vantagens para essas pessoas que vem em busca de novas vidas. Por Foz do Iguaçu ser um lugar que comporta diferentes culturas, principalmente uma grande população hispanohablante, tanto de migrantes residentes, turistas ou migrantes pendulares, ocorre uma facilitação no quesito da comunicação.

Muitos dos entrevistados que haviam vivido ou passado por outras cidades brasileiras, comentaram que sentiam que em Foz do Iguaçu, seus moradores tinham mais facilidade em entender o idioma e muitos até falavam em espanhol, o que facilitava para que eles se comunicassem com as pessoas, diferentemente de outras cidades brasileiras em que haviam vivido.

Houve algumas falas no sentido de que ao morar em diferentes cidades no Brasil, apesar de aprenderem um vocabulário em português em uma cidade, tiveram que se adaptar a outros vocabulários que já não eram entendidos em outros territórios, apesar de ainda estarem no Brasil. Essas experiências nos remetem à importância da sensibilidade quanto a linguagem e a comunicação, entendendo que apesar de estar em um país que fala o mesmo idioma, os significados não serão os mesmos.

Pode ser semelhante quanto as pessoas de diferentes partes da Venezuela que podem falar o idioma espanhol, mas tem diferentes significações e sentidos para a linguagem que usam no dia a dia, que também será diferente do espanhol do Paraguai, mas que ainda assim se apresenta um agenciamento de familiaridade. O espaço se apresenta como esse lugar onde é possível a coexistência da diversidade e possui viabilidades múltiplas de comunicação (SANTOS, 2017).

Alice:

“A maioria fala espanhol, nós falamos em espanhol e eles entendem, será porque estamos em três fronteiras como eles falam.”

“Aqui se fala melhor, aqui em Foz. Aqui se entende mais, mas para lá é mais fechado, o português. Eles falam muito rapidinho, aqui eles falam mais devagar.”

Vilma:

“Foi tudo bem tranquilo. No começo um pouco relembrar o idioma, tinha 4 anos que morei no Paraguai, tinha esquecido também a diferença dos outros estados, algumas palavras que são diferentes, sotaques, mas com o tempo...”

Erlayne:

“O português de Manaus não é igual o português do Rio, que aprendemos várias palavras e tivemos que mudá-las, e o pior que era mais parecido com o espanhol. Então, quando cheguei procurando o emprego, estava aí procurando e a senhora não queria, não, porque estrangeiro e como, como você vai se comunicar, era um emprego para depósito”

“...a princípio gostamos muito do Paraguai. Primeiro era um pouco mais fácil com o idioma, um pouquinho mais fácil, porque mistura espanhol com guarani, mas em teoria era um pouquinho mais fácil.”

“Agora no trabalho, com brasileiros, às vezes quando chega um hispanohablante sempre, flui mais, porque é mais fácil falar, é, os costumes, a cultura, a comida são diferentes, então sempre vai ter essa conexão. Não importa a nacionalidade, sempre vai ser mais confortável.”

Evandro:

“Com certeza, aqui todo mundo fala ou entende espanhol né, não todo mundo, mas tipo a maioria nos comércios e tal, ‘ah de onde você é’. Se a pessoa não te entendeu ela obrigado a te entender, já em outros lugares não, tipo Brasília, lá não tinha esse contato tão grande com hispano, rio de janeiro, talvez, não percebi tanto né, uma cidade turística, provavelmente também mas um pouco menos, em São Paulo bem pouco, as pessoas não falam nem entendem um pouco assim espanhol. Então eu acho que aqui realmente influencia muito, a questão do Paraguai, da Argentina, na questão da língua.

Até pra a gente que vem de fora, chegar aqui é um pouco mais fácil em relação ao idioma porque você tem essa facilidade, que tem pessoas que falam e entendem o espanhol.”

Percebe-se a importância da comunicação na construção do território existencial do migrante, ela torna possível o compartilhamento dos mundos, e sua materialização. Por meio dela é possível construir um ambiente confortável no novo espaço desconhecido e começar a conhecê-lo, e por meio disso começar a construir uma morada nesse espaço. A territorialidade é a compartimentação da interação humana no espaço (SANTOS, 2017).

Outro diferencial que se pôde perceber foram que muitos dos entrevistados ao chegar em Foz do Iguaçu, tiveram a possibilidade de fazer cursos de português para estrangeiros, disponibilizados em alguns pontos da cidade. A maioria dos entrevistados fizeram os cursos de português pela UNILA, tanto os que já estavam inseridos na universidade em cursos de graduação, quanto os que não estavam. Uma entrevistada conseguiu fazer a aula de português para estrangeiros pelo Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA).

Outras situações possíveis que a fronteira proporciona é a aproximação ao território desses migrantes através da linguagem, não apenas da falada nas ruas para se comunicar com as pessoas, mas até no lazer, quando pode-se cruzar a fronteira e ir ao cinema no Paraguai na expectativa de assistir um filme em espanhol.

Erlayne:

“Muito desordenado, fico estressada quando vou, para comprar bolsas, algo pontual, mas não gosto, um dia fomos ao cinema lá porque queríamos assistir em espanhol, e nós não percebemos e era em inglês (risos). Só que não nos demos conta, e quando vimos era o áudio inglês e a legenda em espanhol. Mas assim...”

Além disso há a maior facilitação em se manter no Brasil. A fronteira se apresenta como local estratégico para quem não conseguir estar devidamente encaixado nas regras migratórias que os vistos preveem, pelas próprias diferenças entre os Estados Nações quanto à fiscalização migratória.

Diego:

“E aí, quando venceu, quando passou o mês, eu fiz a saída do Brasil, mas eu fiquei em Foz, ilegal, com aquela coisa do trânsito, que eu posso tá no Paraguai e aqui. Por isso também Foz do Iguaçu também me resultava um lugar muito bom.”

“Exatamente. Eu podia estar na Argentina, mas eu podia estar dormindo aqui de certa forma. Em especial no Paraguai porque não tem controle, pode simplesmente cruzar, e se alguém pergunta, ‘não! Eu vim hoje comprar meia, sabe?’”

3.2. A UNILA como instituição de apoio

Seguindo com as facilidades que estar na fronteira trinacional oferece, algo que saltou aos olhos foi a redução do impacto na saúde mental desses migrantes quando estes chegaram à cidade por meio da UNILA, e adentrarem no território da cidade já inseridos nela, comparado aos entrevistados que não vieram pela Universidade.

Eles relataram como estar inseridos na Universidade, e principalmente por ser uma Universidade que faz processos seletivos para migrantes e está acostumada a receber esse público, resultou em reduções quanto a preocupações relacionadas a várias situações que vem com a migração, como aprender outra língua, a regularização de documentos, o conhecer os lugares necessários na cidade, na criação de redes de apoio, entre outros.

João:

“Quando eu vim aqui eles fizeram a carta de aceitação, a carta de hipossuficiência para eu, a gente não ter que pagar o valor do documento, também fizeram o comprovante de endereço, e quando a gente teve a marcada a data pra fazer o documento, a UNILA pegou ônibus e levou todos os estudantes pra lá, e foi tranquilo, sem problema nenhum.”

“No princípio foi muito difícil, mas eu sempre senti segurança com a faculdade, sempre. O difícil era quando eu saía da faculdade pra fazer qualquer outra coisa noutra local e ter por exemplo eu falar uma pergunta e a pessoa ficar ‘como que? O que você tá falando?’ Então aí era uma ansiedade de querer tentar falar o mais certinho o mais direto possível. É, mas a faculdade ajudou muito em tudo, em tudo, é até porque os funcionários dos alojamentos eles falam espanhol e português, então com relação a

comunicação dentro do alojamento, que eu morei no alojamento quando eu cheguei, foi maravilha.”

Evandro:

“Não, porque eu tinha os documentos e requisitos pra renovação, que era um momento para fazer a permanente, ou você tinha que estudar ou trabalhar, então eu tinha os dois, e eu acabei usando do trabalho que me deu a oportunidade, que eu trabalhava numa hamburgueria na época, CLT, com carteira assinada e tal, aí eles me receberam o documento, aí eu recebi o documento permanente. Mas se eu não tivesse trabalhando também eu ia ter o visto de estudante, o vínculo com a Unila, e ia conseguir mais dois anos.”

“Olha eu acho que dentro da atlética era o lugar que eu me sentia muito bem, eu cheguei a participar das diretorias também, da presidência, então tipo era um lugar que eu me sentia muito bem por que as pessoas que estavam eram estudantes também, muitos eram brasileiros mas moravam em outras cidades, então estavam sozinhos também, a gente acabava se identificando ali nas coisas né, gostava de festa, gostava de esporte também, então tipo coisas que se juntavam pra criar um grupo né, até hoje os amigos que eu tenho são da faculdade, da atlética né, a minha namorada atual ela começou na atlética, na Unila também.”

Diego não veio diretamente pela UNILA, ele ainda entrou com vários diferentes vistos no Brasil, mas após ter decidido ficar como refugiado, ele também prestou os processos seletivo da Universidade:

“E eu fiz o edital e entrei na UNILA. Sai do trabalho e entrei graças ao fato de ser refugiado, eu entrei já diretamente com bolsa. De 700 reais, com um auxílio moradia.”

Além da UNILA, os entrevistados também citaram outros locais de onde receberam ajuda ou facilitaram de alguma forma seu processo de migração. Apareceram nos relatos citações como a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), o Centro de Referência Especializado para Atendimento as Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP), e a Polícia Federal.

3.3. Formação de redes

Algo que pareceu em quase todos os relatos foi a assistência dos entrevistados pelas *igrejas*, tanto fora e dentro do Brasil. Foram citadas Igrejas Católicas, Protestantes e Mórmons. Quanto as assistências oferecidas, foram desde lugares para dormir ou ficar um tempo, redes de apoio, socialização, ajuda financeira, objetos e roupas.

Além de instituições, pode-se notar a *formação de redes* dos participantes em seu percurso de sair da Venezuela e chegar ao Brasil. Como exemplo dessas redes, o que apareceu foi que elas eram compostas pelos próprios familiares ou conhecidos da Venezuela que imigraram antes, mandavam informações de onde no Brasil seria melhor, onde teriam mais oportunidades, aonde ir para conseguir emprego ou ter mais facilitação com documentos. Também se notou a interação entre outros migrantes que os participantes conheceram no caminho, ou na própria cidade de Foz do Iguaçu, e os ajudaram de alguma forma com indicações de como pedir documentação, ou deram informações sobre como entrar na Universidade. Houve uma formação de rede pelas redes sociais onde uma participante conseguiu auxílio para chegar ao Brasil.

Alice:

“E aí cheguei aqui em Foz, e aqui em Foz, e na outra semana, meu filho que já vivia aqui que me estava aguardando, ele me levou ao Ministério do trabalho, aqui não tinha nem três dias, quatro dias, no ministério do trabalho aqui, me inscrevi como costureira e rapidinho me chamaram sem conhecer o idioma, sem poder falar, sem entender ninguém, assim foi que eu comecei.”

“Não. Eu não me recordo, meu filho já tinha vindo do Peru, também por terra, como minha filha, e ficou em uma cidade aqui, mas não me lembro do nome, e estava tirando sua licença, e aí tomou muito tempo, passaram 6 meses, depois chegaram aos 8 meses e ele nunca pôde tirar a licença, então, de motorista. Aí eles disseram para ele que aqui em Foz, seria mais fácil tirar a licença e por isso ele veio para cá. Para cá para Foz, e ele gostou daqui e então depois nós viemos para cá, por eles estarem aqui.”

Diego:

“...em Brasília me recebeu um outro amigo venezuelano já residente lá, e eu saía todo dia para fazer malabarismo, pegar um dinheiro na rua, pra ajudar na casa né,

tudo isso principalmente dormindo na rua e pagando uma comida aqui, lá, recebi muita ajuda, muitas pessoas me deram comida de graça, muitos restaurantes.”

“Então, depois de dois anos, já na pousada, naquela pousada El Chadai, entra pra trabalhar um funcionário que era formado da UNILA, e ele falava, entra na UNILA, entra na UNILA.”

Evandro:

“Aí eu tinha o contato com uma conhecida, uma amiga aqui no Brasil, que era da minha cidade né, conversando com ela, ela me falou que tinha Arquitetura também, e aí foi que começou né minha trajetória assim, desistir lá, e vir aqui, queria continuar a mesma carreira, no Brasil.”

“...quando eu cheguei não conhecia praticamente ninguém, só aquela colega lá da Venezuela né, que ela tava aqui. Mas tipo ela morava em outro lugar, né cheguei aqui no Brasil, na casa de um unileiro, né que na Unila tem essa boa prática de receber calouros né. Veteranos recebem calouros alguns dias até acharem alguma coisa. Isso, a minha colega fez a ponte, aí eu entrei em contato com ele, ele me explicou, tal, me mostrou tudo.”

João:

“...eu conheci um menino brasileiro, não lembro de onde ele é, mas me falou que eu podia vir aqui e ia ter muito boas oportunidades, só que a barreira do idioma, da linguagem pra mim era difícil, no princípio de pensar em morar em um lugar que eu não conhecia e que eu não tinha conhecimento da língua, e era difícil planejar nessa situação, mas quando eu conheci esse amigo que me falou da UNILA e um pouquinho da sua experiência como foi, o vínculo com a universidade, eu me senti mais seguro, mais protegido nesse caso, ia ser uma migração mais planejada, mais organizada, mais estável também, então por isso eu não tive dúvida que a UNILA era a opção certa, nesse momento que estava, já faz dois anos.”

Vilma e Eralayne:

Vilma:

“Tinha esse jogo do Facebook que se chama Cityville, de fazer cidadezinhas. E era com outras pessoas assim, conhecia pessoas.”

Eralayne:

“Então minha mãe, conheceu uma brasileira.”

“Sim, então minha mãe disse que ia perguntar a ela, e ela disse sim, diga a que venha, que eu a recebo na minha casa. Mas que venha sozinha, porque vivia com sua filha, e nos recebeu, e eu falei ok (risos). Assim sem saber onde, sem saber se era verdade, sem saber nada.”

“Nunca nem tinha falado com ela. Minha mãe me disse, sim sempre vejo ela pelas fotos do facebook, vejo as fotos da sua família. De fato, depois disso, conversamos várias vezes, e até hoje (mãe e a senhora) elas são amigas.”

“Sim, aí falei com um haitiano e ele me explicou que poderia pedir refúgio, eu nem sabia que isso existia, foi ele que comentou, que eu deveria ir a polícia federal, e aí eu fiz, uma maravilha.”

3.4. Trabalho

Quanto a questão do trabalho, três dos participantes, ao chegarem ao Brasil, já tinham uma graduação completa em curso superior. As formações eram de contabilidade, psicólogo e professor. Mas nenhum deles voltou a trabalhar na área de formação aqui no Brasil. É notável também o desestímulo de um dos participantes, de buscar revalidar o diploma, por conta das dificuldades do processo de revalidação no Brasil, somada com os desafios de dar conta de estudar enquanto tem que trabalhar e manter a família.

Amália:

“Falo assim porque, eu sou professora, mas não creio, muito difícil, não é muito difícil, trocar, estudei um ano, demonstrar para o governo do Brasil que sou o que sou.”

“Isso é como voltar atrás e estudar dois anos mais. E eu não estou, a economia não está para estudar, trabalha ou estuda. Trabalha para menino, para a família, luz, água, casa, roupas, é forte. Não alcança o salário-mínimo.”

A grande maioria dos entrevistados ao chegar ao Brasil trabalharam na informalidade em algum momento. Apareceram atividades como vender chipa, água e sonho nas ruas, fazer malabares nos sinaleiros, faxineira e ajudante de pedreiro. Outra atividade informal que apareceu na fala de todos os entrevistados

com exceção de duas, foram os *trabalhos como extras*. Foz do Iguaçu por se apresentar uma cidade turística, possui muita demanda em hotéis, restaurantes e atrações turísticas para esse tipo de trabalho informal. A maioria dos entrevistados trabalhou como extra em áreas do turismo, como extras em hotéis como auxiliar de limpeza ou de cozinha e extras em restaurantes. Cinco entrevistados tiveram alguma experiência de trabalho na área de turismo.

Atualmente dois dos entrevistados trabalhavam em hotéis com carteira assinada. Como trabalhos fixos de carteira assinada, apareceram recepcionista de pousada e de hotel, costureira e confeitadeira. Um entrevistado trabalhava de *forma remota* com Recursos Humanos com uma empresa colombiana, mas não tinha carteira assinada no Brasil. Outro participante fazia trabalhos *freelancers* remotos como arquiteto, área que se formou no Brasil.

3.5. Os processos subjetivos de migrantes venezuelanos no território

3.5.1. A condição de gênero

Algo que foi perceptível tanto no momento das entrevistas como nas falas das entrevistadas, nesse grupo de entrevistados específico, é que as mulheres as quais foram entrevistadas, nunca vinham sozinhas para a entrevista. Foi mais difícil para a pesquisadora encontrar mulheres que aceitassem participar das entrevistas e ambas que aceitaram, trouxeram seus filhos ou alguém de sua família. As entrevistas com mulheres foram, então, influenciadas pela presença dos filhos e/ou acompanhantes da participante.

Foi percebido nas falas delas a maior dificuldade de migrar com a família, a responsabilidade no cuidado com os filhos que recai sobretudo sobre elas. As preocupações e ansiedades que elas tinham estavam frequentemente relacionadas ao bem-estar dos filhos ou netos. Foi percebida a diferença entre essa migração e com a migração dos outros entrevistados que eram homens e migraram sozinhos.

Amália:

“Mas ela trabalha para ela, eu trabalho para eles (risos)” (se referindo aos filhos).

“Primeiramente porque eu gosto, eu gosto de viajar, de conhecer novas oportunidades, gente, conheço gente por todos os lados por lá, por aqui, agora estou aqui como que, seguro, mas não posso falar assim, porque senão trabalho não como, como que um pouco mais de oportunidade. Mais para a oportunidade para meu filho estudar, e isso é assim, não sei. Mas hm.”

Quando perguntada o que ela gostava de fazer quando estava em casa nos dias que não tinha trabalho ela respondeu:

“Quero estar sozinha na minha cama descansando. (risos)”

Alice:

“Conseguimos o dinheiro, e nós viemos com o meu neto, e graças a Deus seus pais deixaram ele comigo para que eu trouxesse ele, se ele ficasse lá ele teria morrido. Porque chegando aqui, um mês depois de chegar em Foz, ele deu uma apendicite. E deu forte nele, graças a deus estávamos aqui e ele fez cirurgia, tranquilo.”

Erlayne:

“Quando vimos que eles não iam nos dar uma resposta quando iriam nos enviar de volta, em que voo vamos voltar, que horas vai sair, a minha filha já tinha fome, começou a chorar, então bom, vamos a sair e ver.”

“Foi um tempo de muita mudança, com ela quando estava pequena foi bem difícil, depois terminamos por levá-la a terapia, porque foi bem forte para ela essa parte. Muitas mudanças, porque justamente minha filha pequena não a afetou tanto porque era bebê, então, ela era uma adolescente.”

“E quando que minha filha pequena, um dia quase que, de tanto que nos mudávamos, quando eu falava que eu tinha o brinquedo dela, e eu falava que quando nos mudemos (risos), ela já tinha tudo preparado, já estamos criando um hippie. Uma vez fomos em uma praça e estávamos em Belém, e estava em pleno dezembro, a praça decorada, muito lindo, no centro da cidade de Belém é muito bonito. E fomos a uma praça que tinha um parquezinho, um tremzinho, umas coisas. Ahh e se nos mudamos para a praça! (risos) é uma praça super bonita! (risos). Tínhamos que procurar uma maneira de ficar em algum lugar.”

“Vinhamos conseguindo, meu marido ficou como trabalhador informal, não podíamos estar empregados os dois de uma vez, pelos horários e pelas meninas.”

3.5.2. Restrições vividas de modo subjetivo

Quanto as limitações de circulação ao território, como já dito antes se percebeu que a primeira dificuldade se apresenta em chegar até o Brasil e a regulação migratória, principalmente para os entrevistados que não chegaram aqui com o auxílio da Universidade por terem sido aprovados em algum teste seletivo. Para os que vieram por conta própria o impacto da tentativa de chegar ao Brasil e se estabelecer se apresentou de forma mais intensa.

Houve dificuldades de chegar até aqui saindo da Venezuela, pela forma que o país se apresentava político e economicamente. A dificuldade de conseguir se chegar até a fronteira, a desvalorização da moeda venezuelana, a compra de passagens aéreas para outras cidades no Brasil, alguns apenas conseguiram chegar fazendo o caminho por terra.

Alice:

“Por terra sim. Nós saímos, meu marido e meu neto saímos em um caminhão, atrás, 150 pessoas, até um lugar que se chama Santa Helena, antes de chegar a Boa Vista. Pacaraima, perdão, antes de chegar a Pacaraima.”

“Seria 500 reais por pessoa. Em um caminhão, deitada atrás, deitada no solo todos, 150 pessoas, sentada no ferro, dois, três dias.”

Houve para muitos dos participantes o agravante da pandemia do COVID-19, onde alguns ainda estavam na Venezuela quando a pandemia aconteceu, uns já haviam migrado da Venezuela para outros países e outros já estavam morando no Brasil.

Foi visível para esses que vieram sem o auxílio da Universidade, a dificuldade de se estabelecer no Brasil, tendo um participante vivido em situação de rua, outros migraram para diferentes cidades do Brasil, mas não conseguiram se estabelecer, o que fez com que imigrassem para o Paraguai, e depois voltassem a tentar viver no Brasil novamente.

Diego:

“Aí, eu fui lá, fui parar lá, lá tem horário, lá foi tenso porque, mesmo que na rua, na rua eu ficava sozinho, eu nunca fui, eu não fumava droga, não andava bebendo cachaça, daí eu pegava uma esquina, se eu estivesse sozinho onde eu fosse dormir tranquilo e eu dormia tranquilo. Mas lá eu tive já que conviver com pessoas com problemas de adicção, com coisa difícil né, mas eu tinha 3 comidas, um teto e estou eternamente agradecido porque eu não precisava sair no sinaleiro pra poder pagar um quarto, daí eu tive tempo de investir esse dinheiro, comprar uma roupa, começar a procurar emprego.”

Erlayne:

“Aí fomos a Belém do Pará, estivemos uns 3 meses, e depois fomos a Rio, fomos 1 ano. E aí foi quando desistimos, não, não vamos morar no Brasil.”

“Então vivemos um tempo assim, uma cidade muito grande (Rio de Janeiro), eu nunca tinha visto tanta gente junta, me lembro de um dia, eu saindo do trem, e todo mundo ia como robô, se você para, as pessoas te atropelam, todo mundo vai correndo fazer suas coisas, e houve um momento que eu parei um pouco para olhar a quantidade de gente...”

3.5.3. Limitações ao aproveitamento dos espaços públicos

Enquanto aqui no Brasil, outras limitações estiveram evidentes na dificuldade de atividades de lazer gratuitas em Foz do Iguaçu para os moradores, a dificuldade de se movimentar pela cidade com o transporte público, a pouca oferta de atividades culturais para a população, a crítica de que o funcionamento da cidade é mais voltada aos turistas do que para a população que a habita, a falta da existência de parques, a percepção que os comércios estão mais localizados no centro, que as atrações turísticas são muito longe dos bairros e de difícil acesso caso não se tenha um transporte particular. Quatro dos entrevistados afirmaram que poderiam aproveitar mais a cidade do que aproveitam hoje.

Apesar disso, quando perguntados aos participantes mais diretamente o que para eles foi mais difícil em sua adaptação no Brasil e em Foz do Iguaçu,

houve diferentes respostas. Alguns relataram que foi a diferença de clima entre a Venezuela e o Brasil, a incerteza se haviam feito a escolha certa, aprender o idioma, estabelecer relações de amizade, o transporte público da cidade de Foz do Iguaçu e a saudade da comida da Venezuela.

Quanto a questão das redes públicas de saúde, educação e segurança, os participantes não tiveram grandes queixas. Eles relataram facilidade em conseguir fazer o Cadastro de Pessoa Física (CPF) apenas com o protocolo que a Polícia Federal fornecia, sem ter necessidade de estarem com os documentos migratórios totalmente regularizados. Eles relataram que a rede pública tinha conhecimento do protocolo e com isso eles já conseguiam fazer o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) e já conseguiam atendimento. Uma entrevistada comentou que teve problemas ao tentar obter serviços do sistema particular pois eles já não reconheciam o protocolo da Polícia Federal. Um participante relatou sobre o mal atendimento das recepcionistas das Unidades Básicas de Saúde, e outras duas participantes sobre a demora para conseguir consultas médicas pelo sistema público de saúde.

Como lugares que os participantes se sentiram mais acolhidos e pertencentes, apareceram locais como uma boate, um bar universitário, uma academia, o curso de confeitaria do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a atlética da universidade e os bairros onde moravam.

Em comparação as atividades e rotinas que viviam na Venezuela antes que a crise se instaurasse, os participantes relatam sentir falta de seu país, de suas cidades, e de quando viviam lá, alguns chegaram a retornar enquanto ainda não tinham migrado para o Brasil, os que voltaram foram principalmente pela questão da família, pela razão de morte de algum parente. Nenhum dos participantes entrevistados relatou atualmente desejar retornar para a Venezuela ou ter expectativas de viver lá novamente, alguns apenas relataram desejar visitar a família em algum momento quando puderem.

3.5.4. Medos vivenciados

Um medo recorrente que apareceu no relato de três participantes veio no formato de *o Brasil em algum momento se transformar em uma nova Venezuela*. Esse medo apareceu de diferentes aspectos, houve o medo no sentido da crise econômica pela percepção do aumento dos preços dos alimentos, e no sentido da escalada da violência e da polarização.

Erlayne:

“Porque ficamos aqui com muito medo da situação política que esta, então ficamos com essa sensação de que estamos por aqui, mas que sempre tem uma mala por aí para caso precisarmos sair correndo.”

“Muito parecido. Então, que esperemos que vocês sejam mais inteligentes que os venezuelanos, e não deixem que aconteça o mesmo. Sempre oramos para que seja assim. Mas ficamos com esse medo.”

Alice:

“Eu tinha minha casa, nós morávamos bem, estávamos bem, mas depois a economia foi baixando, foi baixando, até está me dando medo aqui porque as coisas estão subindo, foi assim que começou na Venezuela, é o que falamos, assim começou na Venezuela, e nós não nos demos conta.”

Diego:

“...muita violência, muita violência, muito descontrole, muita paranoia, muita polarização, tipo muita violência na TV, muita violência social de coisas que eu compararia com a situação do Brasil hoje. No sentido, é tipo uma semente do ódio de pessoas começar a sentir raiva do outro porque ele apoia tal político, entende? Como se a democracia só funciona pra o meu partido, ou pra minha visão. É democracia enquanto o que eu acho certo funciona né o outro não, o outro é corrupção. Então isso aí eu já vivia muito e é algo que eu vejo um pouco em Foz, não nesses níveis, mas teve aquela notícia de uma pessoa que fez um aniversário temático e daí veio outra pessoa e como esse ódio escala né, no ponto de que tem armas dos dois lados, e tem pessoas dispostas a disparar essas armas dos dois lados. Seja, não importa quem puxou a arma primeiro, mas é um negócio que vai escalando, e isso lá na Venezuela é muito extremo, naquela época, depois que eu sai eu não sei mais, eu não acompanho.”

Diego se refere a um caso de violência que aconteceu em Foz do Iguaçu no ano de 2022, que tomou visibilidade nacional, do caso do assassinato do

guarda municipal Marcelo Arruda, que estava fazendo uma festa temática do Partido dos Trabalhadores (PT), de que era afiliado. Na época ele foi baleado por um ex-policial que tinha como partido o do então ex-presidente Jair Bolsonaro, ele não resistiu aos ferimentos e veio a falecer.

3.5.5. Perspectivas de futuro

A migração para além das dificuldades também se apresentou em sua forma de potencialidade para muitos dos entrevistados. Aos que vieram pela Universidade, ficou visível a busca e a conquista de sua independência e de mais possibilidades de vida no novo país de acolhida, como a possibilidade de estudar, ter uma profissão, estabelecer outros vínculos, ter possibilidade de lazer e outros. Para outros veio na possibilidade de trabalhar, de buscar certa estabilidade, de estar perto da família que aqui já estavam, de ter um lugar seguro para viver, de aprenderem novos idiomas e de cuidarem da família.

Esses relatos convergem com os autores como Milton Santos (2017), e Moro (2015), que trazem que o processo de migração também pode consistir em uma potencialidade quando os migrantes conseguem passar pelo processo de desalienação do espaço, e acessar experiências como a formação da independência, o conhecimento do território e a criação de redes, como foi para alguns dos entrevistados.

Um deles, que havia passado pela experiência do retorno para a Venezuela após ter vivido na Austrália e na Argentina, comentou sobre o estranhamento com o lugar que antigamente era seu território de referência:

“daí eu voltei e foi todo um processo assim de andar pelas mesmas ruas, mas eu já também não era o mesmo, eu já não falava igual, eu já tinha sotaque, depois de passar tantos anos fora. Eu falava as gírias que tinham passado de moda ou eu falava palavras que lá não funcionavam porque na Argentina falavam, os latino-americanos que eu tinha convivido lá na Austrália eram outras palavras, então, eu fui meio que imigrante de volta no meu próprio país.”

O relato fala sobre essa *desconstrução do migrante no mundo*. O estranhamento ao encontrar um território que já foi familiar, e fazia sentido, mas

que hoje não mais o faz, exigindo do participante uma reorganização de seu lugar no mundo. O migrante então, parece se encontrar fora da zona geográfica física, social, afetiva e cultural onde ele se constituiu, o que deixa a sua comunicação entre o mundo externo e interno até certo ponto, temporariamente abalada (PERES et al. 2017).

No caso desse entrevistado, a percepção desse não-lugar parece ser mais impactante, por ele ter tido a oportunidade de voltar à Venezuela, após longas estadias em outros países.

Considerações finais

É interessante perceber a diferença de trabalhar com o mesmo público, mas em diferentes cidades do Brasil. É perceptível a diferença de realidades para esses migrantes venezuelanos na Paraíba e no Paraná. Em João Pessoa e na cidade do Conde especificamente, ainda não existe uma rede tão articulada como a que já existe em Foz do Iguaçu para atendimento a população migrante, o que é visível na interferência do atendimento, da chegada e da adaptação desse migrante na cidade. É visível inclusive até no acesso da pesquisadora a esse público, tendo facilidade em encontrar migrantes venezuelanos na cidade, o que provavelmente seria mais difícil na cidade de João Pessoa que não há um público tão expressivo.

Grande parte dos venezuelanos que atendi enquanto estava na Paraíba não desejavam ficar na cidade do Conde ou em João Pessoa, por não existir tantas oportunidades de emprego, diferentemente das pessoas que entrevistei em Foz do Iguaçu, que já tinham a intenção de ficar na cidade. É perceptível que Foz do Iguaçu está mais preparada para atender essa população se comparada a outros lugares no Brasil e no mundo.

Tendo em vista a ideia dos autores trazidos nesse trabalho, de como o território e a sociedade se relacionam e como se influenciam entre si, pôde-se compreender que a história da formação do território fronteiro de Foz do Iguaçu, somado a vários outros momentos que convergiram na vinda de pessoas de diferentes lugares para esse espaço, criou a necessidade de que esse local

estivesse mais preparado para receber pessoas migrantes, em relação a outros lugares.

Isso ficou evidente em vários momentos da pesquisa. Entende-se que a UNILA se apresenta como facilitadora nesse processo, não apenas por fazer processos seletivos internacionais, possibilitando a esse público o ingresso em cursos de graduação. Mas também por suas iniciativas de acolhimento e inclusão desse mesmo público através de cursos de português, projetos de extensão, entre outros. O próprio território existencial da Universidade facilita a interação e convivência proporcionados pela sua existência e funcionamento. Ela permite que exista um local onde as fronteiras geográficas e culturais estão até certo ponto em suspenso, ou em conversa, favorecendo a necessária universalidade para que os migrantes possam iniciar um processo subjetivo de territorialização, não apenas de nacionalidade venezuelana, mas como outras nacionalidades também.

Foz do Iguaçu oferece mais espaços voltados à recepção e acolhimento dos imigrantes do que outras cidades. Possui uma rede pública que está mais acostumada a receber essa população, e parece estar mais alinhada quanto a isso, a exemplo da utilização do protocolo da Polícia Federal ser suficiente para que os migrantes acessem os sistemas públicos de saúde, educação e outros.

A própria existência de Fóruns, da Casa do Migrante, e de uma associação que visa atender as especificidades dessa população diz sobre essa cidade que na relação com esses migrantes, sente a pressão para mudar nesse sentido. O território ultrapassa a noção de delimitação geográfica, ele na verdade seria relacional (LIMA e YASUI, 2014). Além de instituições, há a facilitação da comunicação pela aproximação com o espanhol advinda da relação com a fronteira com o Paraguai e a Argentina.

Por essas razões, entende-se que para os migrantes venezuelanos entrevistados, comparado com suas prévias experiências em outros países e outras cidades do Brasil que não tinham esse histórico relacional com esse povo, e que apresentavam muito mais barreiras, viver em Foz do Iguaçu é uma boa oportunidade, pelos acessos que a cidade tem para esse público, por ter essa relação antiga com populações diversas, mais especificamente com

hispanohablantes. O território já vem se adaptando há um tempo à chegada de migrantes.

Apesar disso, não significa que Foz do Iguaçu não apresente barreiras e limitações de circulação ou acesso a certos espaços. Nos relatos dos participantes não se identificou uma ampla circulação dos entrevistados pela cidade, ao contrário, muitas vezes o que ficou evidente foi a redução desse espaço.

Ficou visível a dificuldade de acesso à cidade, quanto a própria circulação física, no sentido da dificuldade de transitar pela cidade com o transporte público, de ter acesso a atividades de lazer gratuitas, ou de espaços em comum pensados para o uso da população.

A cidade apesar de possuir, de fato, mais acessos a migrantes, em certa ótica também é bastante limitada quanto a esses acessos, pois o espaço está menos pensado para o migrante de fato, e mais pensado para o migrante turista. Quem vai passar pela cidade, aproveitar os pontos turísticos e depois ir embora tem privilégio sobre os demais estrangeiros. A cidade é pouco pensada e estruturada para a população que vive nela permanentemente, sejam iguaçuenses, sejam migrantes que resolveram viver aqui.

O espaço físico da cidade mostra isso, com a maioria dos comércios localizados no centro da cidade, e as atrações turísticas consistindo em um corredor turístico visando o turista, dificultando o acesso para grande parte da população, além de a maioria das atividades serem pagas, e caras, em comparação com outras regiões do Brasil.

As oportunidades de emprego também aparecem muito ligadas a essa estruturação urbana. Por um lado, para essas pessoas que não conseguem revalidar seus diplomas por conta da dificuldade que se apresenta no Brasil, chegam a criar estratégias próprias de inclusão no mercado de trabalho, ou conseguem oportunidades em hotéis, pousadas, atrações turísticas, restaurantes e em toda a estrutura hoteleira da cidade. Por outro lado, isso limita o tipo de trabalho que essas pessoas vão ter acesso, além de oportunizarem a entrada no

trabalho informal, sem esses migrantes terem acesso a direitos trabalhistas, realizando extras e não tendo nenhum vínculo com as empresas.

Por fim, Foz do Iguaçu se apresenta um território fértil para o crescimento da construção da cidade em coletividade com os migrantes que aqui vivem, um pouco pelo seu histórico e parece que ela se vê disposta, por meio de diferentes atores, a manter o diálogo sobre essas questões. Possibilidades haveriam de ser pensadas para que não apenas migrantes, mas a própria população Iguaçuense também tivesse maior acesso a cidade que vive, onde a relação entre território e sociedade poderia atuar efetivamente como um fator da qualidade de vida, da promoção da saúde mental e que possibilitaria a produção de subjetividades diversas nesse espaço.

Retomando o objetivo inicial deste trabalho: pautar-se em dois questionamentos que consistiram em: 1) Como se dá a circulação pelo território vivenciado pelos migrantes refugiados venezuelanos em Foz do Iguaçu e 2) Quais as produções de subjetividade que advém dessa circulação pelo território.

Este estudo identificou a circulação de migrantes refugiados venezuelanos pelo território de Foz do Iguaçu, entendendo os diversos fatores, desde os sócio-políticos e geográficos até as imposições à interação e à vida cotidiana. Vimos tais fatores implicando, para o próprio migrante e para o território habitado, as produções de subjetividades possibilitadas pela movimentação desse corpo migrante na cidade.

Mais especificamente, o estudo alcançou o propósito de:

1) Identificar, por meio dos diários de campo e de entrevistas semi-estruturadas a migrantes e refugiados venezuelanos que moram na cidade de Foz do Iguaçu em que se dá sua circulação pela cidade, cuja resposta são as formas compartilhadas e particulares elencadas.

2) Entender por meio da análise dessas entrevistas e diários de campo quais as produções de subjetividade que emergem dessa circulação, cuja resposta emerge dos relatos, evidenciando a condição de subjetividades em constante construção e reconstrução, na medida em que vão adaptando as referências identitárias relativas aos territórios do passado e trabalhando no

enraizamento subjetivo possível, no contexto da nova territorialização dentro da condição de imigrados no Brasil.

Referências

Arquivo **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano [recurso eletrônico] : evidências e subsídios para políticas públicas** / Fundação Getulio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. - Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020. 1 recurso online (148p.).

ACIOLI, M. L.; AMARANTE, P. . **O acompanhamento terapêutico como estratégia de cuidado na atenção psicossocial**. Psicologia: Ciência e Profissão (Impresso), v. 33, p. 964-975, 2013.

ACNUR. **I Relatório cidades solidárias Brasil: proteção e integração de pessoas refugiadas no plano local** [Camila Barrero Breitrnvieser, consultora técnica]. – Brasília, DF: Agência da ONU para Refugiados –2022.

ALCÂNTARA, Gustavo Kenner. [Et. al.] **AVÁ-GUARANI: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 188p., 2019.

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza; SOMMERMAN, Américo . **Pensamento complexo e interdisciplinaridade: abertura para um novo paradigma?**. Barueri: Manole, 2011. (Tradução/Artigo).

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo *et al* (org.). **Pistas do método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. Cap. 7. p. 131-149.

ARAÚJO. Fábio. **Um passeio esquizo pelo acompanhamento terapêutico dos especialismos à política da amizade**. 192p. 2007.

BARROS, A.L.E.C. **Fronteira(s) paraguai/brasil: Narrativas sobre (de)coloniedade, culturas, línguas e identidades**. 1. ed. Campinas: Pontes, v.1. 2017. 216p.

BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo *et al* (org.). **Pistas do método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. Cap. 3. p. 52-75.

BASTIN, Diogo André. **Turismo pós-covid-19: Medidas e ações no destino turístico de Foz do Iguaçu (PR) sob a perspectiva da gestão participativa e integrada**. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz Iguaçu. 2023.

BANCHIN, Aracelli. **O turismo na região trinacional do Iguaçu como fator de integração e fragmentação do território da fronteira**. 2018. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu. 2018.

BILIBIO, Marco Aurélio. **De frente para o espelho: Ecopsicologia e Sustentabilidade**. Tese de Doutorado. Brasília, dez. 2013.

BISPO, Antônio dos Santos. **A terra dá, a terra quer**\ Antônio Bispo dos Santos; imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcom Ferdinand. São Paulo; Ubu Editora\ PISEAGRAMA, 2023. 112pp.

BRASIL. Constituição (2017). Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. **Política Nacional de Atenção Básica**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Constituição (1997). **Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Implementação do Estatuto dos Refugiados. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Constituição (2001). **Lei no 10.216, de 6 de abril de 2001**.: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

CAFÉ, Laércio de Jesus. **Da higienização à loucura: uma perspectiva do processo higienizador “disciplinador”**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

CUBIDES. Daniel Alejandro Guerrero. **ATLAS TEMÁTICO DE LAS INFANCIAS MIGRANTES EN FOZ DO IGUAÇU**. Foz do Iguaçu. 2024.

DELEUZE, Gilles. Guattari, Félix. **O Anti-Édipo Capitalismo e Esquizofrenia 1**. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Edição 0403, JUNHO 2004. 430p.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008. 194 p. Tradução Renato da Silveira. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_branças.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

FARIA, Rivaldo Mauro. **A territorialização da Atenção Básica à Saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva JCR*, v. 25, p. 4521-4530, 2020.

FOCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**/Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado- Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (Biblioteca de filosofia e história das ciências: v.n.7).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 302 p. Tradução: Raquel Ramalhete.

FOGEL, Ramon. **Construcción Social del Territorio y de las Fronteras**. 2 de junho, 2023. Apresentação de SLIDES para o Curso de Pós-graduação Especialização em Integração Paraguai-Brasil: Relações Bilaterais, desenvolvimento e fronteiras.

FOZ DO IGUAÇU (PR). **Protocolo de acolhimento de estudantes imigrantes na rede municipal de ensino**. / Foz do Iguaçu (PR). Prefeitura; Foz do Iguaçu (PR). Secretaria Municipal de Educação; Grupo de Pesquisa Língua(gem), Política e Cidadania, da Universidade Federal da Integração LatinoAmericana (UNILA). – Foz do Iguaçu : Secretaria Municipal de Educação da cidade de Foz de Iguaçu-SEED, 2020.

GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, G. G. DE (Org.) . **Refúgio e Hospitalidade**. 01. ed. Curitiba: Kairós Edições, 2016. v. 01. 400p.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Nação, Nacionalismo, Estado**. *Estudos Avançados* 22 (62), 2008.

HIRDES, Alice. **A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão**. *Ciencia & Saude Coletiva JCR*, v. 14, p. 297-305, 2009.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua História**. Editora Serzegraf. 2001. p. 192.

LIMA, E. M. F. A.; YASUI, S. . **Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial**. *Saude em Debate*, v. 38, p. 593-605, 2014.

MANZINI, E. J.. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2004, Bauru. **Anais**. Bauru: USC, 2004. v. 1. p. 1-10.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE (Documento para discussão)**, BRASÍLIA, 2002.

MARTINS-BORGES, Lucienne. **Migração involuntária como fator de risco à saúde mental**. *Revista. Inter. Mob. Hum.* Brasília, Ano XXI, n. 40, 2013, p. 151-162.

MELIÀ, Bartolomeu. **El pueblo guarani: unidad y fragmentos**. Revista Tellus – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas, UCDB, Campo Grande, MS, ano 4, n.6, p. 151-162, abr. 2004.

MORO, Marie Rose. **Psicoterapia transcultural da migração**. Psicol. USP, São Paulo. v.26, n.2, 2015, p.186-192.

MONKEN, M. et al. **O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente**. In: CARVALHO, A. et al. (Org.). *Território, ambiente e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MUZIKA, Thaila Marina. **Turismo como tema (ou não) das Relações Internacionais na tríplice fronteira: análise documental sobre Foz do Iguaçu**. 2024. Dissertação (Mestrado stricto sensu em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024.

NASCIMENTO, Valdir. ANDRADE, Sônia. **As armas dos fracos: estratégias táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. v. 24, p. 181-214, jan./abr.2018.

NAVA, Josiane. **MIGRAÇÃO, MEMÓRIA E LITERATURA: LEMBRANÇAS DE UM BARRAGEIRO DE ITAIPU**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018.

NOGUEIRA, Dassuem. **Reflexões sobre a atenção à saúde que os Warao têm no Brasil e a necessidade de atenção diferenciada à saúde para indígenas em contexto de cidade**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 371-380, jan./abr. 2023.

ORUE, POZZO. Aníbal. **Las fronteras paraguayas en el contexto de las relaciones Paraguay-Brasil (1960-2018)**. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 17, n. 3, e1247, 2022.

PASSOS, Eduardo; EIRADO, André. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, Eduardo et al (org.). **Pistas do método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. Cap. 6. p. 109-130.

PEREIRA, D. A.; GODOY, L. J. R. . **COMARCA GUARANI: LITERATURA E CULTURA**. In: Roberto Mlbielli. (Org.). *Trânsitos e fronteiras literárias: territórios*. 1ed.Rio de Janeiro/Boa Vista: Makunaima/EdUFRR, 2020, v. 1, p. 76-98.

PERES, R. S. HASHIMOTO, F. CASADORE, M.M. et. al. **Sujeito Contemporâneo, saúde e trabalho, múltiplos olhares**. São Carlos, EDUFSCAR. 2017. 429p.

María E. Epele ... [et al.] **Políticas terapéuticas y economías de sufrimiento : perspectivas y debates contemporáneos sobre las tecnologías psi /;** compilado por María E. Epele. - 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Universidad de Buenos Aires. Instituto de Investigaciones Gino Germani - UBA, 2020. Libro digital, PDF - (IIGG-CLACSO)

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo.** 2ª edição, Porto Alegre: Sulina, v.1, 2016, 248p.

SANTOS, Milton. 1996-2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** \Milton Santos.-4.ed.9.reimpr.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. – (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, M. R.P.; NUNES, Mônica de Oliveira . **Território e saúde mental: um estudo sobre a experiência de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial,** Salvador, Bahia, Brasil.. Interface (Botucatu. Impresso), v. 15, p. 715-726, 2011.

SIMÕES, Gustavo da Frota (organizador). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil.** Curitiba: CRV, 2017.

SOUZA, S. R. L.; FRANCISCO, A. L. . **O MÉTODO DA CARTOGRAFIA EM PESQUISA QUALITATIVA: ESTABELECENDO PRINCÍPIOS... DESENHANDO CAMINHOS.** In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 2016, PORTO. INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM SAÚDE, 2016. v. 2. p. 811-820.

SILVA, Micael Alvino. **Breve História da Tríplice Fronteira: como a maior hidrelétrica binacional e a segunda maior cidade do Paraguai foram decisivas para a formação da fronteira mais importante da América do Sul** \Micael Alvino da Silva. – Foz do Iguaçu,PR: Instituto 100 Fronteiras, 2022.

SILVEIRA, Daniel Rocha. GARDIM, Fernanda Jaude. **Contribuições de Viktor Frankl ao movimento da saúde coletiva.** Revista Abordagem Gestáltica. Vol.21, nº 2 Goiânia dez. 2015.

STAEVIE, Pedro. **A imigração estudantil em regiões de fronteira: as experiências contemporâneas de Foz do Iguaçu - PR e Boa Vista - RR.** TEXTOS E DEBATES - REVISTA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, v. 2, 2015, p. 437.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. **A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 25, p. 299-322, 2013.

TRINCHERO, Héctor Hugo ; **OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de ; MARTINS JUNIOR, Carlos . O COTIDIANO E O TERRITÓRIO.** Revista GeoPantanal (UFMS), v. 12, p. 171-184, 2017.

ANEXOS

ANEXO 1: Roteiro das Entrevistas

Instrumento Roteiro de Entrevista

1. Dados sociodemográficos

- Nacionalidade
- Escolaridade
- Idade
- Gênero
- Estado civil
- Ocupação
- Quanto tempo mora em foz do Iguaçu?
- Quanto tempo mora no brasil?
 - Com quem mora, família, amigos, sozinho(a)?
- Que bairro mora?
- Religião?
- Há familiares em foz do Iguaçu ou em proximidades?
- Autodeclaração de cor

2. Como era sua vivência no lugar onde você morava:

- Como era sua rotina, em que lugares você frequentava todos os dias?
- De que modos você circulava pela sua cidade? (a pé, de carro, de ônibus de bicicleta)
- Quais suas atividades de lazer?

3. Como é a sua vivência hoje em Foz do Iguaçu:

- Como foi sua experiência para acessar serviços de saúde, educação e segurança?
- Qual a sua experiência com a questão da comunicação?
- Como é sua rotina hoje, quais os lugares que você frequenta todos os dias?
- Como você circula na cidade? (a pé, de carro, de ônibus de bicicleta)
- Quais as suas atividades de lazer?
- Você sente que conhece bem a cidade que mora, consegue aproveitá-la?
- Qual a sua experiência quanto ao acolhimento no Brasil?

- Há lugares que você se sente mais acolhido e mais pertencente do que outros? Quais são esses lugares?
- Quais as maiores dificuldades que você encontrou para se adaptar em Foz?
- Gostaria de acrescentar algo?